

ESTUDOS DOS SÉCULO

XX

número 25 • 2025

iu

ESTUDOS DOS SÉCULO

XX

número 25 • 2025

FUNDADOR

Luís Reis Torgal

DIRETOR

José Oliveira Martins

COORDENAÇÃO DO DOSSIER TEMÁTICO

Carlos Manuel Faísca e Clara Isabel Serrano

CONSELHO EDITORIAL

Ana Leonor Pereira

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares,
Faculdade de Letras

Ana Teresa Peixinho

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares,
Faculdade de Letras

António Sampaio da Nóvoa

Universidade de Lisboa, Instituto de Educação

António Pedro Pita

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares,
Faculdade de Letras

António Rafael Amaro

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares,
Faculdade de Economia

António Rochette Cordeiro

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares,
Faculdade de Letras

Carlos Camponez

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras

Carlos E. Pacheco Amaral

Universidade dos Açores, Centro de Estudos Interdisciplinares

Didier Francfort

Université Nancy 2

Eloy Fernández Clemente

Universidad de Zaragoza

Estevão Chaves de Rezende Martins

Universidade de Brasília

Fernando Matos Oliveira

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares,
Faculdade de Letras

Joana Brites

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares,
Faculdade de Letras

João Paulo Avelãs Nunes

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares,
Faculdade de Letras

João Rui Pita

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares,
Faculdade de Farmácia

Joaquim Ramos de Carvalho

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares,
Faculdade de Letras

Juan Antonio Rodríguez Sánchez

Universidad de Salamanca

Luís Reis Torgal

Universidade de Coimbra

Maria Emília da Costa Prado

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Maria Isabel Festas

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares,
Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

Maria Manuel Borges

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares,
Faculdade de Letras

Maria Manuela Tavares Ribeiro

Universidade de Coimbra

Mariano Esteban de Vega

Universidad de Salamanca

Mário Mesquita

Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento

Sara Dias-Trindade

Universidade do Porto, CITCEM, Faculdade de Letras

Sérgio Dias Branco

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares,
Faculdade de Letras

Sérgio Neto

Universidade do Porto, CITCEM, Faculdade de Letras

COMISSÃO EXTERNA DE ACONSELHAMENTO CEIS20

Alain Musset (Institut Universitaire de France)

Claire Birchall (King's College London)

Diana Gonçalves Vidal (Universidade de São Paulo)

Georgina Born (University College London)

Julio Perez Serrano (Universidad de Cádiz)

Olalla Lopez Costas (Universidade de Santiago de Compostela)

Olga Pombo (Universidade de Lisboa)

A Revista *Estudos do Século XX* é uma revista com
arbitragem científica e disponível em *Open Access*
(<http://impactum-journals.uc.pt/estudossecxx>)

COORDENAÇÃO EDITORIAL

António Ventura e Marlene Taveira

PROPRIEDADE E SEDE DA REDAÇÃO

Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade
de Coimbra – CEIS20

Rua Filipe Simões, n.º 33

3000-186 Coimbra

Telefone: + 351 239 410 020

E-mail: publicacoes.ceis20@uc.pt

URL: <https://www.uc.pt/ceis20/>

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 25 • 2025

Ficha Técnica

Edição e Assinaturas

Imprensa da Universidade de Coimbra
Rua da Ilha n.º 1
3000-214 Coimbra

E-mail: imprensa@uc.pt

URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

Design

António Barros

Infografia da Capa

Imprensa da Universidade de Coimbra

Paginação

Pedro Bandeira

Impressão e acabamento

Artipol

Periodicidade

Anual

ISSN 1645-3530

ISSN DIGITAL 1647-8622

DOI https://doi.org/10.14195/1647-8622_25

Depósito Legal 252201/06

Esta revista encontra-se indexada e catalogada na Latindex (www.latindex.unam.mx), na International Bibliography of the Social Sciences (www.lse.ac.uk/collections/IBSS/) e na European Reference Index for the Humanities – ERIH (<https://www2.esf.org/asp/ERIH/Foreword/index.asp>).

A responsabilidade dos textos é dos autores.

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal

UID/00460/2025

<https://doi.org/10.54499/UID/00460/2025>

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

Índice

Nota introdutória Editorial note.....	11
---	----

ARTIGOS | ARTICLES

Carlos Manuel Faísca e Sandra Pereira , Espaços Industriais em Transição: o Projeto da ex-Delphi de Ponte de Sor	21
Industrial Spaces in Transition: The Project of the former Delphi Plant in Ponte de Sor	21

Pedro Teixeira , Acho que já soube, mas agora já não sei': A substituição da História da Real Fábrica das Sedas e as Anexas (1734-2025) "I think that I thought I knew, but now I don't know": the substitution of <i>Real Fábrica das Sedas e as Anexas' History (1734-2025)</i>	43
---	----

Sandra Pereira , Património Cultural como Ferramenta Pedagógica no Ensino da História: Tensões e Contradições na Educação Patrimonial Cultural Heritage as a Pedagogical Tool in History Education: Tensions and Contradictions in Heritage Education	63
---	----

Felismino Borges da Silva , Reconstrucción de identidades cabo-verdianas em el contexto migratório español: entre la herencia colonial y la hibridez cultural Reconstruction of Cape Verdean Identities in the Spanish Migratory Context: Between Colonial Heritage and Cultural Hybridity	85
--	----

Raquel Valente dos Santos , La Révolution du 25 avril 1974 et la politique extérieure: Le retour du Portugal à l'UNESCO The April 25, 1974 Revolution and Foreign Policy: Portugal's Return to UNESCO	105
--	-----

ENSAIO | ESSAY

Daniel Florence Giesbrecht , Nas entrelinhas da medicina. Cartas e a fabricação da eugenia luso-brasileira (1920-1930) Between the Lines of Medicine. Letters and the Construction of Luso-Brazilian Eugenics (1920-1930).....	125
--	-----

João Paulo Avelás Nunes , Vasco Lourenço: um percurso paradigmático do Golpe de Estado/da Revolução de 25 de Abril de 1974.....	131
---	-----

RECENSÕES | REVIEWS

Karen Cristina Galletto , Elton Rogério Corbanezi – Saúde Mental, Depressão e Capitalismo	147
---	-----

Leonardo Aboim Pires , Paiva, Vasco – O desbravar dos caminhos: a construção do movimento camponês após o 25 de abril	151
---	-----

NOTA INTRODUTÓRIA

EDITORIAL NOTE

Vestígios e tensões: memória, identidade e poder entre os séculos XX e XXI

O vigésimo quinto número da revista *Estudos do Século XX* assinala um momento significativo no percurso editorial da publicação, reafirmando o seu compromisso com uma abordagem interdisciplinar, crítica e atenta às múltiplas formas de leitura, representação e contestação do século passado. Os textos reunidos neste volume – cinco artigos científicos, um ensaio e duas resenhas críticas – partilham uma preocupação comum: compreender como os legados do século XX continuam a moldar o presente, não apenas como um passado histórico, mas também como um campo ativo de disputas, interpretações e reelaborações.

As contribuições aqui apresentadas cruzam geografias e contextos diversos, do mundo rural espanhol às margens urbanas de Lisboa, das redes científicas transatlânticas à diplomacia cultural internacional, evidenciando como os vestígios do século XX se manifestam, transformam e, por vezes, silenciam nos espaços da memória, da identidade, da pedagogia, da ciência e da ação política.

O número abre com o artigo de Carlos Manuel Faísca e Sandra Pereira, “Espaços Industriais em Transição: o Projeto da ex-Delphi de Ponte de Sor”, que analisa o processo de reconversão da antiga fábrica Delphi, do grupo General Motors, articulando a sua história local com os princípios internacionais de salvaguarda do património industrial. Através de fontes documentais, testemunhos de antigos operários e entrevistas a decisores políticos, os autores avaliam o projeto de transformação do espaço num centro empresarial e de formação, com um núcleo de memória industrial. O estudo evidencia o alinhamento do projeto com a Carta de Nizhny Tagil, destacando a integração entre funcionalidade, sustentabilidade e identidade. No entanto, alerta também para os desafios da subocupação, da dependência de financiamento externo e da necessidade de preservar efetivamente a memória operária.

Segue-se o artigo de Pedro Teixeira, “Acho que já soube, mas agora já não sei’: A substituição da História da Real Fábrica das Sedas e as Anexas (1734-2025)”, que prolonga o debate em torno do património industrial, agora em contexto urbano. Combinando pesquisa histórica com observação participante, o autor mostra como o desaparecimento da memória factual sobre o complexo fabril deu lugar a micronarrativas informais, muitas vezes imprecisas. O artigo interroga os mecanismos de apagamento institucional e propõe ações de valorização do património industrial, sublinhando o papel das comunidades locais e da administração pública na sua preservação ativa.

A discussão sobre património prolonga-se no texto de Sandra Pereira, “Património Cultural como Ferramenta Pedagógica no Ensino da História: Tensões e Contradições na Educação Patrimonial”, no qual a autora explora a relação entre literacia patrimonial e consciência histórica. A partir do estudo de caso do Convento de Santa Maria de Semide, em Miranda do Corvo, o artigo propõe metodologias participativas e uma abordagem crítica do património como construção social, reafirmando a escola como espaço de debate e de cidadania. Num contexto marcado por disputas sobre a memória coletiva, esta reflexão sobre a educação patrimonial assume especial relevância.

O artigo de Felismino Silva, “Reconstrucción de identidades caboverdianas en el contexto migratorio español: entre la herencia colonial y la hibridez cultural”, desloca o foco para os processos de construção identitária em contextos pós-coloniais e migratórios.

Através do estudo da comunidade cabo-verdiana em El Bierzo (Espanha), o autor propõe o conceito de identidade “caboberciana”, uma categoria analítica situada que conjuga pertencas africanas, lusófonas, migrantes e locais. O artigo critica a superficialidade dos discursos institucionais sobre multiculturalismo e sublinha a importância de dar visibilidade às comunidades subalternizadas em territórios rurais europeus.

No artigo “La Révolution du 25 avril 1974 et la politique extérieure: Le retour du Portugal à l’UNESCO”, Raquel Valente dos Santos analisa o regresso de Portugal à UNESCO após o 25 de Abril de 1974, evidenciando a importância da transição democrática e da descolonização na redefinição da política externa. Com base em fontes de arquivo e em bibliografia especializada, a autora mostra como Mário Soares liderou o processo de reintegração de Portugal na cena internacional, ao mesmo tempo em que se reconfigurava a imagem do país no pós-Estado Novo. O artigo reflete sobre a forma como os organismos internacionais operam como espelhos das transformações internas dos Estados.

O ensaio de Daniel Giesbrecht, “Nas entrelinhas da medicina. Cartas e a fabricação da eugenia luso-brasileira (1920-1930)”, constitui uma contribuição original para a história da medicina e das ciências coloniais. A partir da análise de correspondência entre Renato Kehl e António Mendes Correia, conservada em arquivos no Brasil e em Portugal, o autor mostra como as cartas funcionam como dispositivos de prestígio e como instrumentos de governação da vida. O ensaio desafia a ideia de uma eugenia “branda” nos países de matriz latina e evidencia a persistência de hierarquias coloniais e de ambivalências morais na construção do saber científico. Ao colocar em diálogo o Norte Global e o Sul Global, o texto propõe uma leitura crítica das continuidades e contradições da modernidade científica.

As duas resenhas críticas que encerram o número ampliam o escopo temático da revista. Leonardo Aboim Pires revê a obra de Vasco Paiva sobre o movimento camponês no pós-25 de Abril, deslocando o foco da tradicional Reforma Agrária do Sul de Portugal para evidenciar mobilizações populares em outras regiões do país. A resenha destaca a diversidade territorial do PREC e propõe uma reavaliação da historiografia dominante sobre a revolução portuguesa.

Karen Cristina Galetto analisa o livro *Saúde Mental, Depressão e Capitalismo*, de Elton Rogério Corbanezi, que interpreta a depressão como sintoma social do capitalismo neoliberal. A resenha valoriza a forma como o autor articula saúde mental, política e economia, contribuindo para um debate contemporâneo essencial sobre vulnerabilidade, sofrimento psíquico e justiça social.

Este número da revista *Estudos do Século XX* convida os leitores a pensarem o século passado não apenas como um período fechado, mas como um “campo de vestígios”, feito de memórias, disputas, silenciamentos e reativações. Através de abordagens interdisciplinares e geograficamente diversas, os artigos aqui reunidos mostram que o século XX permanece vivo nas identidades que (re)construímos, nos espaços que habitamos, nas políticas que (re)negociamos e nas narrativas que nos ajudam a compreender ou a desafiar o presente.

Ao propor um olhar crítico sobre os legados do século XX, este volume assume a sua vocação como espaço de reflexão plural, aberto a novas fontes, metodologias e formas de mediação histórica. Entre o passado recente e as urgências do presente, a *Estudos do*

Século XX continua a afirmar-se como um fórum de pensamento sobre o tempo em que vivemos.

Coimbra, 15 de dezembro de 2025
Carlos Manuel Fáisca & Clara Isabel Serrano

Traces and tensions: memory, identity, and power across the twentieth and twenty-first centuries

The twenty-fifth issue of the journal *Twentieth Century Studies* marks a significant moment in the publication's editorial journey, reaffirming its commitment to an interdisciplinary, critical approach that is attentive to the multiple forms of reading, representation, and contestation of the twentieth century.

The texts included in this volume – five research articles, one essay, and two critical reviews – share a common concern: to understand how the legacies of the twentieth century continue to shape the present, not only as historical remnants but also as an active field of disputes, interpretations, and reworkings.

The contributions presented here cross diverse geographies and contexts, from rural Spain to the urban margins of Lisbon, from transatlantic scientific networks to international cultural diplomacy, highlighting how traces of the twentieth century manifest, transform, and are sometimes silenced in the domains of memory, identity, pedagogy, science, and political action.

The issue opens with the article by Carlos Manuel Faísca and Sandra Pereira, “Industrial Spaces in Transition: the ex-Delphi Project in Ponte de Sor”, which analyses the reconversion process of the former Delphi factory, part of the General Motors group, linking its local history to international principles of industrial heritage conservation. Drawing on documentary sources, testimonies from former workers, and interviews with policymakers, the authors assess the municipal project to transform the site into a business and training centre, along with a space dedicated to industrial memory. The study highlights the project's alignment with the Nizhny Tagil Charter, emphasising the integration of functionality, sustainability, and identity. However, it also highlights key challenges, including underutilization, reliance on external funding, and the need to preserve workers' memories effectively. This article opens the volume with a reflection on the contemporary dilemmas of industrial heritage and its reintegration into the local economic and symbolic fabric.

Next is Pedro Teixeira's article, “‘I think I used to know, but now I don't anymore': The Replacement of the History of the Royal Silk Factory and Annexes (1734-2025)”, which extends the discussion on industrial heritage, now in an urban context. Combining historical research with participant observation, the author shows how the disappearance of factual memory of the factory complex has given way to informal, often inaccurate micronarratives. The article questions the mechanisms of institutional erasure and proposes actions to enhance industrial heritage, highlighting the role of local communities and public administration in its active preservation.

The discussion on heritage continues in Sandra Pereira's article, “Cultural Heritage as a Pedagogical Tool in History Teaching: Tensions and Contradictions in Heritage Education”, in which the author explores the relationship between heritage literacy and historical consciousness. Using the case study of the Convent of Santa Maria de Semide, in Miranda do Corvo, the article proposes participatory methodologies and a critical approach to heritage as a social construct, reaffirming the school as a space for debate and citizenship. In a context marked by disputes over collective memory, this reflection on heritage education is especially relevant.

Felismino Silva's article, "Reconstrucción de identidades caboverdianas en el contexto migratorio español: entre la herencia colonial y la hibridez cultural", shifts the focus to identity construction in postcolonial and migratory contexts. Through the study of the Cape Verdean community in El Bierzo (Spain), the author proposes the concept of "caboberciana" identity. This situated analytical category combines African, Lusophone, migrant, and local affiliations. The article critiques the superficiality of institutional discourses on multiculturalism and underscores the importance of giving visibility to subalternized communities in rural European territories.

In "La Révolution du 25 avril 1974 et la politique extérieure: Le retour du Portugal à l'UNESCO", Raquel Valente dos Santos analyses Portugal's return to UNESCO after the Carnation Revolution of April 25, 1974, highlighting the significance of the democratic transition and decolonisation in the redefinition of foreign policy. Drawing on archival sources and specialised bibliography, the author shows how Mário Soares led the process of reintegrating Portugal into the international scene, while simultaneously reshaping the country's post-dictatorship image. The article reflects on how global organisations function as mirrors of internal state transformations.

Daniel Giesbrecht's essay, "Between the Lines of Medicine: Letters and the Making of Luso-Brazilian Eugenics (1920-1930)", offers an original contribution to the history of medicine and colonial science. Through the analysis of correspondence between Renato Kehl and António Mendes Correia, preserved in archives in both Brazil and Portugal, the author shows how these letters operated as instruments of prestige and technologies for governing life. The essay challenges the notion of "mild" eugenics in Latin American countries and reveals the persistence of colonial hierarchies and moral ambivalence in the construction of scientific knowledge. By placing the Global North and South in dialogue, the text proposes a critical reading of the continuities and contradictions of scientific modernity.

The two critical reviews that close the issue expand the journal's thematic scope. Leonardo Aboim Pires reviews Vasco Paiva's work on the peasant movement in post-revolutionary Portugal, shifting the focus from the traditional Agrarian Reform in southern Portugal to highlight popular mobilisations in other regions of the country. The review emphasises the territorial diversity of the revolutionary process (PREC) and proposes a re-evaluation of dominant historiographies on the Portuguese Revolution.

Karen Cristina Galetto analyses the book *Mental Health, Depression and Capitalism*, by Elton Rogério Corbanezi, which interprets depression as a social symptom of neoliberal capitalism. The review values the way the author articulates mental health, politics, and economics, contributing to a crucial contemporary debate on vulnerability, psychic suffering, and social justice.

This issue of *Twentieth Century Studies* invites readers to consider the last century not merely as a closed historical period but as a "field of traces", composed of memories, disputes, silences, and reactivations. Through interdisciplinary and geographically diverse approaches, the articles gathered here demonstrate that the twentieth century remains alive in the identities we (re)construct, the spaces we inhabit, the politics we (re)negotiate, and the narratives that help us understand, or challenge, the present.

By offering a critical look at the legacies of the twentieth century, this volume reaffirms the journal's role as a space for plural reflection, open to new sources, methodologies,

and forms of historical mediation. Between the recent past and the urgencies of the present, *Twentieth Century Studies* continues to assert itself as a forum for thought about the time in which we live.

Coimbra, 15 december 2025

Carlos Manuel Fáisca & Clara Isabel Serrano

ARTIGOS

ARTICLES

Espaços Industriais em Transição: o Projeto da ex-Delphi de Ponte de Sor¹

Industrial Spaces in Transition: The Project of the former Delphi Plant in Ponte de Sor

**Carlos Manuel Faísca
Sandra Pereira**

Carlos Manuel Faísca

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares – CEIS20²

ORCID: 0000-0001-7501-021X

Sandra Pereira

Universidade de Évora, IHC/ IN2PAST, Fundação para a Ciência e Tecnologia³

ORCID: 0000-0002-1175-0769

¹ Os autores desejam agradecer toda a abertura por parte do Município de Ponte de Sor, especialmente ao então Vereador, mais tarde Vice-Presidente e atualmente Presidente da Câmara Municipal, Rogério Alves, bem como a Luís Bernardo, Chefe do Departamento de Planeamento Urbanístico do Município de Almada.

² O autor é financiado pelo projeto DryMED – Exploring dryland: agrarian systems and crop varieties in Mediterranean Iberia (18th to 20th centuries) funded by the FCT <https://doi.org/10.54499/2022.08206>. CEECIND/CP1714/CT0025, hosted at the Center for Interdisciplinary Studies of the University of Coimbra (UIDB/00460/2025).

³ A autora é financiada pelo projeto: Aproveitamento Sustentável do Património Industrial no Alentejo: Identidade, Preservação e Economia Circular – financiado pela *FCT Studentship: 2025. 04121.BDANA* Linha de Candidatura Específica em Ambiente Não Académico, Instituição de Acolhimento: Laboratório Associado para a Investigação e Inovação em Património, Artes, Sustentabilidade e Território e Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo.

ESPAÇOS INDUSTRIAIS EM TRANSIÇÃO: O PROJETO DA EX-DELPHI DE PONTE DE SOR

Este artigo analisa o processo de readaptação da antiga fábrica Delphi, do Grupo General Motors, em Ponte de Sor, articulando-o com os princípios internacionais de conservação do património industrial. A partir da história deste espaço fabril, que, entre 1969 e 2010, marcou profundamente a economia e a identidade locais, o estudo enquadra a readaptação no contexto mais amplo da desindustrialização e das políticas atuais de reutilização de infraestruturas industriais. A partir de fontes documentais, testemunhos de antigos trabalhadores e entrevistas a decisores políticos, é feita uma avaliação do projeto municipal que propõe um centro empresarial e formativo e ainda um espaço dedicado à memória e à História industrial. Este projeto apresenta um grande alinhamento com a Carta de Nizhny Tagil para o Património Industrial, ao integrar a continuidade funcional, a sustentabilidade económica e a preservação identitária. Contudo, desafios como a dependência de financiamento europeu, o risco de subocupação e a correta salvaguarda da memória e da História do espaço industrial podem condicionar a plena concretização do projeto, cujo impacto dependerá da sua execução futura.

Palavras-chave: Readaptação de Espaços Industriais; Reconversão Produtiva; Economia Circular; Património Industrial; Ponte de Sor.

INDUSTRIAL SPACES IN TRANSITION: THE PROJECT OF THE FORMER DELPHI PLANT IN PONTE DE SOR

This article examines the adaptive reuse of the former Delphi factory, owned by the General Motors Group, in Ponte de Sor, situating it within the international principles of industrial heritage conservation. Drawing on the history of this manufacturing site, which between 1969 and 2010 significantly shaped the local economy and identity, the study situates its adaptation within the broader context of deindustrialisation and present-day policies for the reuse of industrial infrastructure. Using documentary sources, testimonies from former workers, and interviews with political decision-makers, the article assesses the municipal project proposing a business and training centre, as well as a space dedicated to industrial memory and history. This project aligns strongly with the Nizhny Tagil Charter for Industrial Heritage by integrating functional continuity, economic sustainability, and the preservation of identity. However, challenges such as dependence on European funding, the risk of under-occupation, and the proper safeguarding of the site's industrial memory and history may constrain the full realisation of the project, whose impact will ultimately depend on its future implementation.

Keywords: Adaptive Reuse of Industrial Sites; Productive Reconversion; Circular Economy; Industrial Heritage; Ponte de Sor.

ESPACES INDUSTRIELS EN TRANSITION : LE PROJET DE L'ANCIENNE USINE DELPHI DE PONTE DE SOR

Cet article analyse le processus de réadaptation de l'ancienne usine Delphi du groupe General Motors à Ponte de Sor, en l'articulant avec les principes internationaux de conservation du patrimoine industriel. À partir de l'histoire de ce site industriel, qui a profondément marqué l'économie et l'identité locales entre 1969 et 2010, l'étude situe cette réadaptation dans le contexte plus large de la désindustrialisation et des politiques actuelles de réutilisation des infrastructures industrielles. S'appuyant sur des sources documentaires, des témoignages d'anciens travailleurs et des entretiens avec des décideurs politiques, l'article propose une évaluation du projet municipal visant la création d'un centre d'entreprises et de formation, ainsi que d'un espace dédié à la mémoire et à l'histoire industrielles. Ce projet présente un fort alignement avec la Charte de Nizhny Tagil pour le patrimoine industriel, en intégrant la continuité fonctionnelle, la durabilité économique et la préservation de l'identité. Toutefois, des défis tels que la dépendance aux financements européens, le risque de sous-occupation et la sauvegarde adéquate de la mémoire et de l'histoire du site industriel peuvent conditionner la pleine concrétisation du projet, dont l'impact dépendra de sa mise en œuvre future.

Mots-clés : Réadaptation des Espaces Industriels; Reconversion Productive; Économie Circulaire; Patrimoine Industriel; Ponte de Sor.

Introdução

A industrialização foi um dos fenómenos de maior impacto na História da Humanidade, deixando uma marca significativa em quase todos os territórios do globo. Um desses impactos foi a construção de vastos espaços industriais que ocuparam grandes áreas do solo urbano e que, fruto do processo de desindustrialização, perderam a sua função original, tornando-se, em muitos casos, estruturas abandonadas ou arruinadas (Okada, 2016). Em Portugal, a desindustrialização, isto é, o processo de transformação económica através do qual o setor industrial deixou de ser o principal contribuinte para o produto e para o emprego, cedendo esse papel ao setor dos serviços, iniciou-se a partir de meados da década de 1980, acelerando-se nas duas décadas seguintes (Amaral, 2019).

Neste contexto, existem inúmeros espaços industriais em praticamente todas as áreas urbanas do país que encerraram, mas que ainda se mantêm num estado de conservação razoável, permitindo o seu reaproveitamento para outros usos sociais. Num período de forte escassez de edifícios, sobretudo para habitação, mas também para a instalação de atividades empresariais e/ou comerciais, a readaptação de grandes áreas já infraestruturadas, como antigos espaços industriais, surge como uma oportunidade que evita o desperdício de energia e o aumento da poluição associados ao setor da construção e é, muitas vezes, financeiramente menos onerosa. Tão importante quanto estes aspetos, esta readaptação promove ainda a recuperação da economia local e até da autoestima das comunidades, frequentemente afetadas pelo doloroso encerramento de fontes de rendimento que marcaram famílias inteiras e gerações.

Os principais locais onde se têm levado a cabo ações de readaptação de espaços industriais concentram-se nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, com especial destaque para as frentes ribeirinhas historicamente industrializadas, como a zona oriental de Lisboa – Xabregas, Beato e Olivais –, e a Margem Sul do Tejo, nomeadamente Almada, Seixal e Barreiro (Oliveira, 2016; Pomesano e Falanga, 2025). No Porto, sobressaem as zonas de Campanhã e de Matosinhos, neste último caso sobretudo após o encerramento da refinaria da Petrogal. Em conjunto, estes territórios configuram os principais focos nacionais de abandono e reconversão do edificado industrial. Todavia, dada a magnitude da industrialização, é possível encontrar exemplos, por vezes de dimensão considerável, um pouco por todo o território nacional, incluindo em pequenas localidades do interior.

Em Ponte de Sor, uma pequena cidade do interior de Portugal, um espaço industrial marcou decisivamente a história contemporânea recente não só da cidade, como de todo o concelho e até da região envolvente. Conhecido como Delphi, sob diferentes designações empresariais, laborou entre 1969 e 2010. Até 1980, como produtora de diversos artigos de borracha e, desde então até ao seu encerramento, integrado no grupo *General Motors*, fabricando diferentes componentes automóveis como travões, apoios de motor, volantes ou *airbags*. Abandonado há mais de uma década, este espaço foi adquirido, em 2020, pelo Município de Ponte de Sor, com a finalidade de vir a ser reutilizado.

O objetivo deste artigo é, portanto, estudar o processo em curso de readaptação do espaço da antiga Delphi à luz dos princípios da conservação do património industrial. Para tal, procede-se ao cruzamento entre os principais documentos publicados pelo *The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage* (TICCIH), uma entrevista realizada ao decisor político mais diretamente envolvido no processo de

aquisição e do projeto de readaptação deste espaço industrial. Recorre-se ainda a vários testemunhos de antigos trabalhadores e a documentação associada à fábrica – em grande parte obtida através desses mesmos trabalhadores, devido ao desconhecimento do paradeiro, ou mesmo da sobrevivência, do arquivo da fábrica –, e a outra entrevista realizada a um decisor técnico do município de Almada, no âmbito de uma investigação em curso mais ampla sobre as políticas locais para com o património e espaços industriais.

Para alcançar o objetivo proposto, este artigo organiza-se da seguinte forma: após a introdução, apresenta-se uma breve abordagem à história do espaço industrial da antiga Delphi e ao seu impacto na comunidade local. Em seguida, procede-se a um resumo da literatura e da investigação existente, a nível nacional e internacional, sobre a readaptação de espaços industriais. Na terceira secção abordam-se os princípios teóricos da conservação e readaptação de património industrial, assentes sobretudo na Carta para o Património Industrial (TICCIH, 2003), e na quarta – o cerne deste artigo – cruzam-se estes com a informação disponibilizada sobre o projeto relativo à ex-Delphi, bem como as possibilidades e ameaças identificadas à sua correta execução. Por último, apresentam-se as conclusões, que sugerem que a antiga Delphi de Ponte de Sor reúne a maioria das condições para se tornar um paradigma da readaptação industrial em Portugal, embora apenas o futuro permita confirmar se tal virá efetivamente a concretizar-se.

1. O espaço industrial: CIMBOR, INLAN e DELPHI (1969-2010)

A 28 de junho de 1969 foi constituída legalmente a CIMBOR – Companhia Internacional de Manufaturas de Borracha, SARL, com sede na então vila de Ponte de Sor, tendo por finalidade o fabrico e a venda de artefactos de borracha natural e sintética (CIMBOR, 1969). Esta empresa viria a instalar-se num terreno previamente adquirido no mesmo ano, na zona industrial, com pouco mais de 20 mil m², junto à estação de caminho-de-ferro, o que levou a Câmara Municipal a construir diversas infraestruturas, como o alcatroamento de toda a zona envolvente, um sistema de abastecimento de água de 160 m³/h e o fornecimento de energia até 2.600 KVA (Pereira e Faísca, 2024).

A história empresarial da CIMBOR, que chegou a empregar 196 trabalhadores, foi marcada por um constante insucesso, conduzindo ao seu encerramento definitivo em 1980 (Pereira e Faísca, 2024). Contudo, este espaço praticamente não chegou a estar abandonado, tendo sido adquirido pela INLAN, uma empresa do grupo multinacional do setor automóvel *General Motors*, com sede em Detroit, Estados Unidos da América. Esta aquisição permitiu um novo uso do espaço, aproveitando grande parte do capital fixo instalado – fator que se revelou, aliás, essencial para a decisão de compra. Nas três décadas seguintes, e ainda mais do que a CIMBOR, a Delphi – designação que passou a utilizar-se a partir de 1995 – produziu um impacto profundo numa pequena comunidade que, apesar de possuir algum passado industrial ligado à transformação de produtos endógenos como trigo, milho, centeio, arroz e cortiça⁴, atingiu com esta empresa uma escala sem precedentes.

⁴ Destaca-se o funcionamento, entre 1926 e 1966, de uma fábrica da multinacional de origem catalã *Mundet* que chegou a ser uma das líderes do mercado internacional de transformação de cortiça.

De facto, a Delphi, que expandiu todo o espaço fabril para mais do dobro do ocupado pela CIMBOR, não só empregou diretamente, pelo menos, cerca de 700 trabalhadores (Pereira e Faísca, 2024), como foi responsável por um conjunto de inovações de natureza económico-social naquele contexto local que deixaram marca duradoura nos habitantes de Ponte de Sor. Entre estas destacam-se tanto as condições sociais proporcionadas aos trabalhadores e às suas famílias – acesso a cuidados de saúde, formação profissional e académica, remunerações mais elevadas do que a média regional – como o impacto cultural, que se manifestou em aspetos como o desenvolvimento da prática desportiva em modalidades sem qualquer tradição local, como o basquetebol (Pereira, 2022; Alves, 2025). Este caso, resultante da influência direta da administração norte-americana, levou, já na segunda década do século XXI, à ascensão do clube local, o Eléctrico Futebol Clube, à primeira divisão nacional. Durante o período de laboração da unidade fabril, a vila de Ponte de Sor foi elevada ao estatuto de cidade, sendo inclusive sublinhado, no Projeto de Lei n.º 222/III (18 Out. 1983), o papel que a empresa desempenhou nesse processo. Entre 1981 e 2001, o concelho foi o único de toda a região do Alto Alentejo a ganhar população, sobretudo na sede de concelho, onde a fábrica se localizava – um fator para o qual o emprego gerado por esta unidade industrial contribuiu de forma significativa.

Com tamanha importância local e regional, o encerramento da fábrica, amplamente noticiado na imprensa local, regional e nacional, constituiu um evento traumático em Ponte de Sor (Diário de Notícias, 2009). Para além do impacto económico – que, em 2010, durante uma das principais crises económicas e financeiras em Portugal, culminando na terceira intervenção do Fundo Monetário Internacional no país, deixou mais de 450 pessoas sem trabalho, incluindo vários agregados familiares – o fecho teve igualmente fortes repercussões sociais e culturais. Não se tratou, todavia, de um processo de insolvência, mas antes de uma deslocalização, o que atenuou, no curto prazo, o impacto económico do fecho, pois foram atribuídas indemnizações aos antigos trabalhadores em montantes acima ao exigido por lei. Porém, o desmantelamento quase total da maquinaria existente foi imediato, restando pouca cultura material, conforme demonstra a Figura 1, com exceção de alguns objetos do laboratório, gabinete médico, refeitório, relacionados com a segurança no trabalho e um ou outro produto final. Encerrada a fábrica, todo o edifício foi adquirido pela empresa *Manuel da Conceição Graça*, mas que a manteve sem qualquer atividade durante mais de uma década.

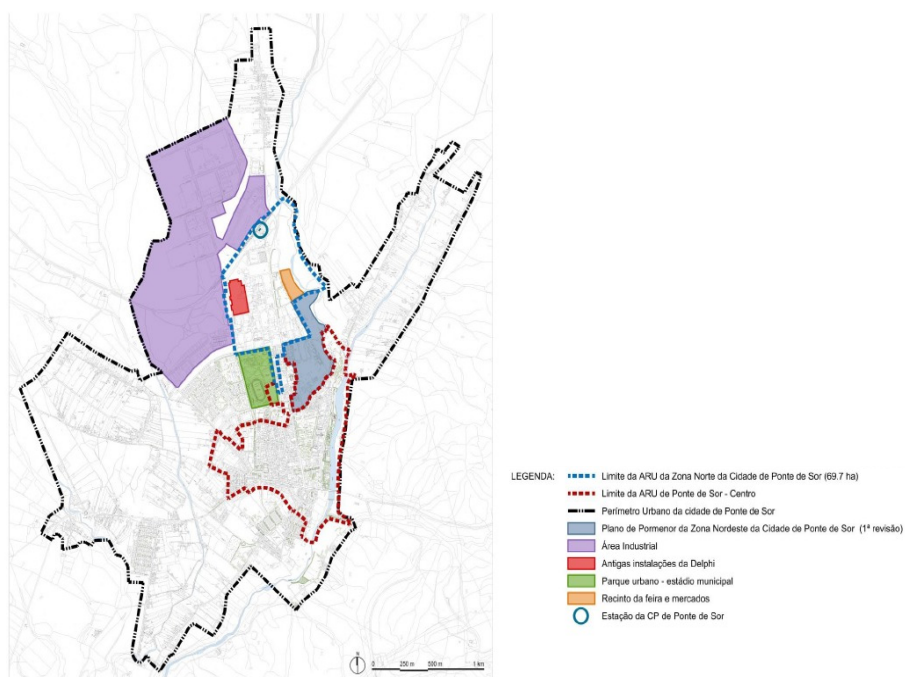
Aquando da construção deste complexo industrial, ainda no final da década de 1960, este localizava-se no limite norte da então vila de Ponte de Sor, a sul da linha de caminho de ferro e a cerca de dois quilómetros dos Paços do Concelho, que marcavam o centro da localidade. Contudo, a expansão urbana da atual cidade processou-se sobretudo no sentido de aproximar as zonas habitacionais, comerciais e mesmo os serviços públicos da área industrial, em parte devido à importância estruturante da Delphi, a qual, por sua vez, se expandiu para norte da linha de caminho de ferro. Deste modo, o espaço da ex-Delphi encontra-se atualmente numa zona muito central da área urbana, a cerca de metade da distância em relação aos Paços do Concelho e a poucas centenas de metros da área de maior densidade habitacional, conforme se pode verificar na Figura 2.

Figura 1 – Espaço da antiga Delphi, em Ponte de Sor, dezembro de 2020.



Fonte: Fotografia dos autores, 2021.

Figura 2 – Área urbana de Ponte de Sor.



Fonte: Sociedade Portuguesa de Inovação, 2018.

2. A readaptação de espaços industriais no contexto nacional e internacional.

A readaptação de antigos espaços industriais tornou-se, nas últimas décadas, uma prática central em políticas urbanas, culturais e económicas, constituindo uma resposta estratégica e territorialmente sustentável ao fenómeno global da desindustrialização. Este processo, que afetou profundamente a Europa Ocidental e a América do Norte a partir dos anos 1970, expandindo-se nas décadas seguintes ao restante continente Europeu, Americano e a algumas regiões da Ásia Oriental, conduziu ao crescente aparecimento de grandes infraestruturas fabris obsoletas e à necessidade de repensar o seu papel nas cidades contemporâneas. O abandono dos complexos fabris colocou problemas ambientais (contaminação, resíduos), sociais (ruptura de emprego, perda de identidades locais) e territoriais (vazios urbanos, *brownfields*⁵), exigindo respostas que conciliem preservação identitária, viabilidade económica e sustentabilidade ambiental (Bluestone and Harrison, 1982; Harvey, 1989). A readaptação destes espaços, já dotados de acessibilidades e robustez construtiva, alinha-se com os princípios da economia circular e da sustentabilidade urbana, ao evitar a expansão desnecessária sobre solo virgem (*greenfields*⁶), e assim mitigar impactos ambientais. Paralelamente, o interesse crescente pelo património industrial e pela memória do trabalho reforçou a relevância de integrações equilibradas entre inovação económica e salvaguarda identitária (Edensor, 2005; Douet, 2016).

O enquadramento teórico da readaptação de espaços industriais evoluiu significativamente nas últimas décadas. Enquanto a noção de Património Industrial tendeu historicamente a focar-se na conservação e musealização, a literatura contemporânea privilegia o conceito de Espaço Industrial (Edensor, 2005; Douet, 2016). Esta mudança conceptual é crucial para a readaptação funcional, pois reconhece que estes locais são *territórios vivos* suscetíveis de *ressignificação*, permitindo conciliar a memória e a História com a viabilidade económica e o uso funcional contemporâneo.

A nível internacional, os processos de reconversão industrial adquiriram escala significativa em regiões profundamente marcadas pelo declínio do carvão, do aço e da metalomecânica pesada. Estes processos refletem vocações territoriais distintas e diferentes níveis de pressão urbana, podendo ser organizados em três modelos dominantes (Loures e Panagopoulos, 2007):

a) Reconversão Cultural

Foco em equipamentos de arte, lazer e indústrias criativas. O caso mais paradigmático é o *Tate Modern* (Londres), instalada na antiga *Bankside Power Station*, que enfrentou

⁵ Áreas industriais abandonadas, frequentemente caracterizadas pela contaminação do solo e das águas subterrâneas por metais pesados, hidrocarbonetos ou outros resíduos do processo fabril. Alker, S., Clegg, T., Corner, A., Ross, K., & Smith, J. (2000). The definition of brownfield. *Journal of Environmental Planning and Management*, 43(1), 49-69.

⁶ Designa terrenos não desenvolvidos, normalmente agrícolas, florestais ou naturais, que são alvo de nova construção. A sua utilização contrasta com a regeneração de *brownfields* (terrenos abandonados) e implica a expansão urbana sobre solo não artificializado (Curran and Williams, 2003). *Greenfield versus brownfield development: An overview*. Housing Policy Debate, 14(1-2), 115-139.

desafios significativos de adaptação arquitectónica e financiamento, mas tornou-se num dos museus mais visitados do mundo (Sudjic, 2015). Em Espanha, o “*Matadero Madrid*” representa outro exemplo bem-sucedido, embora tenha exigido investimento público substancial e um longo processo de negociação com a comunidade local.

b) Reconversão Mista/Habitacional

Combinação de usos residenciais, terciários e de lazer. *HafenCity* (Hamburgo, Alemanha) constitui um dos maiores projetos de regeneração urbana europeus, transformando antigas áreas portuárias em bairros multifuncionais, frequentemente mediadas por grandes programas público-privados. Este projeto enfrentou desafios consideráveis relacionados com a contaminação do solo, custos elevados de infraestruturação e questões de gentrificação. Os *Docklands* de Londres apresentaram dificuldades semelhantes, com críticas quanto ao impacto social e à expulsão de comunidades originais devido à especulação imobiliária.

c) Reconversão Produtiva/Empresarial

Reinscrição ou adaptação das funções produtivas para novos modelos económicos (tecnologia, *startups*, logística, inovação). O *Brooklyn Navy Yard* (Nova Iorque) exemplifica este modelo, mantendo a vocação industrial através de pequenas e médias empresas de manufatura moderna. Os polos de inovação na Silésia (Polónia) e outros territórios pós-industriais enfrentaram desafios estruturais relacionados com o desemprego massivo, necessidade de reconversão profissional da população e atração de novos investimentos. A sustentabilidade económica depende da dependência de investimento público e de modelos de negócio a longo prazo (Landry, 2012) e o desafio de balancear preservação e funcionalidade. Porém, esta abordagem mantém a vocação funcional do sítio, facilitando a reconstituição simbólica da identidade do trabalho (Storm, 2008) ao reintroduzir a atividade económica.

Um caso de referência especialmente relevante é o *Ruhr* alemão, onde antigas infraestruturas foram convertidas em museus, parques tecnológicos, centros criativos e espaços verdes. O complexo *Zollverein*, hoje Património Mundial da UNESCO, representa um exemplo notável de preservação da integridade arquitetónica integrada num amplo programa de regeneração regional (Marth e Thelen, 2018). Contudo, este processo exigiu décadas de planeamento, investimento público significativo através da *Internationale Bauausstellung* (IBA *Emscher Park*⁷) e forte coordenação entre múltiplos níveis de governação.

Para além destes grandes projetos de regeneração territorial, importa destacar intervenções cuja relevância decorre sobretudo da sua dimensão arquitetónica e simbólica.

⁷ A *Internationale Bauausstellung* (IBA) *Emscher Park* foi um programa de desenvolvimento regional que decorreu de 1989 a 1999, focado na recuperação ecológica e na reabilitação de antigos espaços industriais na região do Ruhr, servindo como modelo para a regeneração de *brownfields* e a criação de espaços verdes e culturais (Schubert, 2002). *The IBA Emscher Park: The remaking of a region*. Birkhauser.

Um caso paradigmático é *La Fábrica*, em Sant Just Desvern (Barcelona), projeto de Ricardo Bofill iniciado na década de 1970 a partir de uma antiga fábrica de cimento. Nesta intervenção, a ruína industrial é assumida como matéria arquitetónica, preservando os silos, as chaminés e os volumes fabris, reinterpretados como espaços de trabalho, habitação e criação cultural. A preservação expressiva da materialidade industrial confere ao conjunto uma forte dimensão identitária, tornando *La Fábrica* um manifesto sobre o potencial poético e simbólico da arquitetura industrial readaptada.⁸

Outro exemplo particularmente relevante é a reconversão da antiga Fábrica de Açúcar de San Isidro, em Granada, projetada por Juan Domingo Santos. Neste caso, a intervenção caracteriza-se por uma abordagem de grande contenção formal, assente na preservação rigorosa das estruturas existentes e na integração discreta de novos usos culturais e educativos.⁹ A manutenção da legibilidade da lógica produtiva original, através da conservação dos volumes e percursos industriais, constitui um exemplo claro de uma estratégia de mínima intervenção e de respeito pela autenticidade do sítio, alinhada com os princípios internacionais de conservação do património industrial.

Em Itália, a transformação da *Fiat-Lingotto* originou um complexo multifuncional que articula hotelaria, comércio, formação e eventos, preservando elementos estruturais icónicos como a pista de testes no topo do edifício (Olmo, 2004). Nos Estados Unidos da América, o *High Line* (Nova Iorque) consolidou um modelo de reapropriação urbana baseado na criação de espaços públicos construídos sobre infraestruturas ferroviárias abandonadas, embora tenha sido criticado pelo seu impacto gentrificador nos bairros envolventes. Todos estes exemplos demonstram a flexibilidade e diversidade de usos possíveis, mas revelam também desafios comuns: elevados custos de remediação ambiental, dificuldades de financiamento, riscos de gentrificação, necessidade de articulação entre múltiplos atores e o equilíbrio delicado entre preservação patrimonial e viabilidade económica.

Em Portugal, a resposta à desindustrialização tem sido menos estruturada do que a verificada noutros países europeus, o que resulta numa evolução heterogénea e frequentemente fragmentada. A readaptação dos antigos espaços produtivos é dificultada por vários fatores, entre os quais o pesado passivo ambiental, sobretudo visível na contaminação dos solos de antigos complexos químicos, metalúrgicos e têxteis, que representa um obstáculo financeiro significativo à intervenção. Junta-se a isto a reduzida viabilidade económica em territórios de baixa densidade, onde a menor pressão imobiliária e demográfica exige projetos mais sustentáveis, frequentemente dependentes de apoio público e da visão estratégica dos decisores locais. A ausência de políticas públicas específicas, traduzida na falta de instrumentos de planeamento dedicados e de incentivos consistentes para a reconversão industrial, agrava estas dificuldades. Por fim, permanece uma forte dependência do investimento privado, já que grande parte das reconversões bem-sucedidas resulta sobretudo da iniciativa empresarial, sem um enquadramento territorial verdadeiramente estratégico.

⁸ *La Fábrica* – Ricardo Bofill *Taller de Arquitectura*. In: <https://www.bofill.com/la-fabrica/>

⁹ Fábrica de açúcar de San Isidro de Juan Domingo Santos. AV Monografías. (2000). *20 para el XXI: Young European Architects* (No. 83). Madrid: Arquitectura Viva.

Entre os casos mais representativos de reconversão em território português destacam-se, sobretudo, as reutilizações culturais e criativas, bem como algumas experiências de continuidade produtiva. O *LX Factory*, em Lisboa, instalado na antiga Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense, constitui o exemplo mais conhecido de reaproveitamento empresarial e cultural, preservando elementos arquitetónicos e espaços amplos característicos do passado industrial. Contudo, tem sido criticado pela crescente comercialização e “turistificação”, que contribuem para a perda gradual da sua componente criativa original. Também o *Oliva Creative Factory*, em São João da Madeira, demonstra a conversão parcial de um grande complexo metalúrgico em espaço destinado às indústrias criativas, mantendo a estrutura fabril. Este caso, porém, evidencia dificuldades persistentes de plena ocupação, revelando os desafios associados à atração de empresas para territórios periféricos e à sustentabilidade económica em contextos com fraca massa crítica. No âmbito das reutilizações produtivas contemporâneas, destaca-se a reativação da Metalúrgica Duarte Ferreira, no Tramagal, atualmente convertida numa unidade de produção automóvel da *Mitsubishi Fuso*, constituindo um raro exemplo de continuidade funcional bem-sucedida, ainda que apoiado por condições excecionais de infraestruturação e por significativos incentivos públicos, e contando com um espaço cultural de iniciativa municipal – Museu Duarte Ferreira.

Estes exemplos ilustram que continuidade produtiva é possível quando existe enquadramento industrial e investimento orientado. Embora relevantes, também evidenciam limitações estruturais e confirmam a necessidade de abordagens mais integradas que articulem memória industrial, continuidade produtiva e valorização territorial sustentável. Para colmatar estas questões, limitações nacionais recorrentes deveriam ser ultrapassadas, tais como: fragmentação de intervenções, dependência de investimento privado, dificuldades financeiras para mitigar passivos ambientais e ausência, muitas vezes, de estratégias nacionais e locais integradas que combinem preservação, inovação produtiva e coesão social.

No contexto português, a reflexão académica sobre a readaptação de espaços industriais tem vindo a consolidar-se nas últimas décadas, acompanhando o progressivo reconhecimento do património industrial como componente relevante do património cultural. Para além da análise de casos concretos, diversos trabalhos científicos têm debatido criticamente as tensões entre conservação, reutilização funcional e viabilidade económica, bem como a ausência de políticas públicas integradas especificamente orientadas para a reconversão de áreas industriais abandonadas (Oliveira, 2016; Amaral, 2019).

Estudos recentes têm igualmente sublinhado a importância da valorização da memória industrial e da identidade do trabalho nos processos de readaptação, alertando para os riscos de abordagens excessivamente orientadas pelo mercado ou pela lógica imobiliária, sobretudo em territórios de baixa densidade (Pereira, 2022; Faísca e Parejo Moruno, 2023). Estes debates internos reforçam a necessidade de enquadrar os projetos de reconversão industrial num quadro teórico sólido, capaz de articular preservação patrimonial, continuidade funcional e coesão social.

3. A Carta de Nizhny Tagil como Quadro de Referência para a Reutilização Produtiva do Património Industrial

A Carta de Nizhny Tagil sobre o Património Industrial (TICCIH, 2003) define os princípios fundamentais que orientam internacionalmente as boas práticas de salvaguarda e reutilização de espaços industriais. Reconhece o património industrial como um registo universal da atividade humana, dotado de valor histórico, tecnológico, social, arquitetónico e científico, que justifica a sua conservação. Defende que a forma mais sustentável de preservação passa pelo uso adaptativo, desde que compatível com os valores históricos e com a identidade funcional do sítio, respeitando o edificado e a sua estrutura original. Sublinha ainda a importância da mínima intervenção e da legibilidade, privilegiando a conservação e a reparação sobre a reconstrução, de modo a garantir a autenticidade e a possibilidade de “ler” a função original do espaço.

Este documento valoriza ainda a sustentabilidade, promovendo estratégias que evitem demolições desnecessárias, reduzam impactos ambientais e integrem a reutilização no quadro da economia circular. Além disso, alarga o conceito de património à documentação, aos registos técnicos, aos artefactos, à maquinaria e aos testemunhos orais, que devem ser preservados como parte integrante da memória industrial. Finalmente, destaca o papel central da participação comunitária, defendendo o envolvimento das comunidades locais e dos antigos trabalhadores nos processos de interpretação, documentação e decisão sobre o reuso dos espaços industriais.

A reconversão produtiva ou empresarial, quando bem concebida, integra-se plenamente nestes princípios, pois respeita a estrutura original, dado que o uso empresarial aproveita geralmente a grande escala, a robustez e a funcionalidade dos edifícios industriais sem exigir alterações profundas; garante viabilidade económica, porque o novo uso assegura a sustentabilidade financeira necessária à preservação a longo prazo, evitando o abandono e a degradação; e mantém a vocação funcional, já que a continuidade de funções produtivas ou económicas preserva o “espírito do lugar” e permite a reconstituição simbólica da identidade do trabalho (Storm, 2008).

A importância dos espaços de memória em contextos de reconversão industrial tem sido amplamente sublinhada pela investigação internacional (High, 2007; Strangleman, 2013; DeSilvey e Edensor, 2013). A memória industrial não é apenas um conjunto de objetos ou documentos, mas uma dimensão afetiva, social e identitária que estrutura comunidades inteiras. Para que a compatibilidade entre novo uso e preservação patrimonial seja total, é fundamental integrar a memória no contexto da reconversão. A presença de “Espaços de Memória” – tais como centros de documentação, núcleos museológicos, galerias de interpretação, arquivos orais ou conservação *in situ* de maquinaria – garante que a legibilidade histórica e a autenticidade do sítio não sejam apagadas pela nova funcionalidade.

A aplicação prática destes princípios pode observar-se em diversos projetos internacionais de referência já mencionados. Em *La Fábrica*, de Ricardo Bofill, a memória industrial é incorporada através da preservação expressiva da ruína como elemento arquitetónico ativo, permitindo que a materialidade fabril permaneça legível no novo programa funcional. Na antiga Fábrica de Açúcar de San Isidro, em Granada, a estratégia de mínima intervenção e de preservação da legibilidade estrutural assegura uma leitura

clara da organização produtiva original, exemplificando uma aplicação rigorosa dos princípios de autenticidade e reversibilidade.

Em contextos de maior escala, como o complexo Zollverein, no Ruhr, ou o Brooklyn Navy Yard, a criação de centros de interpretação, arquivos históricos e dispositivos expositivos integrados nos novos usos produtivos demonstra como os chamados *espaços de memória* podem coexistir com programas economicamente sustentáveis, funcionando como mediadores entre o passado industrial e as dinâmicas contemporâneas.

A investigação recente mostra que a preservação e interpretação do passado fabril constitui também uma forma de reparar traumas sociais, sobretudo em territórios onde o encerramento de fábricas significou forte rutura económica e desemprego massivo; reforçar a identidade local e o sentimento de pertença, transformando o trauma da desindustrialização num fator de diferenciação territorial; valorizar saberes técnicos e práticas laborais que fazem parte da história social das comunidades; promover a participação cidadã em processos de regeneração urbana, através do envolvimento de ex-trabalhadores e as suas famílias; evitar a “violência memorial” ao impedir que a reconversão se torne num ato de eliminação da história do trabalho e da memória coletiva (DeSilvey, 2006).

Através de Fontes Orais (Portelli, 2010) e do envolvimento ativo de ex-trabalhadores, os “Espaços de Memória” permitem a reconstituição simbólica da identidade local, transformando a memória do passado industrial num ativo para o desenvolvimento futuro e para a valorização do novo *cluster* empresarial. Porém, a eficácia da preservação da memória e a sua integração sustentável no novo uso dependem da especialização e da sensibilidade da intervenção técnica. Uma intervenção unicamente orientada pela engenharia ou arquitetura não especializada corre o risco de desrespeitar o valor afetivo, social e identitário do sítio (High, 2007; Strangleman, 2013; DeSilvey e Edensor, 2013). Para evitar a “violência memorial” (DeSilvey, 2006) – o apagamento das narrativas e da história do trabalho –, é crucial que as equipas de readaptação sejam multidisciplinares. A correta interpretação e documentação dos registos fabris e dos testemunhos orais (Portelli, 2010) exige historiadores ou arqueólogos industriais, que devem trabalhar em conjunto com os técnicos de conservação.

Também a reutilização de estruturas industriais insere-se nas estratégias de economia circular, pois reduz significativamente as emissões de CO₂ associadas à produção de cimento, aço e outros materiais de construção; evita a deposição de grandes volumes de resíduos de construção e demolição em aterro; diminui a artificialização do solo e a pressão sobre áreas agrícolas ou naturais; conserva infraestruturas urbanas e logísticas já existentes, nomeadamente acessibilidades rodoviárias, ferroviárias e redes de *utilities*

A aplicação destes princípios ao caso ex-Delphi – preservação estrutural, criação de um núcleo de memória, aposta na continuidade funcional e gestão orientada para sustentabilidade –, caso se venha a verificar, demonstra que é possível aliar um projeto de reconversão produtiva com as exigências da Carta, mantendo a legibilidade e a autenticidade do sítio enquanto se assegura uma viabilidade económica de longo prazo. Só esta abordagem integrada pode garantir que os princípios normativos da Carta de Nizhny Tagil – como a legibilidade e a autenticidade funcional – sejam plenamente cumpridos, impedindo que a reconversão se limite a uma “higienização” estética ou à mera eliminação de passivos ambientais.

4. O Centro de Negócios de Ponte de Sor: possibilidades e ameaças a um projeto de readaptação industrial

Após uma década fechadas, as instalações da antiga Delphi foram adquiridas, em 2020, pelo Município de Ponte de Sor, por um montante de aproximadamente dois milhões de euros (Assembleia Municipal Ponte de Sor, 2019). A enorme dimensão do complexo industrial, cerca de 65.000 m², dos quais 35.000 m² cobertos, funcionou, para diversos investidores privados que manifestaram interesse na sua eventual aquisição, como um fator dissuasor (Alves, 2025). Não se trata, aliás, de um caso isolado: também no antigo complexo industrial da Oliva, em São João da Madeira – e não obstante o facto de se situar num dos municípios cuja política local mais se orienta para o Património Industrial, incluindo a sua reutilização – apenas 13.000 m², de um total de 90.000 m², se encontram atualmente ocupados pela *Oliva Creative Factory*, um espaço de acolhimento de indústrias criativas, precisamente devido à grande escala que o antigo espaço fabril apresenta.

Perante, por um lado, a vontade da comunidade local em revitalizar um local que teve um impacto tão relevante no seu quotidiano recente e, por outro, a estratégia municipal de aumentar a disponibilidade de espaços destinados à captação de novas estruturas de apoio à economia local, o executivo decidiu adquirir o imóvel, tendo em consideração a Estratégia de Especialização Inteligente do Alentejo, que previa o cofinanciamento, através de fundos da União Europeia, de espaços de acolhimento à atividade empresarial (CCDR, 2013, 18-19). O Município de Ponte de Sor elaborou então um ambicioso projeto de readaptação industrial, composto, conforme ilustrado na Figura 3, por áreas de acolhimento empresarial de diferentes dimensões; uma zona dedicada à formação profissional, diretamente alinhada com a economia local mais recente, em particular com o setor aeronáutico; um auditório; uma área de exposições; e ainda um núcleo museológico destinado a perpetuar a memória e a História daquele espaço.

Figura 3 – Projeto inicial para o Centro de Negócios de Ponte de Sor.



Do ponto de vista teórico, este projeto constitui um exemplo particularmente completo das boas práticas de readaptação de instalações industriais previstas, sobretudo,

na *Carta de Nizhny Tagil sobre o Património Industrial*, publicada em 2003 pelo *The International Committee for the Conservation of Industrial Heritage* (TICCIH, 2003), bem como em guias mais recentes promovidos pela mesma instituição – a principal entidade internacional de referência no estudo, documentação, preservação e valorização de sítios, paisagens, artefactos e saberes associados à industrialização (Douet, 2016). Segue-se, assim, uma análise do que já se encontra salvaguardado de acordo com essas orientações, das potencialidades ainda em aberto e, finalmente, das ameaças que poderão impedir que o projeto venha a constituir um caso paradigmático da readaptação industrial em Portugal.

4.1. Boas práticas de readaptação de espaços industriais já concretizadas

No que respeita ao edificado, verifica-se uma preservação muito ampla da integridade arquitetónica, conservando-se *in situ* a estrutura original, em conformidade com as recomendações I e III do artigo 5.º da *Carta sobre o Património Industrial*. Como referido, a maquinaria foi removida aquando do encerramento da fábrica, mas o edifício permanece praticamente intacto. Importa igualmente sublinhar que o projeto e a própria trajetória histórica da unidade industrial se enquadram na recomendação V, segundo a qual a adaptação e continuidade de uso dos edifícios industriais evita o desperdício de energia e contribui para um desenvolvimento económico sustentável. A reutilização reduz a extração de novas matérias-primas – num setor particularmente poluente – e evita a produção de resíduos decorrentes de demolições. Acresce que, sob o ponto de vista técnico e financeiro, o reaproveitamento de estruturas industriais existentes é, com frequência, uma solução mais vantajosa.

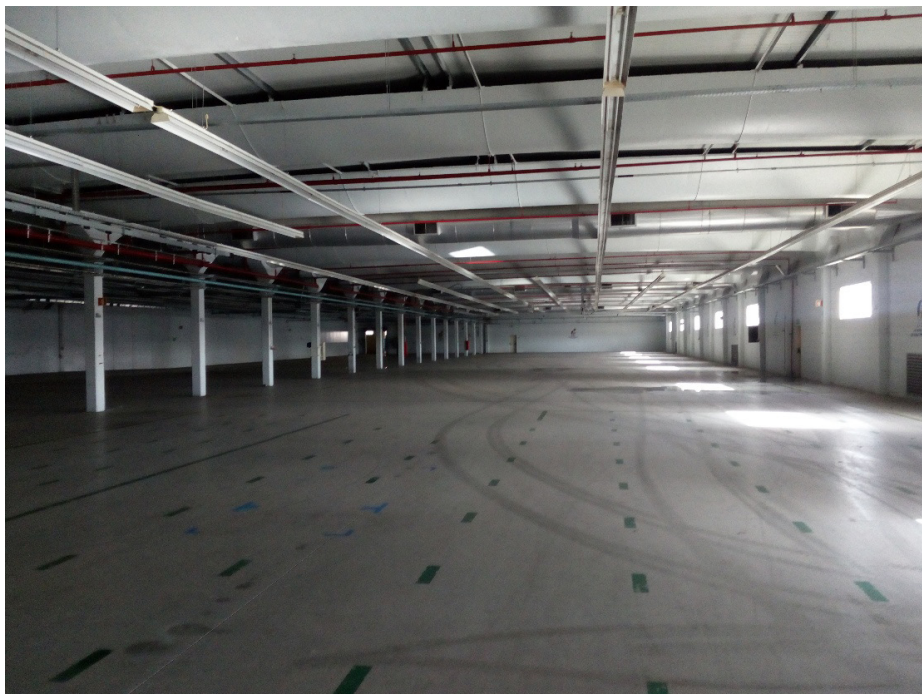
Essa vantagem resulta de múltiplos fatores, patentes também neste caso: desde logo, a localização estratégica junto de importantes eixos de transporte, característica comum a muitas implantações industriais (Weber, 1929; Fujita, Krugman e Venables, 2001; Faísca e Parejo Moruno, 2023)¹⁰. No caso da Delphi, a estação ferroviária de Ponte de Sor, datada de 1863, situa-se a cerca de 200 metros do complexo. A este fator soma-se a robustez construtiva necessária para suportar maquinaria pesada e vibrações, que confere a estes edifícios grande longevidade. Os amplos vãos e espaços interiores generosos, como se pode verificar na Figura 4, reforçam a versatilidade do edificado industrial, permitindo usos tão diversos como centros culturais, habitação, residências estudantis, comércio ou equipamentos de lazer. Por fim, estes espaços beneficiam, regra geral, de boas infraestruturas pré-existentes – saneamento, abastecimento de água, eletricidade – dispensando investimentos elevados que novas construções exigiriam, o que é o caso, conforme referido anteriormente.

No plano administrativo, o processo de reabilitação revela-se hoje significativamente mais simples do que o de construção nova, não sendo necessária a obtenção de nova licença. Se inseridas em Área de Reabilitação Urbana (ARU), como é o caso, as operações

¹⁰ Os fatores de localização industrial encontram-se estudados desde, pelo menos, a obra seminal de Alfred Weber, *Über den Standort der Industrie*, publicada originalmente em 1909 e republicada em língua inglesa em 1929. Diversos autores abordaram estas questões, destacando-se o trabalho de Fujita, Krugman e Venables que aqui se cita por esse motivo, assim como o caso concreto da indústria corticeira também bastante presente nesta região.

beneficiam ainda de um regime fiscal muito favorável: aplicação da taxa mínima de 6% de IVA e isenção de IMT e de IMI durante oito anos (Bernardo, 2025). No entanto, estes benefícios fiscais abrangem apenas investidores privados, pelo que, neste caso concreto, o Município de Ponte de Sor – ou qualquer outra entidade pública – não foi abrangido por esta medida.

Figura 4 – Secção de produção de Airbags da antiga Delphi, em Ponte de Sor, dezembro de 2020.



Fonte: Fotografia dos autores, 2021.

4.2. Possibilidades de implementação de boas práticas de reutilização de espaços industriais

Embora o projeto ainda esteja em curso, é já possível identificar diversas oportunidades que poderão transformá-lo num exemplo de referência na readaptação industrial em Portugal. A recomendação IV da Carta do Património Industrial sublinha que qualquer adaptação “(...) *deve evocar a sua antiga atividade* (...)”. Tal implica um conhecimento sólido e aprofundado do passado fabril do local. Parte desse trabalho encontra-se realizado (Pereira, 2022; Pereira e Faísca, 2024), permitindo traçar a evolução da unidade entre 1969 e 2010, tanto no plano económico e empresarial como nas dimensões social e cultural.

Contudo, importa aprofundar a investigação histórica, recorrendo simultaneamente a mais testemunhos orais e à análise documental, com especial foco na reconstrução do arquivo da fábrica, desaparecido após o encerramento. Esse esforço já foi iniciado através de documentação recolhida junto de antigos trabalhadores. Durante a investigação para uma dissertação de mestrado (Pereira, 2022), quatro trabalhadores – Luiz Vasco, João Possante, António Sobreira e José Carlos Marques – disponibilizaram documentação contendo informação essencial, incluindo vários números da publicação periódica interna, exemplificado pela Figura 5. Apesar da inevitável perda documental, este processo permitiu reconstituir parcialmente o arquivo, um trabalho que se encontra longe de concluído, até porque vários outros trabalhadores manifestaram disponibilidade para colaborar. Paralelamente, foram identificados e transferidos para o Arquivo Histórico Municipal exemplares de produtos industriais – volantes, assentos, travões – cumprindo, ainda que de forma incompleta, a recomendação IX relativa à preservação de registos documentais, arquivos empresariais e artefactos industriais.

Figura 5 – Publicação Periódica interna da Inlan, 1990.



Num eventual polo museológico, integrado no Museu Municipal de Ponte de Sor e alinhado com os princípios da Nova Museologia, como já acontece, e que privilegia uma construção participada com e para a comunidade (Duarte, 2014), poderão ser expostas peças, documentos, fotografias e testemunhos audiovisuais cedidos por antigos trabalhadores. O auditório previsto poderá acolher eventos regulares sobre o passado industrial do concelho, conferências com ex-operários e oficinas sobre o *saber fazer*

industrial ali desenvolvido, incluindo os relacionados com patentes produzidas por trabalhadores da própria fábrica (Vasco, 2021). O espaço pode ainda receber atividades de formação, congressos e encontros científicos ligados à indústria automóvel, independentemente da participação direta da comunidade local. Ainda neste âmbito, publicações sobre a história e os processos industriais da fábrica devem ser incentivadas, em consonância com a recomendação VIII.

A criação desta zona de preservação e reaproveitamento do conhecimento é, na nossa perspetiva, fundamental para cumprir plenamente a recomendação V, que sublinha o papel da readaptação industrial na promoção de um equilíbrio psicológico das comunidades afetadas pela perda súbita de uma fonte de trabalho duradoura. O encerramento da Delphi constituiu um acontecimento profundamente traumático para Ponte de Sor, traduzindo-se num aumento abrupto do desemprego, perda de poder de compra de uma boa parte da população, em muitos casos nunca totalmente recuperado (Marques, 2021), e diminuição de benefícios sociais, incluindo no acesso à saúde. Estes efeitos atingiram centenas de trabalhadores e, de forma indireta, mais de um milhar de pessoas num concelho que, à data, tinha menos de 17 mil habitantes. A fixação de novas empresas nas antigas instalações fabris da Delphi e a dinamização de atividades formativas e culturais poderão desempenhar um papel decisivo na regeneração económica do território, respondendo a outra dimensão essencial da recomendação V.

4.3. Ameaças à implementação de boas práticas de reutilização de espaços industriais

As principais ameaças que identificamos neste caso podem dividir-se em três aspetos: a falta de financiamento para a execução da obra; a falta de procura por parte de novos “habitantes”; e, por último, a ausência de preocupação, durante a intervenção, com a preservação da Memória e da História da antiga Delphi.

Começando pela primeira, trata-se de uma ameaça bem real e que se deve, por um lado, ao montante necessário para a total readaptação do espaço – estimado entre seis e sete milhões de euros – num município cujo orçamento ronda os 30 a 40 milhões. Isto significa entre 15% a 24% do orçamento municipal anual, tornando incomportável que a autarquia recorra exclusivamente a fundos próprios para concretizar a obra, tendo em conta todas as outras competências que cumpre diariamente. Neste cenário, como já referido, foi necessário recorrer a fundos europeus canalizados através da CCDR Alentejo. Ora, conhecendo-se a morosidade dos processos administrativos de libertação de financiamento proveniente da União Europeia, mesmo após aprovação, estamos perante um risco significativo que, aliás, já provocou atrasos na obra, levando ao adiamento do seu início e, inclusivamente, à perda de um investidor.

Esta situação poderia ter sido mais facilmente evitada se existisse uma política pública específica dedicada à readaptação de espaços industriais, tendo em conta a sua presença expressiva em todo o território nacional. No entanto, os possíveis financiamentos a que as autarquias e os investidores privados podem recorrer dependem, em muitos casos, de fatores comuns a vários espaços industriais – como a localização em ARU ou as potenciais funções de acolhimento empresarial no âmbito de políticas regionais – e não das

características intrínsecas e extrínsecas que temos vindo a descrever. Adicionalmente, por se tratarem de linhas de financiamento com outros pressupostos e objetivos, nem sempre são as mais adequadas à readaptação de espaços industriais, o que, neste caso concreto, implicou uma alteração recente ao projeto original: foram eliminados o espaço destinado ao auditório e a área de exposição, por não constituírem infraestruturas elegíveis para financiamento, conforme estabelecido no aviso de abertura a que o Município de Ponte de Sor concorreu.

A segunda ameaça, igualmente identificada noutros contextos de reconversão industrial, diz respeito à eventual dificuldade em captar investidores capazes de ocupar uma parte substancial da área disponível. A grande dimensão do espaço pode limitar a sua plena utilização e impedir que este concretize o seu potencial enquanto motor de desenvolvimento local – retomando a função para a qual foi originalmente concebido –, além de dificultar a cobertura dos elevados custos fixos inerentes a uma infraestrutura desta escala, que recairão, nesse cenário, sobre o Município de Ponte de Sor. Atualmente, cerca de 4.000 m² já se encontram ocupados pela empresa Manuel da Conceição Graça, ao abrigo de um acordo de cedência de usufruto por 20 anos celebrado aquando da aquisição do complexo pelo Município de Ponte de Sor, com vista à produção de pisos de autocarros e comboios destinados aos mercados do Norte e Centro da Europa (Alves, 2025). Aproximadamente 1.800 m² estão em fase de instalação de um polo de formação do Instituto do Emprego e Formação Profissional, nas áreas de automação, manutenção industrial e produção aeronáutica. Regista-se ainda o interesse de um investidor ligado ao setor da saúde, cuja motivação decorre, além da centralidade do espaço, da reduzida necessidade de investimento infraestrutural adicional, uma vez que grande parte das estruturas essenciais se encontra já previamente instalada. Existem, portanto, boas perspectivas, mas a verdade é que menos de um quinto da área coberta encontra-se ocupada e/ou contratualizada.

Por último, subsiste sempre o risco – por mais forte que a vontade e a ligação emocional entre a Delphi e a comunidade local seja – de não se salvaguardar a Memória e a História associadas aquela unidade fabril, por estas não gerarem retorno financeiro direto. Mesmo nos contextos mais improváveis tal pode ocorrer, caindo-se num simples *fachadismo*, isto é, na manutenção apenas da fachada, sem qualquer preocupação real com o passado industrial. Existem, contudo, exemplos mais e menos conseguidos desse esforço, mesmo em superfícies puramente comerciais. No caso específico da Memória, destaca-se a atual *Decathlon* de Cabo Ruivo, em Lisboa, instalada na antiga Baptista Russo & Irmão, ligada ao setor automóvel e que ali funcionou entre 1962 e 1998, onde se manteve, à entrada, um pequeno espaço dedicado ao passado da empresa, conforme ilustrado na Figura 6. Embora aquém do desejável, demonstra como, com a motivação certa e os recursos humanos necessários, é mais do que possível readaptar um espaço industrial e entendê-lo como “(...) *um fator identitário, associado à memória coletiva do trabalho, da vida operária e das transformações sociais e económicas dos séculos XIX e XX*” (Bernardo, 2025).

Figura 6 – Um dos objetos expostos no pequeno núcleo de memória industrial existente na antiga sede da *Baptista Russo & Irmão*, atualmente *Decathlon*, na Av. Marechal Gomes da Costa, em Lisboa.



Fonte: Fotografia dos autores, 2025.

Conclusões

As conclusões deste estudo confirmam que o processo de readaptação da antiga fábrica Delphi em Ponte de Sor pode constituir-se como um modelo de referência nacional para a gestão e valorização de espaços industriais em contextos de baixa densidade. O projeto municipal tem potencial para cumprir a larga maioria dos princípios estabelecidos pela Carta de *Nizhny Tagil* e as boas práticas de sustentabilidade urbana.

O modelo adotado de reconversão produtiva e empresarial, materializado no Centro de Negócios e Formação e articulado com a preservação da memória industrial através do Núcleo Museológico, estabelece um equilíbrio fundamental entre a viabilidade económica e a valorização identitária do território. A continuidade da função económica, o aproveitamento da estrutura existente e a localização estratégica reforçam a sustentabilidade do projeto, evitando a artificialização do solo e o desperdício de recursos. Não obstante, o alinhamento teórico e o potencial transformador para o concelho, a concretização total do projeto enfrenta ameaças estruturais que refletem limitações recorrentes em Portugal.

Desde logo, a dependência financeira e a burocracia constituem o principal risco, uma vez que a necessidade elevada de financiamento, a adaptação do projeto de requalificação industrial às linhas de financiamento existentes, que não foram desenhadas para espaços industriais, e a morosidade administrativa no acesso a fundos europeus comprometem a sua execução. Esta vulnerabilidade evidencia a ausência de uma política pública nacional estruturada e dedicada à reconversão de áreas industriais abandonadas. Outro desafio prende-se com a viabilidade da ocupação. A grande escala do complexo, com 35.000 m² de área coberta, e o risco de subocupação podem comprometer a sustentabilidade financeira do Município. A preservação da memória e da História representa

igualmente um ponto crítico. Descurar a dimensão afetiva e social do local em favor do retorno financeiro pode conduzir a processos de apagamento identitário e a abordagens meramente superficiais. Para evitar tal cenário, a gestão do projeto exige uma intervenção interdisciplinar que integre plenamente os registos orais e documentais, assegurando a interpretação rigorosa do passado e a sua articulação com os novos usos.

O caso da antiga Delphi demonstra que a reconversão produtiva é viável em territórios de baixa densidade, mas a sua plena consolidação como motor de desenvolvimento local e paradigma de reutilização industrial apenas será confirmada no futuro, dependendo da superação das barreiras financeiras e da manutenção intransigente do compromisso com a valorização da memória e da História do trabalho.

Bibliografia

- Amaral, L. (2019). *The modern Portuguese economy in the twentieth and twenty-first centuries*. Londres: Palgrave Macmillan.
- Assembleia Municipal de Ponte de Sor (2019). *Ata n.º 6/2019 da sessão extraordinária de 24 de outubro de 2019*. Ponte de Sor: Câmara Municipal de Ponte de Sor. Disponível em: <https://www.cm-pontedesor.pt/wp-content/uploads/acta-6-2019-da-assembleia-municipal-de-24-10-2019.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2025.
- Bluestone, B., & Harrison, B. (1982). *The deindustrialization of America: Plant closings, community abandonment, and the dismantling of basic industry*. Nova Iorque: [s. n.].
- CIMBOR (1969). Companhia Internacional de Manufacturas de Borracha – *Estatutos*. Diário do Governo, III Série, n.º 169, p. 2941-2944.
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (2013). *Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Alentejo*. Évora: CCDR Alentejo. Disponível em: http://webb.ccdr-a.gov.pt/docs/desenv_regional/2014-2020/EREI_Alentejo.pdf.
- Desilvey, C., & Edensor, T. (2013). “Reckoning with ruins”. *Progress in Human Geography*, vol. 37, n.º 4, p. 465-485.
- Desilvey, Caitlin (2006). “Observed decay: telling stories with mutable things”. *Journal of Material Culture*, vol. 11, n.º 3, p. 318-338.
- Diário de Notícias (2009). “Delphi: decisão sobre encerramento da fábrica de Ponte de Sôr adiada uma semana”. *Diário de Notícias*, 22 out. 2009. Disponível em: <https://www.dn.pt/arquivo/diario-de-noticias/som%29.html-3>.
- Douet, J.(ed.) (2016). *Industrial heritage re-tooled: The TICCIH guide to industrial heritage conservation*. Londres: Routledge.
- Duarte, A. (2014). “Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda inovadora”. *Museologia e Património*, vol. 6, n.º 2, p. 99-107.
- Edensor, T. (2005). *Industrial ruins*. Oxford: Berg Publishers.
- Faísca, C. M., & Parejo Moruno, F. M. (2023). “From raw materials to where the industry is lived: Standards of industry location in the Portuguese cork manufacture, 1880-1980”. *Rubrica Contemporânea*, vol. 12, n.º 23, p. 179-201. <https://doi.org/10.5565/rev/rubrica.273>

- Fujita, M.; Krugman, P., & Venables, A. (2001). *The spatial economy: Cities, regions, and international trade*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Harvey, D. (1989). *The condition of postmodernity: An enquiry into the origins of cultural change*. Oxford: Blackwell.
- High, S., & Lewis, D. W. (2007). *Corporate wasteland: The landscape and memory of deindustrialization*. Ithaca: Cornell University Press.
- Landry, C. (2012). "The creative city: compelling and contentious". In *Cities, Cultural Policy and Governance*, p. 122-130.
- Loures, L., & Panagopoulos, T. (2007). "From derelict industrial areas towards multifunctional landscapes and urban renaissance". *WSEAS Transactions on Environment and Development*, vol. 3, n.º 10, p. 181-188.
- Marth, H., & Thelen, A. (eds.) (2018). *Zollverein: World Heritage Site and Future Workshop*. Berlin: Jovis.
- Oliveira, R. (2016). *Da conservação à reversibilidade de edifícios industriais*. Lisboa: Universidade Lusíada. Dissertação de mestrado.
- Olmo, C.; Comba, M., & Beraudo Di Pralormo, M. (2004). *Le metafore e il cantiere: Lingotto 1982-2003*. Turim: Umberto Allemandi & C.
- Okada, M. (2016). "Industrial ruins". In Douet, James (ed.) – *Industrial heritage re-tooled*, p. 149-154. Londres: Routledge.
- Pereira, S. (2022). *O impacto social de uma grande empresa industrial num território de baixa densidade: a Delphi de Ponte de Sor – sugestão de museografia*. Dissertação de Mestrado em Património Cultural e Museologia. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Pereira, S., & Faísca, C. M. (2024). "Desafiando a racionalidade económica? Os fatores de localização da CIMBOR em Ponte de Sor (1969-1980)". *História e Economia: Revista Interdisciplinar*, vol. 25, n.º 2, p. 92-105.
- Pomesano, L., & Falanga, R. (2025). *Cartography of industrial heritage: Transformation and future of dismissed industries in the eastern zone of Lisbon*. Architectures, Structures and Construction, vol. 5, p. 19. <https://doi.org/10.1007/s44150-024-00124-0>
- Portelli, A. (2010). *The death of Luigi Trastulli and other stories: Form and meaning in oral history*. Albany: State University of New York Press.
- Sociedade Portuguesa de Inovação (2018). *Delimitação da Área de Reabilitação Urbana e definição da Operação de Reabilitação Urbana da Zona Norte da Cidade de Ponte de Sor*. [S.l.]: Sociedade Portuguesa de Inovação.
- Storm, A. (2008). *Hope and rust: Reinterpreting the industrial place in the late 20th century*. Tese de Doutoramento. Estocolmo: KTH.
- Strangleman, T.; Rhodes, J., & Linkon, S. (2013). "Introduction to crumbling cultures: Deindustrialization, class, and memory". *International Labor and Working-Class History*, n.º 84, p. 7-22.
- Sudjic, D. (2015). *B is for Bauhaus, Y is for YouTube: Designing the Modern World from A to Z*. Nova Iorque: Rizzoli Publications.

The International Committee for the Conservation of Industrial Heritage (2003). *The Nizhny Tagil Charter for the Industrial Heritage*.

Weber, A. (1929). *Theory of the location of industries*. Chicago: University of Chicago Press.

Fontes Orais

Testemunho de António Sobreira e João Possante, Ponte de Sor, 03 de junho de 2022.

Testemunho de José Marques e Luiz Vasco, Ponte de Sor, 25 de junho de 2022.

Testemunho de Rogério Alves, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Sor, 03 de setembro de 2025.

Testemunho de Luís Bernardo, Chefe do Departamento de Planeamento Urbanístico do Município de Almada, 16 de outubro de 2025.

Acho que já soube, mas agora já não sei':
A substituição da História da Real Fábrica das
Sedas e as Anexas (1734-2025)

“I think that I thought I knew, but now I don't
know”: the substitution of *Real Fábrica das Sedas*
e as Anexas' History (1734-2025)

Pedro Teixeira

Pedro Teixeira

Universidade de Coimbra – Centro de História da Sociedade e da Cultura / Brown
University - Portuguese and Brazilian Studies
ORCID: 0000-0002-9993-5628

ACHO QUE JÁ SOUBE, MAS AGORA JÁ NÃO SEI: A SUBSTITUIÇÃO DA HISTÓRIA DA REAL FÁBRICA DAS SEDAS E AS ANEXAS (1734-2025)

O artigo examina o presente e o passado da Real Fábrica das Sedas e as Anexas. Localizada na Rua da Escola Politécnica, na cidade de Lisboa, a RFSA foi uma das mais importantes fábricas de cerâmica do reino de Portugal, exportando para o Império português. Desenvolvida a mando de D. João V em 1734, conheceu sucessivas fases de expansão e retração, sendo incorporada à coroa por D. José I e privatizada durante o reinado de D. Maria I. Em 1833 a RFSA foi à falência, os seus bens foram penhorados e o seu prédio foi ocupado. Debruçando sobre a sua história, procuro entender como o complexo é atualmente entendido pelos lojistas que atuam na sua carcaça. Argumenta-se que a história factual da RFSA – que abarca monarcas, industrialistas e alvarás régios – foi substituída por uma série de micronarrativas que produzem versões alternativas da história do complexo, impregnadas por desinformação sobre a RFSA. Visando comprovar a perspectiva, utilizarei fontes históricas que retratam a criação e a importância da RFSA – contrastando com a metodologia de trabalho de campo e observação participante, procurando conviver com os trabalhadores e observar como o grupo se relaciona com a RFSA. Congregando métodos oriundos da História e da Antropologia, é possível observar uma separação entre a história produzida pelos académicos e a conhecida pela população e pela Câmara Municipal de Lisboa. Numa primeira parte do estudo, procuro desenvolver a história da RFSA, sublinhando a sua importância. Na parte seguinte, procuro promover um contraste com o presente estado do imóvel e da memória da RFSA, caracterizada pelo abandono e pela sobreposição de narrativas. Concluo explorando ações que a população e a Câmara Municipal de Lisboa podem tomar para valorizar o Património Industrial de um dos mais importantes centros manufatureiros da cidade.

Palavras-chave: Antropologia Histórica; Real Fábrica das Sedas e as Anexas; Património Industrial; Micro-narrativas; Lisboa.

“I THINK THAT I THOUGHT I KNEW, BUT NOW I DON’T KNOW”: THE SUBSTITUTION OF REAL FÁBRICA DAS SEDAS E AS ANEXAS’ HISTORY (1734-2025)

The article examines the past and present of the “Real Fábrica das Sedas e as Anexas”. Situated in the Street of Escola Politécnica, in the city of Lisbon, the RFSA was one of the most important ceramic factories in the Kingdom of Portugal, with business and exports throughout the Portuguese Empire. Developed at the behest of King João V in 1734, it underwent successive phases of expansion and contraction, being incorporated into the crown by King José I and privatized during the reign of Queen Maria I. It went bankrupt in 1833, when its assets were seized and its building occupied. I aim to understand how the local community perceives the complex and its remnants. I contend that the factual History of the RFSA – marked by monarchs, royal charters, and industrialists – was replaced by a series of multiple micro-narratives, which have created alternative histories of the complex. I intend to prove my argument by utilizing both historiographic sources and participant observation. To prove this perspective, I will contrast sources that recount the founding of the RFSA with fieldwork notes about the daily reality of the current RFSA. Combining methods derived from History and Anthropology, it is possible to observe a rift between the institution’s history, studied by academics, and the one known by the community and the Lisbon City Council. In the first part of the study, I seek to develop the history of the RFSA, emphasizing its importance. In the following part, I will contrast the past with the current state of the building and the memory of the RFSA, characterized by neglect and the micro-narratives. I conclude by exploring actions that both the population and Lisbon City Council can take to value the industrial patrimony.

Keywords: Anthropological History; Real Fábrica das Sedas e as Anexas; Industrial Patrimony; micro-narratives; Lisbon.

JE PENSE QUE J’AI SU, MAIS MAINTENANT JE NE SAURAI PLUS». LE REMPLACEMENT DE L’HISTOIRE DE LA REAL FÁBRICA DAS SEDAS E AS ANEXAS (1734-2015)

Cet article examine le présent et le passé de la “Real Fábrica das Sedas e das Anexas”. Située dans la rue de l’École polytechnique, à Lisbonne, la RFSA était l’une des plus importantes manufactures de céramique du royaume portugaise, avec des exportations dans tout l’Empire portugais. Développée à la demande de D. João V en 1734, elle a connu des phases successives d’expansion et de rétraction, avant d’être incorporée à la couronne par D. José I et privatisée sous le règne de D. Maria I. Jusqu’à sa liquidation en 1833 quand ses biens ont été saisis et son bâtiment occupé. Je cherche à comprendre comment le complexe est actuellement perçu par les commerçants qui occupent le bâtiment. Je postule que l’histoire factuelle de la RFSA a été remplacée par une série de “petits-témoignages” qui produisent des versions alternatives de l’histoire du complexe, imprégnées de désinformation sur la RFSA. Afin de vérifier cette perspective, j’utiliserai des documents qui retracent la fondation de la RFSA et son importance, en contraste avec la méthodologie de l’observation participante, c’est-à-dire la participation du chercheur à la réalité quotidienne qu’il décrit. En combinant des méthodes issues de l’Histoire et de l’Anthropologie, il est possible d’observer une séparation entre l’histoire étudiée par les universitaires et celle connue par la population et la mairie de Lisbonne. Dans la première partie de l’étude, je cherche à développer l’histoire de la RFSA, en soulignant son importance. Dans la partie suivante, je cherche à mettre en contraste l’état actuel du bâtiment et la mémoire de la RFSA, caractérisée par l’abandon et la superposition de récits. Je conclus en explorant les actions que la population et la mairie de Lisbonne peuvent entreprendre pour valoriser le patrimoine industriel de l’un des plus importants centres manufacturiers de la ville.

Mots-clés : Anthropologie Historique; Real Fábrica das Sedas e as Anexas; Patrimoine Industriel; petites-témoignages; Lisbonne.

Introdução

Contexto Histórico

Localizado entre os números 219 e 271 na Rua da Escola Politécnica e no Largo do Rato entre os números 7 e 7-C, um gigante complexo se destaca na cidade de Lisboa. O prédio, classificado como “Imóvel de Interesse Público” desde 2002 pelo decreto número 5/2002, DR, 1.^a Série-B, é composto por lojas que compartilham um estilo arquitetónico que destoa dos demais imóveis.¹ Esse aspeto curioso é ignorado pelos turistas, trabalhadores e habitantes do local, entretanto é um dos poucos vestígios físicos da Real Fábrica das Sedas e as Anexas (RFSa). Fundada em 1734 e com a sede construída em 1741, a RFSa foi uma das mais prestigiadas fábricas dos séculos XVIII e XIX, manufaturando objetos de luxo para Portugal e para o Império. O *Dicionário da Cidade de Lisboa* define o edifício “em L, de 114m de comprimento, dois pisos ritmados por 14 janelas em cada piso, com frontão central, no qual sobressaem as armas reais de D. José” (Santana e Sucena, 1994, p. 372.). Sob proteção da monarquia portuguesa, o complexo ajudou a povoar a região do Largo do Rato. A influência do complexo é tamanha que o nome anterior da rua era “Rua Direita da Fábrica das Sedas”. Hoje, a região é uma das áreas nobres de Lisboa. Entretanto, a sumptuosidade do passado é contrastada pelo desconhecimento dos peões da região e das autoridades públicas sobre o prédio e a sua história. Dentre os habitantes da região está Maria, uma senhora que trabalha como revendedora de jornais no local há 30 anos. Perguntada se conhecia o complexo, respondeu que “Acho que já soube, mas agora já não sei”.

Estado da Arte

A Real Fábrica das Sedas e as Anexas é uma instituição estudada desde antes da sua fundação. Dez anos antes da RFSa, o padre Rafael Bluteau publicou a obra *Instrução sobre a cultura das amoreiras e a criação dos bichos-da-seda* (1724), suportando o ímpeto manufatureiro da seda em Portugal. No século seguinte, com o estabelecimento do complexo, as obras procuravam caracterizar o complexo como um marco do mundo económico lusitano, como em *Noções Históricas, Económicas e Administrativas sobre a Produção e Manufatura das Sedas em Portugal, e particularmente sobre a Real Fábrica do subúrbio e suas anexas* (1827). Após a falência da RFSa, obras procuravam valorizar o seu valor artístico, como o catálogo *The Art of Portugal*, de Robert Smith (1967) e *Oito séculos de Arte Portuguesa: História e Espírito* (1970) de Reinaldo dos Santos. Trabalhos de natureza historiográfica se debruçavam sobre o passado histórico do complexo e a sua importância para a cidade de Lisboa, como o capítulo de Jorge Custódio no *Dicionário da História de Lisboa* (1994). A virada para o século XXI seria marcada pela exploração de novas temáticas ligadas ao complexo, ao mesmo tempo que intensificando as pesquisas do século passado, como a obra *O Brasil como destino da cerâmica da Real Fábrica de*

¹ <https://data.dre.pt/eli/dec/5/2002/02/19/p/dre/pt/html>.

Louça (2007) de J. P. Monteiro. A tendência seria acompanhada pelo aumento da valorização dos espólios da RFSA, como a exposição de arte *Estudos de História da Cerâmica* (2004). Recentemente, as obras historiográficas e museológicas procuraram divulgar a RFSA para o público não especializado. Destaca-se o catálogo de exposição *Um Novo Padrão: A real Fábrica-Escola de Louça do Rato* (2017), organizada por António Celso Mangucci, e o artigo disponível “online” de João de Almeida Barata, *Real Fábrica das Sedas* (2024).

Objetivos

O curto, mas cronologicamente extenso, estado da arte é monopolizado por historiadores, historiadores da arte e museólogos que visam compreender o passado do complexo e preservar o seu espólio. Entretanto, há uma ausência de estudos antropológicos que podem desvendar como esse histórico colosso arquitetónico é entendido na atualidade, contribuindo para o cruzamento entre as perspetivas histórica e museológica. O artigo visa observar as relações que o complexo e a sua história possuem com os trabalhadores que utilizam a sua carcaça no presente. Utilizando métodos historiográficos, a metodologia de observação-participante e as visitas de campo feitas nos meses de abril, maio e junho do ano de 2025, argumento que houve uma substituição da história factual do complexo por micronarrativas que promovem interpretações alternativas sobre o passado da RFSA e, como consequência, desvalorizam o património industrial. A noção de “substituição da história” a qual me refiro deriva da obra *Les Lieux de Mémoire* do historiador francês Pierre Norra. O historiador observa como os espaços possuem, no subconsciente de uma sociedade, a capacidade de evocar a história a ele atrelados (Norra, 1998). Entretanto, como apontado por Henri Lefebvre em *The Production of Space*, o espaço público está em constante mutação e adaptação – a história atrelada ao local é constantemente reconstruída pelos grupos que o habitam (Lefebvre, 1991). Assim, o termo “substituição da história” é empregue para explicar esse processo de transformação do objeto/local e da história a ele atrelado pelos diferentes grupos que habitam o espaço.

Metodologia

Visando comprovar esse argumento, utilizarei as minhas anotações de campo aos estabelecimentos protegidos pela Câmara Municipal de Lisboa.² Foram selecionados 23 lojistas, trabalhadores de todos os estabelecimentos entre os números 219 e 271 da Rua da Escola Politécnica e os números 7 a 7-C do Largo do Rato, vulgo os lugares protegidos pela Câmara Municipal de Lisboa. Apenas Carlos, Rosângela e Sebastião trabalham em estabelecimentos fora dessa região. Seus testemunhos são pertinentes pois os dois primeiros se disponibilizaram para serem meus guias na região. Sebastião, por sua vez, foi descrito como um tradicional “lisboeta do rato” por Carlos e Rosângela.

² O método de Observação-Participante foi popularizado por Bronislaw Malinowski em *Argonautas do Pacífico Ocidental* (1922). O método é pautado pela interação do Antropólogo com o quotidiano da comunidade estudada.

Da amostra selecionada, metade se identificou no sexo masculino e metade do sexo feminino. Ademais, cerca de 19 eram de nacionalidade portuguesa, 1 era luso-brasileiro, 2 eram oriundas do Brasil e 1 do Bangladesh. Do grupo, 22 dessas pessoas se identificavam como brancos e 1 como negro. As perguntas que lhes foram feitas foram: 1 – “O que era isso aqui antes do estabelecimento atual?”; 2 – “havia uma Fábrica no local?”; 3 – “A Fábrica era anterior ou posterior ao terramoto?”; 4 – “O que a fábrica produzia?”; 5 – “O que é faiança?”; 6 – “Conhece um italiano chamado Tomás Brunetto? Ou um francês chamado Roberto Godin? Ou um português com o título de Marquês de Pombal?”; 7 – “Existia alguma diferença entre a Fábrica das sedas e das Loiças?”; 8 – “Sabe se a Fábrica possuía trabalhadores? (Se sim, onde moravam?)”; 9 – “Você sente que a história desse lugar é contada para as pessoas?”; 10 – “Você acha que o valor histórico do edifício está protegido?”. Essas perguntas foram escolhidas para refletir sobre a ancestralidade do prédio e se conseguiam lembrar aspetos relevantes do passado – esperando que falassem sobre a RFSA. A primeira pergunta foi empregue para familiarizar o entrevistado, enquanto o grupo composto pelas três seguintes procuram introduzir, indiretamente, a RFSA na entrevista. Da quarta até a oitava questão formam um bloco focado na materialidade e na história factual da RFSA. As últimas duas perguntas obrigam o entrevistado a refletir sobre o papel do complexo no presente e se sua história é conhecida e protegida. As entrevistas ocorreram durante os horários de funcionamento dos estabelecimentos. Em resumo, me direcionei ao estabelecimento, consumi os produtos dos locais e procurei entender a história do complexo, anotando as respostas e compilando as informações. Para efeitos de privacidade, os nomes dos entrevistados foram substituídos por alcunhas, descrições dos ofícios e uma pequena descrição da nacionalidade e da idade. A exceção foram os donos do restaurante *A Chilena*, que requisitaram que fossem identificados. Ademais, os estabelecimentos são nomeados conforme as suas funções, logo, *A Chilena*, por exemplo, seria referido como “restaurante”.

A primeira parte do estudo será dedicada a explicar o passado histórico do complexo. Num segundo momento analisarei o presente estado da carcaça da RFSA e as micronarrativas que “assombram” o complexo. Pretende-se entender as causas do esquecimento e da suplantação da memória do complexo, de forma a compreender como é possível resgatar – ou transformar – a história do edifício. Conjugando História com Antropologia, espera-se revitalizar a memória e a história da Real Fábrica das Sedas e Anexas, um complexo crucial para a história e o desenvolvimento da região e da cidade de Lisboa.

Enquanto preparava esse artigo, as areias do tempo não pararam na RFSA. Turistas a alugar quartos no verão, mudanças de lojistas no final do semestre e o fechamento de lojas em agosto são provas da rotatividade económica no complexo e na região. Além das mudanças sazonais, houve o fechamento do alfarrabista *Cão Grande*, a abertura do restaurante *Real Pérola by Olivier* e do estabelecimento *Paris Sete*. A primeira é uma lástima para a localidade, sendo um estabelecimento tradicional que prestava um serviço importante para a comunidade. Para as suas funcionárias, o meu agradecimento. A abertura do restaurante e da loja, por sua vez, oferece o risco de tornar “ultrapassada” a investigação. Afirmo isso pois não consegui recolher dados desses estabelecimentos e nem de novos lojistas. Essas mudanças no complexo podem agregar novas informações ao estudo e mesmo oferecer novas pistas para a situação atual da RFSA. Entretanto, como veremos, a suplantação de memória e a ignorância – no sentido de “ignorar”, de não conhecer –

em relação à RFSA é algo que ultrapassa o tempo e as modificações recentes. O âmbito desse estudo é entender o problema da falta de conhecimento sobre o passado do complexo e o seu papel no presente; as mudanças geográficas no local são sintomas de uma doença da ignorância.

A “Real” História da (Real) Fábrica das Sedas e as Anexas (1734-1897)

A história da Real Fábrica das Sedas e as Anexas enquadra-se no reinado de D. João V (r. 1707-1750). O monarca promoveu isenções fiscais e legais que protegiam os estabelecimentos manufatureiros (Barata, 2024). Outra forma de promover as manufaturas foi o enobrecimento do significado do próprio conceito de “manufatura” – o *Vocabulário Portuguez e Latino*, do Padre Rafael Bluteau, afirma que as manufaturas e fábricas eram “edifício nobre, casa onde se trabalhão e fabricão panos, sedas e outras manufaturas” (Bluteau, 1712, p. 590). A coroa procurou associar os produtos e o estabelecimento manufatureiro com o conceito “nobre”. Inserida nesse contexto de valorização da ideia de “manufatura” está a criação da RFSA. Relata-nos a *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*:

“A fabrica da seda, situada em hum grande edificio [...] estabelecida por Roberto Godim se trabalha com tanta perfeição, que fazem as mais delicadas, e vitosas sedas, e todo o gênero de telas, ou tessus, e estofos de ouro, e prata, que não cedem aos de Leão. Foy esta fabrica modernamente e introduza pelo Cardeal da Mota, a quem ElRey encarregou o seu estabelecimento [...] justamente benemérito da especial mercê, com que ElRey o honra, servindo-se muito do seu préstimo.” (Sousa, 1741, p. 259-260)

O enobrecimento do ímpeto manufatureiro está em voga no excerto. A menção do complexo na obra é relevante, dado que o objetivo da *História Genealógica* era retratar as principais obras e feitos dos monarcas portugueses – o *Vocabulário* e a *História Genealógica* são obras com o intuito de serem lidas pelos súbditos do “Magnânimo” e pelas gerações futuras, para que elas admirassem o período em questão. Logo, a passagem procura argumentar que a RFSA constitui um dos grandes feitos do reinado de D. João V e para as gerações futuras, numa obra de caráter histórico e propagandista. Ademais, o enobrecimento descrito por Bluteau está igualmente presente no texto de Sousa, com a ideia de “nobreza” representada pelo edifício, pelos produtos e pelos personagens fundacionais. Além desse conceito, também estão atreladas as ideias de “perfeição”, “modernidade” e “grande” à RFSA.

A *História Genealógica* informa-nos de três personagens cruciais para a organização do complexo: O Cardeal da Mota, encarregado do estabelecimento da fábrica; Roberto Godim, especialista francês radicado em Praga e convidado em 1727 pelo Conde de Tarouca e o Padre Thomas da Silva para estabelecer a Fábrica, e o Rei D. João V, que isentou a instituição de impostos durante os seus anos fundacionais (Santana e Sucena, 1994, p. 372).

Inicialmente chamada “Fábrica das Sedas”, o complexo era uma sociedade de capital privado presidida por Godin. Estabelecida em 1741 no edifício construído na Rua da Escola Politécnica, o primeiro momento da instituição é marcado pelo assentamento no

comércio português com a compra da seda de Bragança e de Lamego, a exportação para Macau e a introdução de 91 teares (Santana e Sucena, 1994, p. 372 e Soura, 2006, p. 282). Sete anos depois do seu estabelecimento, entretanto, Godin e os investidores entram numa disputa que gerou uma crise financeira e, eventualmente, a falência da fábrica.

Durante os anos iniciais do reinado de D. José I (r. 1750–1777), a coroa adquiriu a Fábrica das Sedas. Exposta no diploma legislativo de 20 de fevereiro de 1752, a compra teve o intuito de “fomentar a criação do bicho-da-seda e [...] à manutenção da Fábrica das Sedas, cujo projecto de reestruturação lhe estava em mente” (Duarte, Gonçalves e Góis, 2023, p. 117). O complexo recebeu o estatuto de “Real”, demarcando a tutela régia e o prestígio de ser associada à coroa. Além disso, a RFSA foi reestruturada em 1757, seguindo o *Regimento Secretíssimo da Real Fábrica das Sedas*. São criadas as chamadas “70 casas do bairro dos Fabricantes do Rato e das Amoreiras”, responsáveis por abrigar os trabalhadores do complexo (Santana e Sucena, 1994, p. 373). Ademais, criaram-se Fábricas Anexas para manufaturarem outros produtos, igualmente sob a proteção régia. Segundo Duarte, Gonçalves e Góis, existiam cerca de 10 Fábricas Anexas no ano de 1769: cutelaria, pentes de marfim, relojoaria, serralharia, botões, caixas de cartão e verniz, fundição de metais, louça, chapéus e limas (Duarte, Gonçalves e Góis, 2023, p. 117). Concomitante à expansão, criou-se a Real Escola Manufatureira, projeto que visava a formação de aprendizes, de mão de obra especializada em louça. Segundo a exposição *Um Novo Padrão A Fábrica-Escola de Louça do Rato*, em 1772 a Real Escola possuía 59 alunos (Mangucci, Cardoso, Lopes, Et Al., 2017).

A ascensão de D. Maria I (r. 1777-1792) marcou um revês no processo de incorporação do complexo pela coroa. No início do seu reinado houve a privatização da RFSA, ainda que se tenha mantido o estatuto de “Real” para a Fábrica (Santana e Sucena, 1994, p. 374). A medida de privatização, entretanto, foi rapidamente modificada e no ano de 1788 o complexo foi entregue para a Real Junta do Comércio, Agricultura, Navegação e Fábricas, que tentou restabelecer o lucro da manufatura (Santana e Sucena, 1994, p. 374). Entretanto, as consequências do processo de privatização seriam sentidas durante o resto do funcionamento da RFSA, tal como a polarização política dos acionistas – apoiantes do Liberalismo ou do Antigo Regime – que instaurou uma contenda permanente entre os dirigentes do complexo.

A Revolução Liberal de 1820 intensificou o declínio do complexo. Incorporadas nos bens do Estado, as manufaturas foram transferidas para a Fábrica Nacional das Sedas (Santana e Sucena, 1994, p. 374 e Sousa, 2006, p. 138). Durante os últimos momentos da RFSA, a direção foi extinta por um decreto-lei no dia 6 de agosto de 1833, enquanto os bens da manufatura e o prédio em que operava foram liquidados no dia 27 de julho de 1833 (Santana e Sucena, 1994, p. 344 e Barata, 2024). Depois de quase um século de operação no Largo do Rato, entre o capital privado, a Coroa Portuguesa e o Estado Português, a Real Fábrica das Sedas e Anexos fechou, permanentemente, as suas portas.

Existem escassos relatos sobre o que ocorreu com os bens da RFSA e o seu prédio após a falência. Os materiais e os teares foram adquiridos por uma sociedade composta pelo Barão das Picoas, Manuel Emídio da Silva, que desenvolveram uma Fábrica Privada na atual praça das Amoreiras, projeto que fechou às portas cerca de 20 anos depois (Santana e Sucena, 1994, p. 374). A carcaça foi utilizada no ano de 1865 pela Firma Cordeiro &

Irmão e, posteriormente, pela Fábrica de Narciso Pedro Rebello (Santana e Sucena, 1994, p. 374). No dia 1 de agosto de 1897, o prédio sofreu um incêndio que destruiu o seu interior. O complexo voltou a ser revalorizado em 2002, quando o Decreto número 5, aprovado no Conselho de Ministros e referendado pelo Primeiro-Ministro António Manuel de Oliveira Guterres, transformou o complexo em “imóvel de interesse público”.

O incêndio marca o ponto final na cronologia sobre o passado da RFSA. A reconfiguração causada pelo fogo “purificou” o complexo e contribuiu para a redefinição geográfica da RFSA, algo observado em 2025. Por sua vez, a proteção do complexo em 2002 é indicativa da vontade do Estado Português de valorizar o seu passado. A herança deixada pelo passado e como o presente a entende são as chaves para entender a atualidade da instituição.

Sob a Carcaça dos Antepassados: as micronarrativas e a sobreposição da História da Real Fábrica das Sedas e as Anexas

Os conceitos de “memória” e “património” são cruciais para compreender o estado atual da RFSA. O aumento exponencial de estudos interdisciplinares dessas áreas foi observado por Viejo-Rose. Seguindo a perspectiva dos conceitos utilizados por pesquisadores, Viejo-Rose observou a relação dos dois conceitos na psicologia cognitiva, neurociência e biologia, além pela sobreposição de temas entre os estudos de património e os de memória (Viejo-Rose, 2015, p. 3). Hilary Orange, em *Reanimating Industrial Spaces*, observa como a memória em relação à espaços industriais podem ser entendidos como um processo cognitivo, informado pela interação entre indivíduos e os materiais industriais (Orange, 2015, p. 17). Além da relação entre os dois conceitos, estudos sobre a criação de falsas memórias são igualmente pertinentes para entender o complexo. Nesse caso, a contribuição de Laney e Loftus na *Cambridge handbook of forensic psychology* permite uma visão interessante sobre a maneira como o fenómeno de falsas memórias ocorre. Segundo o Laney e Loftus, a memória é uma construção, na qual os eventos originais são reinterpretados e formam uma nova memória (Laney e Loftus, 2010, p. 187). Combinando essas abordagens, é possível observar como aspetos da cultura material e o complexo influenciam na reinterpretação do passado e na construção de uma memória, relacionada com o passado e influenciada pela sociedade e pelo presente. Entretanto, graças à subjetividade do processo, as memórias podem ser tendenciosas ou mesmo falsas, organizadas para justificar ou conformar-se com uma narrativa. Esse processo de produção de falsas memórias a partir da interpretação de resquícios da cultura material e do complexo é o que ocorre na RFSA.

A RFSA e o seu passado são pautados por dois aspetos. O primeiro é a sua importância económica para a coroa, que promoveu e apoiou a criação do complexo. O segundo foi sua presença na Rua da Escola Politécnica e no Largo do Rato, espaços que moldou durante cerca de um século. Comparado com o seu passado, a Real Fábrica das Sedas e as Anexas é, na atualidade, fantasma que assombra o espaço. A RFSA enquadra-se na definição de “património industrial” do Comité Internacional para a Conservação do Património Industrial (TICCIH), que o define como “vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetónico ou científico”. O complexo,

además, possui os chamados “valores intrínsecos” do próprio local, vulgo o valor histórico tanto para a região quanto para os seus habitantes (TICCIH, 2003). A RFSA, o “edifício em L” que se refere o *Dicionário da História de Lisboa* (visível nas imagens 1 e 2), mantém a sua integridade e está bem preservado, conforme as diretrizes do TICCIH e seguindo o status de “Imóvel de Interesse Público” pela Câmara Municipal de Lisboa. É possível que a proteção desse espaço em particular tenha sido motivada pelo antigo nome da rua – “Rua Direita da Fábrica das Sedas”, uma medida que aponta para um conhecimento histórico da instituição e a necessidade de balancear a proteção histórica com o desenvolvimento econômico. Entretanto, um olhar mais atento à conjuntura permite constatar as limitações da proteção da Câmara Municipal de Lisboa.

Imagem 1 – O prédio da Real Fábrica das Sedas e as Anexas, a Rua da Escola do Politécnico (azul), e o Largo do Rato (vermelho). Fonte: Adaptado de Mapcarta, 2025.



Imagem 2 – Região do Largo do Rato. Na frente, a carcaça da Real Fábrica das Sedas e as Anexas. Fonte: Autor, 2025.



A proteção estende-se somente para os números que abarcavam à RFSA no século XVIII. Isso significa que não correspondem à geografia atual da RFSA, vulgo os estabelecimentos e os imóveis que carregam a herança do complexo. As lojas “anexas” à RFSA não estão entre os números 219 e 271 na Rua da Escola Politécnica ou 7 e 7-C do Largo do Rato, mas fazem parte da geografia atual do complexo – redefinida pela passagem do tempo e por eventos como o incêndio de 1897. O estacionamento ao lado da instituição – cuja fachada foi depredada, algo que desrespeita o ponto 5 das recomendações do TICCIH (TICCIH, 2003) – possivelmente não fazia parte da RFSA, seguindo a interpretação da Câmara Municipal de Lisboa. Entretanto, adentrando o local, é possível observar as paredes laterais da fábrica, com – provavelmente – azulejos que o complexo produzia, como demonstra a imagem 3. Ademais, o interior do estacionamento corresponde ao interior da RFSA, pelo facto de que ser os fundos de outros estabelecimentos protegidos pelo estatuto. Agora completamente pavimentado. O estacionamento não fazia parte do complexo do século XVIII (ainda que partes dele fizessem), mas o estabelecimento faz parte do seu legado no século XXI.

Imagem 3 – parede do atual estacionamento e da antiga RFSA, onde é possível ver resquícios de azulejos, provavelmente, produzidos pelo complexo. Fonte: Autor, 2025.



A expansão do espaço da RFSA também ocorre no Largo do Rato. Quando informados sobre a existência da RFSA e a dimensão do complexo, os donos do estabelecimento

A Chilena, Carlos e Rosângela – ele português com cerca de 60 anos e ela brasileira com cerca de 50 –, teorizaram que o seu restaurante fazia parte da instituição. Eles postularam que, como o local é vizinho de um arco que se estende até o interior (local que eles assumiram que fez parte da plantação das amoreiras), o seu estabelecimento – e toda a região do Largo do Rato, como consequência – fazia parte da RFSA. Essa hipótese aumenta a dimensão do complexo, mas carece de evidências históricas e não está de acordo com os endereços delimitados pela Câmara Municipal de Lisboa. Da mesma forma como a RFSA se expande na mente dos lojistas, ela pode se contrair. Quando consultado sobre a pertença do seu restaurante na RFSA, Manuel – português de 55 anos – afirmou categoricamente que não, dado que, segundo ele, o complexo “termina” na loja anterior. Entretanto, o estabelecimento está abarcado na delimitação da Câmara Municipal de Lisboa.

As disputas que emergem da indefinição do prédio da RFSA dão-nos uma conclusão importante: a Real Fábrica das Sedas e das Louças e as Anexas tornou-se um aspeto amorfo, que se alarga além – ou se contrai aquém – dos limites físicos do projeto de Godin. Ademais, é possível observar que a memória da RFSA não corresponde à geografia atual do prédio e nem dos números delimitados pela Câmara Municipal de Lisboa – é património de toda a região. A nebulosa geografia da RFSA pode estar relacionada com a antiga denominação da rua, dado que foi dado em sua homenagem. Houve uma junção da RFSA com a rua na memória popular? Nenhum dos entrevistados mencionou o antigo nome da rua – a relação entre a toponímia e a memória não estava no consciente dos trabalhadores. Entretanto, é possível que essa relação exista no subconsciente das pessoas, por isso a maleabilidade nas respostas. É possível observar um choque entre a maleabilidade das respostas dos entrevistados com a rigorosa delimitação da Câmara Municipal de Lisboa, ambos possivelmente causados pela mesma evidência – o antigo nome da Rua da Escola Politécnica.

A noção de “herança” é um tema que permeia o tópico. As lojas do presente são “herdeiras” dos estabelecimentos anteriores e da RFSA. O restaurante de Manuel, por exemplo, tem como decoração azulejos herdados de um antepassado do seu restaurante operante no século XIX – segundo o próprio Manuel. Entretanto, o lojista ignora que esses azulejos são decorações que, provavelmente, foram produzidas pela RFSA, um fato apontado por Rosângela retornar para seu estabelecimento. O lugar reservado à RFSA como “herança” dos antigos estabelecimentos é confuso. Ao mesmo tempo que alguns testemunhos a colocam como o estabelecimento “primordial” numa lista de sucessíveis lojas, outros ignoram a instituição e o passado do complexo. Luiz, um empregado de mesa do Bangladesh com 30 anos, não se recordava – ou desconhece – do estabelecimento anterior ao restaurante, muito menos da RFSA.

Além da indefinição do complexo, é possível notar um desconhecimento dos lojistas entrevistados da história da RFSA. Isso se traduz numa hesitação ao responder às perguntas ou comentar sobre o assunto, um “tabo da ignorância”. Tomemos o exemplo de Josefa, uma livreira brasileira por volta dos seus 35 anos que trabalhava num alfarrabista. Quando indagada se conhecia a RFSA, ela afirmou haver lido sobre o complexo num livro – mas que não se lembrava o título. Perguntada sobre o que o complexo produzia, Josefa respondeu que “produtos, né? Não sei”. Após lhe ter feito essa pergunta, Josefa indaga se eu poderia dar-lhe as “respostas corretas”. O testemunho de Josefa ecoa

outros testemunhos – ou a recusa de conceder entrevistas – indagando não uma falta de curiosidade, mas um medo de errar ou, sem querer, enganar o ouvinte.

Outra fala enquadrada igualmente no “tabo da ignorância”, ainda que expressa de outra forma, é a de Afonso, português de 50 anos e vendedor de uma concessionária de automóveis. Ao ser perguntado se conhecia a RFSA, o funcionário afirmou que “desde que comecei a trabalhar aqui há 30 anos, ninguém me havia feito essa pergunta”, respondendo que ele gostaria de ouvir sobre a história do complexo. Afonso associou a história do complexo à estranha forma do prédio. Em seguida, permitiu-me observar os resquícios do teto original da RFSA, que, segundo ele, foram protegidos graças à Câmara Municipal de Lisboa. A curiosidade contrasta com a “chatice” do facto, desabafa o comerciante, de ser “a única loja na Europa que tem que botar menos de 10 automóveis, pela lei, pois é património protegido”. O interessante dessa informação é o teto da instituição não é especialmente protegido por algum decreto, enquanto as outras lojas da concessionária em questão não atuam em património protegidos. A necessidade de expansão do estabelecimento é contrastada com a vontade de preservar os resquícios da RFSA. Ademais, a falta de clareza na proteção do prédio fez com que o lojista pensasse que havia proteções extras as partes do complexo, minando a modernização da concessionária. Afonso, mesmo curioso e possuindo conhecimento sobre o complexo e a proteção pela Câmara Municipal, hesitou em responder à pergunta e preferiu que eu lhe contasse a história – assumindo que ele não sabia sobre a RFSA e que eu possuía o conhecimento.

Os testemunhos sobre a história da RFSA exprimem uma narrativa com a mesma ideia básica – a de que o complexo existiu e, após um período, foi substituído pela configuração atual. Segundo Leonor, portuguesa de 60 anos e vendedora numa loja de candelabros, a RFSA era “estábulo da família real, antes do terramoto” e que “é uma pena que as pessoas não estudam a história, o prédio tem de ser valorizado, não aprendemos no secundário”. A vontade de valorizar o espaço e conhecer mais da RFSA está presente nos testemunhos de lojistas como Josefa e Leonor. Esse desejo de conhecimento – ainda que autocensurado pelo tabo da ignorância – sobre a RFSA e a sua história não depende da nacionalidade, idade, sexo ou formação profissional e académica dos indivíduos. Josefa e Leonor, cujo nascimento é separado por 25 anos e um oceano, valorizam a história RFSA, ainda que não saibam como estudar o assunto.

O testemunho de Leonor é um exemplo muito rico do tabo da ignorância, da inexactidão sobre RFSA e da sua “herança” seletiva: ao mesmo tempo que há uma relação entre o complexo (o estabelecimento-antepassado) e a loja de candelabros (a sua loja), para Leonor a conexão é nebulosa e imprecisa. O seu testemunho evoca a relação entre a coroa portuguesa e a RFSA, algo que, como observado na parte da história factual do complexo, se verifica. A RFSA foi impulsionada por D. João V, chegando a ser, durante o reinado de seu filho, propriedade da coroa e possuir o status de “Real”. Entretanto, ela não era “propriedade da família real”, como afirmado por Leonor. Ademais, a lojista não conseguiu apontar qual era o “rei” que criou os “estábulos”. Contrastando com a narrativa histórica, é possível observar que os personagens fundacionais (Goudin, D. João V e o Cardeal da Mota) foram mesclados numa figura indeterminada, mas com capacidade de criação; um “Rei construtor”. Essa inexactidão remonta à indefinição – agora não geográfica, mas histórica – da RFSA. O seu testemunho adiciona dois aspetos: o “estábulo”, uma função concreta do complexo, e o “terramoto” – um momento de divisão entre o

“passado arcaico” (pré-cataclismo) e o “passado recente” (pós-cataclismo). O terramoto funciona como uma divisão entre as temporalidades.

A fala da lojista não é a única a ser pautada pela indefinição. Sebastião, português de 60 anos e dono de um restaurante próximo da *A Chilena*, afirmou categoricamente que a RFSA foi construída antes do terramoto de “1765”, e que somente foi à falência cerca de 2 anos atrás, em 2023. O terramoto foi transplantado para a década seguinte, mas ainda representa a separação entre o passado “arcaico” (pré-terramoto) e o “passado” (pós-terramoto) de Lisboa. O testemunho revela que ecos da RFSA persistem na memória popular, o suficiente para afirmar que o complexo operou até recentemente. Ao contrário de Leonor, Sebastião nega que a RFSA foi afetada pelo cataclismo. Entretanto, o seu testemunho omite o papel da coroa e os agentes que estruturaram o complexo.

Ao entrar no estabelecimento cujo nome é “herdado” da Real Fábrica das Sedas e as Anexas, sou indicado pelos funcionários do restaurante que o maior conhecedor da “história do estabelecimento” é Henriques, português de 50 anos. Entretanto, o empregado afirma que não tem conhecimento sobre a RFSA ou de outras fábricas no local, afirmando que “isso tem muito tempo” e que “ninguém se importa” – mesmo que a arquitetura interior do seu estabelecimento seja, provavelmente, a mesma do prédio de Goudin do século XVIII. Segundo ele, a loja anterior ao restaurante era “dois talhos de judeus”. O estabelecimento de Henriques é um ponto curioso na carcaça, pois ele se tornou a referência da população. Josefina – ao ser perguntada onde estava a RFSA – afirmou que “talvez tenha sido no local do antigo restaurante”, depois se corrigiu, pois, se “todo o prédio é um único [complexo]”, logo a RFSA “era então em todas as lojas?”. A noção dos “talhos de judeus” é igualmente intrigante, ao apontar que a RFSA pode não ser o local imaginado como o “passado”, nem o “passado primordial” da loja, mas algo tão importante quanto o pavimento e a terra que suportam o estabelecimento – ignorados por funcionários como Henriques, mas cruciais para o seu funcionamento.

Sancho é um português com 30 anos que trabalha numa livraria no complexo. O lojista informou-me que, antes da livraria, existia uma Fábrica de Vidros que funcionou entre 1900 e 1960. Ao contrário do testemunho de Henriques, que não apresenta provas dos “talhos de judeus”, a livraria de Sancho é decorada com os materiais da loja-antepassada, desde uma pequena exposição na entrada até as estantes onde guardam os livros. A livraria faz questão de possuir uma sala reservada a passar um filme que conta a história da Fábrica de Vidros – ao mesmo tempo que ignora a RFSA. Há uma escolha deliberada em transformar a Fábrica de Vidros no passado “primordial” da loja, ao contrário da RFSA. Somente com as minhas perguntas é que Sancho se lembrou do complexo. A Fábrica de Vidros possui um papel semelhante ao terramoto, neste caso. Ambos são o “marco divisório” – entre o presente (a livraria) e o passado (a fábrica de vidros). Nesse caso, o papel da RFSA é o do “nada”, o passado ancestral; o mesmo que o piso que cobre o chão.

A Real Fábrica das Sedas e as Anexas não é ignorada de propósito por alguns lojistas, a ignorância do grupo não é sintoma de um esquecimento gerado pela sua falta de instrução. Os trabalhadores que testemunharam – e os que se recusaram a testemunhar – estavam em horário laboral e não podiam parar para pensar na história do prédio onde trabalham. O Património Industrial da RFSA foi instrumentalizado para servir ao comércio local como uma forma de “herança”, evocada somente em momentos de curiosidade dos clientes. Dessa forma, os testemunhos não podem ser considerados

evidências de um “esquecimento” da Real Fábrica das Sedas e as Anexas. Os entrevistados, na sua maioria, se recordaram de aspetos da RFSA – sua ligação com a coroa, seu ímpeto manufatureiro, sua fundação antes do terramoto. Entretanto, não as fazem de maneira factualmente correta: Leonor, ao afirmar que a coroa era dona da RFSA não corresponde ao fato de o complexo estar sob administração ou tutela régia; Sebastião está correto em assumir que a RFSA foi criada antes do terramoto, mas não especifica qual era a data da fundação e erra na data da falência; Josefa, mesmo após ler um livro que associou ao complexo onde está localizada a sua livraria, não se lembrou do que a RFSA produzia. Os donos de *A Chilena* não se esqueceram do complexo – ainda que o desconhecem – mas reconheciam que havia uma instituição que unia os estabelecimentos da Rua da Escola Politécnica ao Largo do Rato. A falta de instrução e de conhecimento sobre a RFSA não se dá pela ignorância dessas pessoas, mas pela falta de presença do estabelecimento no imaginário popular. O complexo persiste em fragmentos, emaranhados por narrativas diferentes do passado e por cronologias difusas, marcados por “terramotos” ou “reis fundadores”. Ele tornou-se uma memória abstrata, substituída por memórias de instituições recentes que são herdeiras do complexo – a RFSA se tornou uma narrativa num mar de narrativas, efeito de uma falta de conhecimento rigoroso sobre o complexo.

As ‘nuances’ dos testemunhos – fatos históricos misturados com adivinhação – são explicadas pelas micronarrativas, vulgo a substituição do passado historiográfico por versões alternativas, pouco precisas e insuficientemente claras. Os estudos de memória permitem-nos uma visão na mente da memória coletiva e dos seus impactos nos indivíduos. Como explica Sarah Gensburger em sua releitura da teoria de Maurice Halbwachs, a memória é construída pela posição do indivíduo no espaço social e como o grupo reflete sobre o passado (Gensburger, 2019, p. 70). O ato de lembrar é, por si próprio, evocar uma narrativa baseada na realidade – não a própria realidade. O afastamento do factual gera a sua fragmentação e distorção, como observado nos testemunhos recolhidos.

O passado de natureza histórica, delimitado na primeira parte do artigo, é considerado “uma versão” do complexo, que coexiste com os “talhos dos judeus” ou os “estábulo da família real”. Com o passar do tempo, a mudança do complexo legou poucos aspetos da RFSA ao presente – o teto da Concessionária, a fachada do complexo, os azulejos no estacionamento, o estilo arquitetónico do restaurante. Concomitantemente, outras lojas começaram a habitar o local e deixar a sua marca no complexo. Como o legado da instituição não é protegido pela Câmara Municipal de Lisboa (somente parte da sua carcaça), a RFSA não é entendida como o passado fundacional de que todas as lojas são herdeiras, mas como um dos “múltiplos” passados do prédio. Os objetos que remontam ao complexo são descontextualizados pelos funcionários, contribuindo para a querela. Essa é a razão pela qual o desconhecimento em relação à RFSA não depende da idade, nacionalidade ou outros fatores identitários, nem tão pouco do estabelecimento e do seu tempo de funcionamento. O conhecimento sobre a RFSA depende da vontade de cada lojista de estudar sobre o complexo. Principalmente, ele depende da instituição que possui o dever de salvaguardá-la: a Câmara Municipal de Lisboa.

Retornando ao testemunho de Sebastião, o lojista afirmou que a RFSA existiu na Praça das Amoreiras até 2023. No prédio que indicou atualmente existe a fundação “Arpad Szenes – Vieira da Silva”, localizada ao lado da Rua do Pente. Ao lado da fundação, existe uma placa da Câmara Municipal de Lisboa. Essa placa é a única menção pública da

existência da RFSA em toda a região; ela serve como a única fonte de conhecimento da população geral sobre a Real Fábrica das Sedas e as Anexas e o único reconhecimento da sua existência. Como demonstra a imagem 4, a placa afirma que a Fundação utiliza o prédio da “Antiga Real Fábrica dos Tecidos de Seda, construída no século XVIII”.

Imagem 4 – Placa informativa da Câmara Municipal de Lisboa sobre a Fundação Arpad Szenes-Vieira da Silva. A passagem escrita sobre a RFSA diz que ela é “a antiga Real Fábrica dos Tecidos de Seda, construída no século XVIII”. A tradução em inglês afirma que o complexo é “an 18th century Building). Fonte: autor, 2025.



Como explicado na parte anterior, a instituição foi criada com o nome de Fábrica das Sedas, sendo na década de 50 do século XVIII que recebeu a alcunha de “Real” e criaram-se as Fábricas Anexas. O nome indicado pela Câmara Municipal de Lisboa nunca foi usado para se referir ao complexo. Caso a placa estiver se referindo a uma das Fábricas Privadas, a data de criação está errada, dado que a RFSA foi à falência em 1833 – logo é impossível uma Fábrica Privada ter utilizado o espólio liquidado antes a falência da RFSA. Verifica-se, então, que a instituição responsável por cuidar da memória e do património da RFSA ativamente contribui para a criação das micronarrativas que existem na região, sintoma agravado pelo sinal ser a única indicação da existência do complexo.

A placa é somente um sintoma – ainda que extremamente grave – do desinteresse em manter vivo o conhecimento do complexo. Ela é uma perversão da sexta recomendação da TICCIH, que dita que devem ser desenvolvidos “materiais pedagógicos específicos abordando o passado industrial” do Património Industrial (TICCIH, 2003). Valorizar a história da RFSA não é somente mostrar a importância de “um rei” ou de um local, mas é prestigiar a história de Lisboa e de Portugal, de seus trabalhadores e artesãos. Instituições como a Real Fábrica das Sedas e as Anexas são a chave para conectar o passado de Lisboa

com o seu presente. A placa corrobora na criação de memórias falsas e das narrativas que suplementam a história do complexo.

Verifica-se, então, que a Real Fábrica das Sedas e as Anexas é um fantasma que surgiu nos tempos anteriores ao terramoto. A sua funcionalidade, os seus fundadores, o seu legado são conhecidos de maneira abstrata e nebulosa. Enquanto a sua carcaça é modificada para servir o comércio local, a sua memória é desconstruída para valorizar outros estabelecimentos.

Conclusão

Na carcaça da Real Fábrica das Sedas e as Anexas novas histórias desenvolveram-se, em detrimento da história do complexo. A investigação, utilizando metodologias historiográficas e antropológicas, observou como a RFSA ocupa um local complexo na memória dos trabalhadores do Largo do Rato. Ao mesmo tempo que ela é lembrada imprecisamente pelo grupo, existem diversas e contraditórias micronarrativas que contam versões alternativas do seu passado, dificultando um entendimento preciso da sua história. Ademais, é possível observar que a carcaça do complexo agora abrange locais que estavam fora da fábrica, tornando a RFSA um fantasma amorfo na região. A redefinição da memória relativa ao complexo e dos processos de redefinição do seu espaço fragmentaram a veracidade histórica em múltiplas interpretações.

Enquanto no meio académico os estudos sobre a instituição esclarecem a confusão entre a RFSA e as Fábricas privadas, a população geral e a Câmara Municipal de Lisboa não conhecem a história factual da RFSA e confundem as instituições. O desinteresse público em manter viva a factual história do complexo acabou por desenvolver o tabo da ignorância e a indefinição das micronarrativas, sendo os “Talhos dos judeus” e “Estábulo da Família Real” alguns dos exemplos das micronarrativas observadas. Ao entenderem a RFSA como um passado “arcaico”, anterior ao terramoto, os lojistas desvalorizam o complexo e entendem-se herdeiros de outros estabelecimentos, posteriores ao complexo. A querela não é causada pelo movimento da Globalização, pela imigração em massa ou pelo desinteresse das novas gerações, mas sim pela desvalorização por parte da Câmara Municipal de Lisboa e dos estabelecimentos que ocupam o local.

Dada a situação complexa da RFSA na atualidade e a necessidade de dissipar as micronarrativas e o tabo da ignorância, gostaria de propor medidas de valorização da história e do património da RFSA. Como explicado, o complexo é classificado como “Imóvel de Interesse Público” desde 2002. Uma medida pertinente seria a sinalização da história da RFSA por meio de placas, como demonstra a imagem 4 – cujo conteúdo deve ser remediado para retratar corretamente a história do local –, com o intuito de informar os transeuntes da Rua da Escola Politécnica. Essas medidas podem popularizar a RFSA na mente da população portuguesa e trazer atenção aos turistas estrangeiros que passam pelo local.

A valorização do complexo da RFSA pode ser um caminho para divulgar a instituição que ajudou a popularizar a região, a cidade de Lisboa e Portugal. É necessário dissipar as micronarrativas que assombram a história e a carcaça da Real Fábrica das Sedas e as Anexas, eliminando o “já não sei” da população e da Câmara Municipal de Lisboa.

Siglas e Abreviações

RFSA – Real Fábrica das Sedas e as Anexas.

TICCIH – The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (Comissão Internacional para a Conservação do Património Industrial).

Declaração de Interesse

O autor declara que não possui um conflito de interesses ou financiamento que podem ter influenciado a pesquisa presente nesse artigo.

Fontes Primárias

Bluteau, R. (1720). *Vocabulário Portuguez e latin*, vol IV. Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade.

Testemunho de Afonso, Mamede, Campo de Ourique (Lisboa), 19 abril de 2025.

Testemunhos de Carlos e Rosângela (donos do restaurante *A Chilena*), Largo do Rato, Campo de Ourique (Lisboa), 19 de abril, 17 de maio, 7 e 15 de junho de 2025.

Testemunho de Luiz, São Mamede (Lisboa), 19 abril de 2025.

Testemunho de Filipe, São Mamede (Lisboa), 19 abril de 2025.

Testemunho de Henriques, Rua Politécnica, São Mamede (Lisboa), 19 abril, 10 de maio e 7 de junho de 2025.

Testemunhos de Sancho, São Mamede (Lisboa), 19 de abril e 10 de maio de 2025.

Testemunho de Josefa, São Mamede (Lisboa), 19 abril, 7 e 10 de maio e 17 de junho de 2025.

Testemunho de Leonor, São Mamede (Lisboa), 19 abril de 2025.

Testemunho de Manuel, Rua Politécnica, São Mamede (Lisboa), 19 abril, 10 de maio e 7 de junho de 2025.

Testemunho de Maria, Largo do Rato, Campo de Ourique (Lisboa), 19 abril de 2025.

Testemunho de Sebastião, Largo do Rato, Campo de Ourique (Lisboa), 19 abril e 17 de maio de 2025.

Sousa, A. C. (1741). *História genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo VII. Lisboa Occidental: na Officina de Joseph Antonio da Sylva, impressor da Academia Real.

Bibliografia

Almeida Barata, J. (2025). “Real Fábrica das Sedas”, *eViterbo*. Lisboa: CHAM – Centro de Humanidades, FCSH, Universidade Nova de Lisboa, (2024). Consultado a 20 de maio de 2025.

Anderson, B. (2016). *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso.

Assunção, A. P. (1997). *Fábrica de Loiça de Sacavém*, 2.^a ed. Lisboa: Edições Inapa.

- Axel, B. K. (ed.). (2002). *From the Margins: Historical Anthropology and Its Futures*. Duke University Press.
- Bessa-Luís, A. (1990). *Sebastião José*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- Comaroff, J. & Comaroff, J. (2020). *Ethnography and the Historical Imagination*. New York: Routledge.
- De Nardi, S., Orange, H., High, S., & Koskinen-Koivisto, E., et al (Eds.). (2019). *The Routledge Handbook of Memory and Place* (1st ed.). Routledge.
- Duarte, C. & André, P. (2021). “Dinâmicas espaciais nas antigas estradas de acesso a Lisboa: o Largo do Rato e o Campo das Cebolas”. *VII Seminário de Investigação, Ensino e Difusão*, pp. 24-44.
- Custódio, J. (1994). “Fábrica das sedas do Rato”. Em Santana, F. & Sucena, E. *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas, pp. 372-374.
- Falcon, F. & Rodrigues, C. (2015). *A “Época Pombalina” no Mundo Luso-Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Hartog, F. (2021). *Regimes de Historicidade: Presentismo e Experiências do Tempo*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Monteiro, J. P. (2007). “O Brasil como destino da cerâmica da Real Fábrica de Louça”. Em *Convergência Lusitana*, 21 (24), pp. 225-243.
- Nora, P. (1989). Between Memory and History: Les Lieux de Mémoire. Em *Representations* (26), pp. 7-24.
- Nora, P. (1992). *Les Lieux de Mémoire*, 3 tomes. Paris: Gallimard.
- Laim, L. (2005). *História Económica de Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Laney, C. e Loftus, E. F. (2010). False Memory. Em *Cambridge handbook of forensic psychology*, pp. 187-194.
- Lefebvre, H. (1991). *The Production of Space*. Oxford: Blackwell Publishing.
- Lopes, C. S. (2004). *Estudos de História da Cerâmica*. Porto: Gabinete de Estudos da Universidade Católica Portuguesa.
- Mangucci, A. C. (2017). *Um Novo Padrão: A real Fábrica-Escola de Louça do Rato*. Exposição Museu de Lisboa.
- Malinowski, B. (2021). *Argonautas do Pacífico Ocidental* 3ª ed. São Paulo: Ubu Editora.
- Maxwell, K. (1995). *Pombal: Paradox of the Enlightenment*. Cambridge University Press.
- Meco, J. (1984). *A Faiança do Rato na colecção Artur Maldonado Freitas*. Caldas da Rainha: Museu de Cerâmica.
- Orange, H. (Ed.) (2015). *Reanimating Industrial Spaces. Conducting Memory Work in Post-industrial Societies*. Left Coast Press, Inc.
- Queirós, J. (1987). *Cerâmica portuguesa e outros estudos*. Lisboa: Presença.
- Rossa, W. (1981). *Além da Baixa, Indícios de Planeamento Urbano da Lisboa Setecentista*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 1998.
- Sando, A. (1976). *Faiança Portuguesa, séculos XVIII-XIX*. Barcelos: Livraria Civilização.
- Santos, A. V. [s.d.]. “A Cerâmica em Portugal”. Em Barreira, J. (dir.). *Arte Portuguesa: As Artes Decorativas*. Lisboa: Excelsior, pp. 105-244.

- Santos, R. (1970). *Oito séculos de Arte portuguesa: história e espírito*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- Soura, F. (2006). *História da Indústria das Sedas em Trás-os-Montes*. CEPES / Edições Afrontamento.
- Sousa, N. (1985). “O Largo do Rato, placa distributiva de Lisboa, espaço de vários espaços”. Em *Arquipélago* – Revista da Universidade dos Açores. Ponta Delgada: Universidade dos Açores. Vol. 7, n.º 2, pp. 72.
- Smith, R. (1968). *The Art of Portugal*. New York: Meredith Press.
- The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH) (2003) – *Carta de Nizhny Tagil para o Património Industrial*. [online] 2003 [Consultado 12 de setembro de 2025]. Disponível em <https://ticcih.org/wpcontent/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf>.
- Viejo-Rose, D. (2015). “Cultural heritage and memory: untangling the ties that bind.” Em *Culture & History Digital Journal*, 4(2): e018.

Património Cultural como Ferramenta
Pedagógica no Ensino da História:
Tensões e Contradições na Educação Patrimonial

Cultural Heritage as a Pedagogical Tool in
History Education: Tensions and Contradictions
in Heritage Education

Sandra Pereira

Sandra Pereira

Universidade de Coimbra – Conselho de Formação de Professores da Faculdade de Letras
da Universidade de Coimbra

ORCID: 0000-0002-1175-0769

PATRIMÔNIO CULTURAL COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NO ENSINO DA HISTÓRIA: TENSÕES E CONTRADIÇÕES NA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Este estudo investiga o potencial transformador da educação patrimonial no ensino da História, tendo como exemplo o Convento de Santa Maria de Semide, em Miranda do Corvo. Ao confrontar os alunos com narrativas patrimoniais dominantes, a investigação revela lacunas na literacia patrimonial e evidencia como o património materializa conflitos históricos e reutilização contemporânea. O projeto didático demonstra que práticas pedagógicas podem não só transmitir conhecimento, mas também fomentar uma reflexão crítica sobre os processos de seleção, preservação e interpretação do património, consolidando-o como espaço de contestação cultural e política. O estudo contribui para repensar a educação patrimonial como instrumento de cidadania crítica.

Palavras-chave: Educação patrimonial; Património como construção social; Discurso patrimonial; Metodologias participativas; Consciência histórica.

CULTURAL HERITAGE AS A PEDAGOGICAL TOOL IN HISTORY EDUCATION: TENSIONS AND CONTRADICTIONS IN HERITAGE EDUCATION

This study investigates the transformative potential of heritage education in History teaching, using the Convent of Santa Maria de Semide in Miranda do Corvo as a case study. By confronting students with dominant heritage narratives, the research reveals gaps in heritage literacy and demonstrates how heritage materialises historical conflicts and contemporary reuse. The educational project demonstrates that pedagogical practices can not only transmit knowledge but also foster critical reflection on the processes of selection, preservation, and interpretation of heritage, thereby consolidating it as a space for cultural and political contestation. The study contributes to rethinking heritage education as an instrument of critical citizenship.

Keywords: Heritage education; Heritage as a social construction; Heritage discourse; Participatory methodologies; Historical consciousness.

LE PATRIMOINE CULTUREL COMME OUTIL PÉDAGOGIQUE DANS L'ENSEIGNEMENT DE L'HISTOIRE : TENSIONS ET CONTRADICTIONS DANS L'ÉDUCATION PATRIMONIALE

Cette étude analyse le potentiel transformateur de l'éducation patrimoniale dans l'enseignement de l'histoire, en prenant pour étude de cas le couvent de Santa Maria de Semide, à Miranda do Corvo. En confrontant les élèves aux récits patrimoniaux dominants, la recherche met en évidence des lacunes en matière de littératie patrimoniale et montre comment le patrimoine matérialise à la fois des conflits historiques et des réutilisations contemporaines. Le projet didactique démontre que les pratiques pédagogiques peuvent non seulement transmettre des connaissances, mais aussi encourager une réflexion critique sur les processus de sélection, de préservation et d'interprétation du patrimoine, tout en le consolidant en tant qu'espace de contestation culturelle et politique. L'étude contribue ainsi à repenser l'éducation patrimoniale comme un instrument de citoyenneté critique.

Mots-clés : Éducation patrimoniale; patrimoine comme construction sociale; Discours patrimonial; Méthodologies participatives; Conscience historique.

Introdução

A educação patrimonial no ensino da História encontra-se numa encruzilhada teórica e prática que exige uma reflexão crítica sobre as suas fundações epistemológicas e implicações políticas. Enquanto as abordagens tradicionais tendem a apresentar o património como um repositório neutro de valores culturais universais, perspetivas críticas contemporâneas questionam esta conceptualização, revelando os processos de poder subjacentes à construção, seleção e interpretação patrimonial (Smith, 2006; Harrison, 2013)¹.

Este estudo procurou examinar estas tensões através de um projeto didático implementado no Convento de Santa Maria de Semide, em Miranda do Corvo, monumento que engloba múltiplas camadas de significado histórico e contradições sociais. A escolha deste caso de estudo não foi casual: o Convento materializa processos históricos de longa duração que incluem a consolidação do poder religioso medieval, as transformações liberais oitocentistas, as dinâmicas contemporâneas de reutilização patrimonial e os próprios desafios futuros que o património cultural enfrenta².

A questão central que orienta esta investigação ultrapassa a mera avaliação da “eficácia” da educação patrimonial para interrogar as suas dimensões ideológicas: como podem as práticas educativas baseadas no património cultural simultaneamente reproduzir e contestar as narrativas dominantes sobre o passado? Esta pergunta é fundamental porque, como argumenta Lowenthal (1998), o património não é simplesmente herdado, mas ativamente construído através de processos sociais, políticos e educativos que privilegiam determinadas interpretações em detrimento de outras.

Património como “discurso autorizado” e espaço de contestação

A conceptualização crítica do património desenvolvida por Smith (2006) constitui o marco teórico fundamental desta investigação. A autora argumenta que: “*The Authorized Heritage Discourse privileges monumentality and grand narratives, presenting heritage as if it were universal and uncontested.*” (p. 11), ou seja, o “discurso patrimonial autorizado” opera através da naturalização de determinadas narrativas sobre o passado, obscurecendo os processos políticos e sociais que levam à seleção e interpretação dos bens culturais. Este discurso caracteriza-se pela ênfase dada à monumentalidade, autenticidade e excepcionalidade, frequentemente marginalizando patrimónios “menores” e perspetivas secundárias. Como escreve Smith (2006), “*o discurso patrimonial autorizado é um processo de poder que legitima certas narrativas e marginaliza outras*” (p. 11).

No contexto português, esta dinâmica manifesta-se particularmente na sobrevalorização do património religioso monumental. Como observa Harrison (2013), os processos de análise frequentemente assumem um carácter homogéneo, apagando as experiências de

¹ As políticas públicas portuguesas incluem o Plano Nacional das Artes (2019), que integra a dimensão patrimonial.

² O Convento de Santa Maria de Semide está incluído no Inventário Nacional de Património Imóvel (DGPC).

grupos marginalizados – no caso do Convento de Santa Maria de Semide, em particular, as vozes das religiosas anônimas, dos trabalhadores locais e das comunidades vizinhas.

A teoria crítica do patrimônio converge com os estudos pós-coloniais e feministas para questionar quem tem autoridade para definir o que constitui patrimônio, para quem este é preservado e como são medidas as tensões entre diferentes interpretações (Appadurai, 2001; Spivak, 2010). Estas questões adquirem uma particular relevância no contexto educativo, onde as práticas pedagógicas podem reproduzir ou contestar hierarquias interpretativas estabelecidas.

A educação patrimonial crítica, tal como conceptualizada por Freire (2019) e desenvolvida por autores como Giroux (2013) e Hooks (2013), posicionam-se contra abordagens que tratam os estudantes como meros recetores passivos do conhecimento patrimonial pré-definido. Em contraposição, propõe metodologias que estimulem o questionamento das narrativas dominantes e a construção colaborativa de interpretações alternativas. Barca (2004, p. 137) salienta que: “*a educação histórica de qualidade deve promover a articulação entre compreensão crítica e participação ativa dos estudantes*”.

Esta abordagem alinha-se com os contributos da pedagogia crítica de Freire, que enfatiza a importância de “ler o mundo” através da problematização das realidades sociais e culturais: “*A educação se torna um ato de depósito, em que os alunos são os recipientes e o professor o depositante.*” (2019, p. 80)³. No contexto patrimonial, isto implica interrogar não apenas o que é preservado, como também o que é esquecido, silenciado ou destruído. Como argumenta Abreu (2003), a educação patrimonial deve promover a “decolonização” das práticas interpretativas, reconhecendo a pluralidade de memórias e experiências que coexistem em qualquer espaço patrimonial.

Contudo, como adverte Bourdieu (1989), as práticas educativas operam necessariamente dentro de campos de poder que condicionam as possibilidades de transformação. A escola, enquanto instituição, está inserida em redes de relações sociais que podem limitar o potencial crítico da educação patrimonial. Esta tensão entre reprodução e transformação constitui um dos principais desafios teóricos e práticos desta área.

A teoria da consciência histórica de Rüsen (2006) oferece um quadro valioso para compreender como a educação patrimonial pode contribuir para a formação histórica crítica. Rüsen distingue quatro tipos ideais de consciência histórica: tradicional, exemplar, crítica e genética. A consciência histórica crítica, particularmente relevante para este estudo, caracteriza-se pela capacidade de questionar as próprias narrativas estabelecidas e reconhecer a contingência histórica dos fenómenos sociais.

Contudo, como observa Seixas (2017), a aplicação desta tipologia ao contexto educativo requer cuidado para evitar hierarquizações simplistas que privilegiem determinados tipos de consciência. No caso específico da educação patrimonial, é fundamental reconhecer que diferentes grupos sociais podem desenvolver formas distintas de consciência histórica, igualmente válidas e significativas.

A contribuição de Benjamin (1994) sobre as “temporalidades múltiplas” enriquece esta discussão ao alertar para os perigos de narrativas históricas lineares que obscurecem as discontinuidades e ruturas do passado. No contexto do Convento de Semide, esta

³ Trabalho original do autor publicado em 1968, porém foi consultada a edição brasileira de 2019 (50ª ed.) da Paz e Terra.

perspetiva permite problematizar narrativas simplificadas sobre “continuidade cultural” e explorar as tensões entre diferentes períodos históricos.

O Convento de Santa Maria de Semide: Construção Social de um “Lugar de Memória”

O Convento de Santa Maria de Semide constitui um exemplo paradigmático do que Nora (1989) designa como “*lieu de mémoire*” – espaços onde a memória coletiva se cristaliza através de processos sociais e políticos complexos. Contudo, ao contrário da conceptualização nostálgica frequentemente associada a este conceito importa analisar criticamente como este “lugar de memória” foi construído, quais as vozes que foram privilegiadas e as que foram silenciadas⁴.

A fundação medieval do Convento insere-se nas dinâmicas de consolidação do poder religioso e nobiliárquico, materializando relações sociais hierárquicas que se prolongaram ao longo dos séculos. Como demonstra Le Goff (1995), os espaços monásticos funcionavam simultaneamente como centros espirituais e económicos, articulando dimensões simbólicas e materiais do poder medieval.

A própria análise arquitetónica do Convento revela camadas temporais distintas que materializam diferentes conjunturas históricas. As transformações barrocas dos séculos XVII-XVIII refletem não apenas mudanças estilísticas, como também reconfigurações nas relações entre Igreja, Estado e sociedade. Como argumenta Choay (1999), a arquitetura funciona como uma “escritura do espaço”, inscrevendo no tecido construído as tensões e contradições de cada época histórica.

As transformações oitocentistas associadas ao liberalismo constituem um momento crucial para compreender as dinâmicas contemporâneas de patrimonialização. A extinção das ordens religiosas em 1834 e a subsequente desamortização dos bens eclesiásticos representam um processo violento de ressignificação espacial e simbólica que raramente é problematizado nas narrativas patrimoniais dominantes. Como sintetiza Rodrigues (2017, p. 9)⁵: “*A extinção das Ordens Religiosas, em 1834, no contexto das políticas liberais, levou os conventos a conhecerem um processo de ‘desmantelamento’ que conduziu à descontextualização e perda de muitas obras de arte.*”⁶.

Como observa Rodrigues (2017), estes processos implicaram não apenas a transferência de propriedade, como também a destruição de formas específicas de sociabilidade e conhecimento. A dispersão das bibliotecas monásticas, os arquivos perdidos e as práticas artesanais interrompidas constituem “patrimónios negativos” cuja ausência marca profundamente os espaços contemporâneos.

⁴ Nora (1989) desenvolveu o conceito de “*lieux de mémoire*”, traduzido em Portugal como ‘lugares de memória’.

⁵ Rodrigues, R. A. M. (2017). Entre a salvaguarda e a destruição: a extinção das ordens religiosas em Portugal e as suas consequências para o património artístico dos conventos (1834-1868). Universidade de Lisboa. Disponível em: <https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10451/29993>

⁶ A extinção das ordens religiosas em 1834 decorreu da legislação liberal de Joaquim António de Aguiar, com profundo impacto patrimonial, como sintetiza Mattoso (1993).

A reutilização contemporânea do Convento de Santa Maria de Semide como centro de formação profissional (CEARTE) levanta questões complexas sobre os critérios e valores que presidem às políticas de preservação patrimonial. Como argumenta Ashworth & Tunbridge (2017), todos os usos patrimoniais implicam necessariamente processos de “dissonância”, onde diferentes grupos sociais atribuem significados distintos e potencialmente conflitantes aos mesmos espaços.

A análise crítica do Convento de Semide revela como as narrativas patrimoniais dominantes tendem a privilegiar uma perspectiva institucional centrada na “grande história” – fundadores, patronos, estilos artísticos, eventos políticos. Esta ênfase, embora importante, esconde frequentemente as experiências quotidianas dos grupos subalternos que habitaram e transformaram estes espaços.

A aplicação da perspectiva da “história vista de baixo”, desenvolvida por Thompson (1981) e Burke (2019), permite identificar vestígios de experiências alternativas inscritos no espaço conventual. As marcas de uso nos pavimentos, as adaptações funcionais menores, os grafitos e inscrições constituem “fontes involuntárias” que testemunham práticas sociais frequentemente ignoradas pelas narrativas oficiais.

Particularmente relevante é a ausência quase total de referências às experiências femininas específicas do espaço conventual. Como demonstra Perrot (2007), a história das mulheres religiosas tem sido sistematicamente marginalizada, mesmo quando estas constituíram agentes históricos significativos. A educação patrimonial deve interrogar estas ausências e explorar metodologias que permitam “recuperar” vozes silenciadas.

Investigação-Ação Participativa como Práxis Transformadora

Esta investigação posicionou-se na intersecção entre teoria crítica e pragmatismo metodológico, reconhecendo tanto a necessidade de questionar as relações de poder subjacentes aos processos educativos quanto a importância de desenvolver práticas pedagogicamente viáveis e transformadoras.

Seguindo os contributos de Kincheloe e McLaren (2011), adota-se uma perspectiva de “investigação crítica” que reconhece a impossibilidade de neutralidade científica e assume explicitamente um compromisso com a transformação social. Esta posição implica reconhecer que a própria investigação constitui um ato político que pode reproduzir ou contestar estruturas de poder existentes.

O estudo do Convento de Santa Maria de Semide como objeto histórico materializou vários conceitos estruturantes do programa de História do 11.º ano, como «revolução», «liberalismo», «secularização» e «desamortização». Os alunos, ao analisarem in loco as estruturas e elementos históricos, podem observar as mudanças e continuidades ao longo do tempo e relacioná-las com eventos-chave que provocaram ruturas, como as guerras, revoluções, movimentos sociais e avanços tecnológicos (Pereira, 2025).

Tabela 1 – Matriz do alinhamento com as Aprendizagens Essenciais do programa de História.

Atividade	Aprendizagens Essenciais	Articulação
Visita ao Convento	Interpretar a revolução liberal portuguesa, identificando as suas conquistas e dificuldades, e o seu legado histórico.	O Convento permite explorar concretamente os efeitos das políticas de secularização e desamortização dos bens eclesiásticos no período liberal.
Análise documental	Analisar documentos históricos, problematizando-os em função da sua finalidade, contexto e ação dos seus protagonistas.	As fontes primárias e secundárias sobre o Convento oferecem oportunidade para exercitar a interpretação contextualizada de documentos históricos.
Debates	Avaliar o impacto da revolução liberal na estrutura social, política e económica.	Os debates sobre património e cidadania permitem refletir sobre as continuidades e ruturas provocadas pelo liberalismo na relação entre Estado, Igreja e sociedade.
Materiais educativos	Sintetizar as transformações políticas, sociais e económicas do período liberal, problematizando o conceito de modernidade.	A elaboração de materiais sobre o Convento estimula a identificação e comunicação das transformações históricas materializadas no edifício.

Autoria própria.

Esta articulação entre o património local e os processos históricos nacionais e internacionais concretiza o que Barca (2004) designa como “aula-oficina”, um modelo de ensino-aprendizagem em que o conhecimento histórico é construído ativamente pelos alunos através da investigação, problematização e comunicação.

A opção por uma metodologia mista fundamenta-se no reconhecimento de que a complexidade dos processos educativos em contextos patrimoniais exige abordagens multifacetadas capazes de captar tanto padrões quantificáveis quanto significados socialmente construídos. Como argumentam Teddlie e Tashakkori (2009), o pragmatismo metodológico permite superar dicotomias estereis entre paradigmas quantitativos e qualitativos.

A metodologia adotada inspirou-se nos princípios da investigação-ação participativa (IAP) desenvolvida por Borda (2001) posicionando os estudantes e o professor-investigador como co-investigadores num processo colaborativo de construção do conhecimento. Esta abordagem questiona hierarquias tradicionais entre “investigador” e “sujeitos de investigação” promovendo dinâmicas mais horizontais de produção de saber⁷.

A implementação da IAP no contexto educativo apresenta desafios específicos relacionados com as estruturas institucionais da escola e as expectativas curriculares. Como observa Carr e Kemmis (2003), a investigação-ação educativa deve “navegar” entre tensões, autonomia pedagógica e constrangimentos sistémicos, procurando espaços de transformação dentro das limitações existentes.

O desenho metodológico integrou três eixos complementares: análise documental crítica que problematizou as fontes historiográficas sobre o Convento; etnografia patrimonial baseada na observação participante e registo reflexivo das interações entre

⁷ A investigação-ação participativa (IAP) distingue-se da investigação-ação educacional pela ênfase no envolvimento comunitário.

estudantes e o espaço em estudo; e produção colaborativa de conhecimento através de metodologias participativas.

Tabela 2 – Instrumentos de recolha.

Instrumento	Objetivos	Tipo de dados	Domínios avaliados	Momento de aplicação
Questionário de diagnóstico	Identificar conhecimentos prévios e percepções sobre o património local.	Quantitativo / Qualitativo	Conhecimento prévio, motivação, atitude face à História.	Início do projeto.
Fichas de análise de fontes	Avaliar competências de leitura e interpretação histórica.	Qualitativo	Pensamento histórico, contextualização, análise crítica.	Durante as aulas e a visita.
Produções criativas (cartazes, vídeos, mapas)	Verificar apropriação dos conteúdos através de expressão autónoma.	Qualitativo	Comunicação histórica, criatividade, transferência de aprendizagem.	Fase final do projeto.
Guiões de visita / diários de bordo	Orientar a observação e recolher impressões durante a visita de estudo.	Qualitativo	Observação, envolvimento, reflexão pessoal.	Durante a visita ao convento.
Grelhas de observação direta	Registar comportamentos, interações e envolvimento durante as atividades.	Qualitativo	Participação, cooperação, linguagem histórica.	Em todas as sessões presenciais
Autoavaliação e heteroavaliação	Promover a reflexão sobre o processo de aprendizagem.	Qualitativo	Metacognição, autonomia, autorregulação.	Final das atividades principais.
Questionário final de avaliação	Avaliar impacto do projeto na aprendizagem, motivação e valorização do património.	Quantitativo / Qualitativo	Resultados globais, atitude crítica, satisfação.	Final do projeto didático.

Autoria própria.

Os instrumentos utilizados foram concebidos não apenas para recolher informação, como também para promover reflexão crítica e questionamento das narrativas dominantes. Os questionários incluíram questões que problematizaram conceitos como “autenticidade”, “tradição” e “identidade cultural”, procurando estimular os estudantes a reconhecer a natureza construídas desses mesmos conceitos.

As fichas de análise documental basearam-se na metodologia de “leitura contra o grão” proposta por Benjamin (1994) e desenvolvida por Ginzburg (2007), incentivando os estudantes a identificar tensões, contradições e silêncios nas fontes históricas. Esta abordagem questiona leituras lineares e consensuais do passado, promovendo interpretações mais complexas e problematizadas.

Os instrumentos de produção criativa foram estruturados segundo os princípios da “pedagogia crítica multimodal” (Kress e Van Leeuwen, 2020), reconhecendo que diferentes formas de expressão podem revelar dimensões distintas da experiência patrimonial. A integração de códigos QR nos materiais educativos produzidos pelos

estudantes permitiu criar “narrativas aumentadas” que questionaram as fronteiras tradicionais entre o espaço físico e o digital.

A presente investigação centrou-se num grupo específico de dez alunos do 11.º ano de escolaridade, com idades compreendidas entre os 16 e 17 anos, composto por três elementos do sexo masculino e sete do sexo feminino, que frequentam um Agrupamento de Escolas da região. Esta amostra, embora reduzida em termos quantitativos, apresenta características particularmente relevantes para os objetivos do estudo, configurando o que Stake (1995) classifica como uma “amostra intencional” – selecionada não pela sua representatividade estatística, mas pelo seu potencial informativo face às questões de investigação.

A caracterização dos participantes ultrapassa critérios demográficos convencionais para problematizar as suas posições sociais e culturais relativamente ao património estudado. Os dez estudantes do 11.º ano constituíram um grupo relativamente heterogéneo do ponto de vista socioeconómico, o que representa um factor que condiciona significativamente as interpretações possíveis sobre diversidade cultural e património (Pereira, 2025).

Esta heterogeneidade, longe de se apresentar como uma limitação metodológica, revelou-se analiticamente produtiva por permitir examinar como o mesmo grupo aparentemente “uniforme” desenvolveu interpretações distintas e potencialmente conflitantes sobre os mesmos objetos patrimoniais. Como demonstra Willis (2017), a análise micro-sociológica de grupos específicos pode revelar dinâmicas culturais mais amplas.

A caracterização dos estudantes como tendo “interesse pelas aulas de História”, mas “participação limitada” sugere padrões de socialização educativa que privilegiam consumo passivo em detrimento de produção ativa de conhecimento. Esta observação alinha-se com as críticas “freireanas” à “educação bancária” e justifica a adoção de metodologias participativas. Freire (2019, p. 80) criticava esta conceção afirmando que: *“a educação se torna um ato de depósito, em que os alunos são os recipientes e o professor o depositante”*.

A análise quantitativa dos questionários iniciais revelou um padrão paradoxal que se caracteriza como uma “literacia patrimonial assimétrica”, ou seja: uma elevada consciência valorativa (média de 4,50) contrastando com limitado conhecimento factual-institucional (média de 3,63). Esta disparidade de 0,87 pontos sugere que os estudantes desenvolveram uma relação afetiva com o conceito abstrato de património sem possuírem ferramentas críticas para analisar processos concretos de patrimonialização.

Este padrão confirma as críticas de Smith (2006) ao “discurso patrimonial autorizado”, que promove uma relação emocional a valores patrimoniais universais sem estimular o pensamento crítico sobre os processos políticos e sociais subjacentes. A elevada pontuação no item: “O património histórico é relevante para a compreensão da identidade cultural” (4,67), sugere uma aculturação de narrativas sobre identidade que precisam de ser problematizadas.

Particularmente significativa é a baixa pontuação no conhecimento sobre “entidades responsáveis pela preservação patrimonial” (3,42), revelando desconhecimento sobre as estruturas institucionais que governam os processos de patrimonialização. Esta lacuna é problemática porque como argumenta Harvey (2001), a compreensão crítica do património exige reconhecimento das dinâmicas do poder que determinam o que é preservado, como é interpretado e para quem é disponibilizado.

Gráfico 1 – Resultados do Questionário Inicial.



Autoria própria.

Tabela 3 – Média de respostas por aluno.

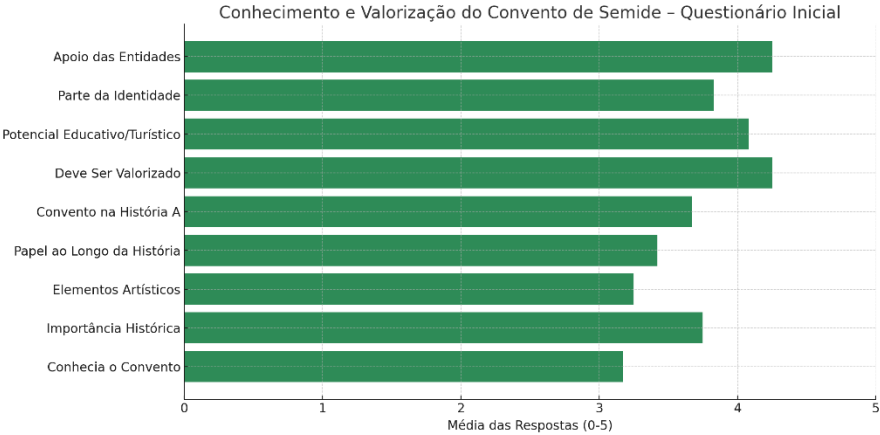
Nº	Item	Média
1	Sei o que se entende por património cultural.	4,33
2	Conheço a diferença entre património material e imaterial.	4,08
3	Sei que existem diferentes tipos de património.	4,42
4	Reconheço a importância do património na identidade cultural.	4,67
5	Tenho consciência de que o património pode estar em risco.	4,58
6	Conheço entidades responsáveis pela salvaguarda do património.	3,42
7	Estou familiarizado com património na minha região/localidade.	3,83
8	Compreendo o valor educativo do património no ensino da História.	4,17
9	Considero que os jovens devem participar na preservação do património.	4,50
10	Tenho espírito crítico perante a destruição do património.	4,25

Autoria própria.

O questionário específico sobre o Convento de Semide evidencia uma disparidade ainda mais acentuada entre conhecimento direto (média de 3,28) e consciência valorativa (média de 4,19). Esta diferença de 0,91 pontos sugere que os estudantes possuem uma “consciência patrimonial abstrata” que não se traduz num conhecimento situado sobre o património local.

Esta observação é particularmente relevante porque contradiz pressupostos comuns sobre a relação “natural” entre a proximidade geográfica e o conhecimento patrimonial. Como demonstra Massey (2005), os “lugares” não possuem identidades fixas ou óbvias, sendo antes construídos através de práticas sociais e interpretativas específicas. O facto de os estudantes viverem relativamente próximo do Convento não garante automaticamente um conhecimento significativo sobre o monumento.

Gráfico 2 – Média das respostas sobre o Convento.



Autoria própria.

Tabela 4 – Média de respostas dos alunos sobre o Convento.

Nº	Item	Média
1	Já conhecia o Convento de Santa Maria de Semide.	3,17
2	Compreendo a sua importância histórica.	3,75
3	Reconheço elementos artísticos/arquitetónicos no convento.	3,25
4	Identifico o papel histórico do convento.	3,42
5	Considero o convento adequado para ser estudado na disciplina de História A.	3,67
6	Acredito que merece maior valorização.	4,25
7	Identifico potencial educativo e turístico no convento.	4,08
8	Vejo o convento como parte da identidade local/nacional.	3,83
9	Os agentes locais devem procurar soluções para a sua conservação.	4,25

Autoria própria.

A análise qualitativa das respostas abertas revelou que o conhecimento prévio dos estudantes sobre o Convento deriva principalmente de contextos informais (catequese, celebrações religiosas, atividades de escuteiros). Esta observação sugere que as narrativas dominantes sobre o monumento estão associadas à sua função religiosa contemporânea, potencialmente obscurecendo outras dimensões históricas e culturais.

Transformação Experiencial: Limites e Potencialidades

A avaliação pós-intervenção revelou um incremento significativo na valorização patrimonial (de 3,17 para 4,43, representando um aumento de 1,26 pontos), sugerindo que a experiência direta estruturada pode transformar um conhecimento limitado numa apreciação mais profunda. Contudo, esta transformação deve ser analisada criticamente para evitar interpretações ingénuas sobre a “eficácia” pedagógica.

O testemunho de um estudante – “*ao ver o monumento, e falar sobre ele enquanto o estou a ver fisicamente, supera qualquer manual, texto ou imagem*” (citação do aluno A) – revela uma conceção empirista da aprendizagem que privilegia a experiência sensorial sobre a análise crítica. Embora a experiência direta seja pedagogicamente valiosa, importa questionar as narrativas que apresentam o contacto com o património como automaticamente “revelador” ou “autêntico”.

Como argumenta Bennett (2004), os espaços patrimoniais funcionam como “complexos expositores” que organizam experiências segundo lógicas específicas, frequentemente invisíveis aos visitantes. A aparente “naturalidade” da experiência patrimonial esconde os processos curatoriais, interpretativos e pedagógicos que a estruturam. A educação patrimonial crítica deve tornar visíveis esses mesmos processos.

A análise dos guiões de trabalho durante a visita revelou desenvolvimento de competências analíticas em múltiplos níveis, como também a reprodução de categorias interpretativas. Os estudantes demonstraram capacidade de identificar elementos arquitetónicos barrocos e relacioná-los com contextos históricos específicos, evidenciando uma apropriação do conhecimento histórico-artístico formal.

Contudo, as análises produzidas privilegiam sistematicamente perspetivas institucionais (ordens religiosas, patronos, estilos artísticos) em detrimento de experiências sociais mais amplas. A observação feita por um aluno de que: “*o altar veio do Brasil e custou muito dinheiro*” (citação do Aluno B) revela uma consciência incipiente sobre dimensões económicas e coloniais do património religioso, porém, esta intuição não foi desenvolvida criticamente.

Particularmente problemática é a ausência quase total de referências às experiências das religiosas que habitaram o Convento: como observa Scott (1986), esta lacuna reproduz padrões historiográficos tradicionais que marginalizam experiências femininas, mesmo em contextos onde as mulheres constituíram e eram os agentes principais. A invisibilidade das mulheres na narrativa histórica não resulta da sua ausência factual, mas de quadros interpretativos que sistematicamente as ignoram. Scott (1986, p. 1054) enfatiza que: “*o género é uma categoria útil de análise histórica porque revela como o poder se constrói através de diferenças percebidas*”.

Os materiais educativos produzidos pelos estudantes (cartazes e vídeos) evidenciam criatividade significativa na apresentação visual e narrativa, mas revelam também limitações conceptuais importantes. As representações privilegiam elementos “espetaculares” (fachadas, altares, azulejos) reproduzindo as lógicas de consumo visual típicas do turismo cultural.

As narrativas desenvolvidas seguem estruturas cronológicas lineares que apresentam a “evolução” do Convento como um processo harmonioso de “enriquecimento cultural”. Esta perspetiva oculta contradições e conflitos históricos, particularmente as tensões associadas à extinção das ordens religiosas e às suas conseqüentes transformações funcionais.

Contudo, alguns materiais evidenciam momentos de questionamento crítico, particularmente nas reflexões sobre o “futuro” do Convento. As propostas de “maior envolvimento das autarquias” e “atividades culturais para jovens” sugerem um reconhecimento de que o património deve ser ativamente reinterpretado para manter a sua relevância social. Esta consciência representa um potencial muito importante para desenvolver abordagens mais participativas e democráticas à gestão patrimonial.

Tabela 5 – Matriz de Análise de Impacto Pedagógico nos Alunos (autoria própria).

Dimensão Analisada	Estado Inicial (Diagnóstico Pré-Visita)	Impacto Observado (Pós-Intervenção)	Evidências Concretas do Relatório
Conhecimento Factual sobre o Monumento	Conhecimento geral e limitado, maioritariamente não experiencial. Apenas 3,17/5 dos alunos afirmaram já conhecer o Convento.	Aquisição de conhecimento detalhado sobre elementos arquitetónicos, artísticos, funcionais e históricos do Convento	– Identificação correta de elementos barrocos na fachada. – Análise da talha dourada, da azulejaria e pinturas. – Compreensão das adaptações contemporâneas para o CEARTE e lar de jovens.
Consciência do Valor e Riscos Patrimoniais	Elevada consciência valorativa teórica (“deve ser valorizado” com 4,25/5), mas abstrata e desligada do objeto concreto.	Consciência crítica fundamentada na observação direta. Compreensão da complexidade da gestão patrimonial, equilibrando preservação e uso.	– Avaliação crítica do estado de conservação dos túmulos no claustro. – Reconhecimento de que as adaptações contemporâneas respeitam o valor histórico do edifício.
Desenvolvimento do Pensamento Histórico	Compreensão moderada da importância histórica do Convento (3,75/5), sem uma análise aprofundada das suas transformações.	Capacidade de contextualizar o monumento em diferentes épocas e de relacionar elementos observados com processos históricos mais amplos (Liberalismo, poder da Igreja)	– Relação estabelecida entre o poder da nobreza e o patrocínio religioso. – Compreensão do impacto das reformas liberais do séc. XIX e da secularização. – Interpretação do simbolismo das lápides no claustro.
Envolvimento e Motivação	Tendência para a passividade em sala de aula, apesar de algum interesse pelos conteúdos.	Elevado nível de envolvimento, curiosidade e participação ativa durante as atividades práticas. A visita foi avaliada com 4/5 no item “envolvimento”.	– Comentário de um aluno: “ao ver o monumento... supera qualquer manual... porque nos dá uma real noção do espaço”. – Sugestões detalhadas para o futuro do Convento, demonstrando apropriação do tema.

Autoria própria.

Os resultados evidenciam a persistência do que Smith (2006) designa como “discurso patrimonial autorizado” mesmo em contextos pedagógicos que se propõem críticos e participativos. A elevada valorização do património pelos estudantes, longe de representar automaticamente consciência crítica, pode refletir internalização de narrativas hegemónicas sobre identidade cultural e continuidade histórica.

Esta observação alinha-se com as análises de Bourdieu (1989) sobre reprodução cultural em contextos educativos. As práticas pedagógicas, mesmo quando intencionalmente transformadoras, operam dentro de campos de poder que condicionam as interpretações possíveis. A escola, enquanto instituição, está inserida em redes sociais que privilegiam determinadas formas de conhecimento e marginalizam outras.

A persistência de perspectivas institucionalistas nas análises dos estudantes sugere que os quadros interpretativos dominantes possuem poder estruturante significativo, resistindo a metodologias que se propõem desconstruí-los. Como argumenta Gramsci (1971), a hegemonia cultural opera precisamente através da naturalização de determinadas perspectivas, tornando-as aparentemente óbvias e inevitáveis.

Contudo, importa evitar interpretações deterministas que neguem possibilidades de transformação. Os momentos de questionamento crítico identificados nos materiais produzidos pelos estudantes sugerem que metodologias participativas podem criar fissuras nos discursos dominantes, mesmo quando não os subvertem completamente. Como observa Williams (1977), a cultura é uma arena de luta onde coexistem elementos dominantes, residuais e emergentes.

Já o entusiasmo dos estudantes pela experiência direta no Convento levanta questões complexas sobre a relação entre presença física e compreensão crítica. Embora a visita tenha produzido incrementos mensuráveis na valorização patrimonial, importa questionar se esta transformação representa aprofundamento crítico ou reprodução de narrativas fetichistas sobre “autenticidade” e “aura” patrimonial. “*The aura of the work of art is the unique phenomenon of a distance; however, close it may be.*” Benjamin (1968, p. 220)⁸.

Como argumenta Benjamin (1968), a experiência da “aura”⁹ em objetos culturais pode simultaneamente facilitar e obstaculizar compreensão crítica. A proximidade física com o património pode promover empatia histórica e envolvimento emocional, mas também pode obscurecer análise das condições sociais e políticas que determinaram a preservação de determinados vestígios em detrimento de outros.

A observação de Adorno e Horkheimer (2002) sobre a “indústria cultural” é relevante para compreender como experiências aparentemente “autênticas” podem ser estruturadas segundo lógicas de consumo que neutralizam potencial crítico. O património, quando apresentado como um espetáculo para consumo educativo ou turístico, pode reforçar passividade em vez de promover um questionamento ativo.

Esta tensão exige desenvolvimento de metodologias que articulem experiência sensorial com análise crítica, evitando tanto o intelectualismo desencarnado quanto o empiricismo acrítico. Como propõe Freire (2019), a práxis transformadora resulta da síntese dialética entre reflexão e ação, teoria e experiência.

A análise crítica dos resultados deve incluir uma reflexão sistemática sobre o que permaneceu ausente ou silenciado durante o processo educativo. As lacunas identificadas nas narrativas dos estudantes não constituem “falhas” pedagógicas acidentais, mas refletem

⁸ Benjamin, Walter, ‘The Work of Art in the Age of Mechanical Reproduction’. Trabalho Original publicado em 1936. www.marxists.org/reference/subject/philosophy/works/ge/benjamin.htm

⁹ Benjamin (1968, p. 220) define a “aura” como “a aparição única de uma distância, por mais próxima que esteja”.

estruturas mais profundas de poder e conhecimento que determinam o que é considerado digno de preservação, interpretação e transmissão.

A invisibilidade das experiências femininas específicas do espaço conventual representa uma dessas ausências estruturais. Como demonstra Perrot (2007), a marginalização das mulheres na narrativa histórica resulta não da sua irrelevância factual, mas de quadros interpretativos que sistematicamente privilegiam esferas de ação tradicionalmente masculinas (política, economia, guerra) sobre outras dimensões da experiência social.

Igualmente significativa é a ausência de referências às dimensões coloniais do património religioso português. A observação espontânea de um estudante sobre o altar “*que veio do Brasil*” (citação do Aluno B) permaneceu sem desenvolvimento crítico, perdendo-se uma oportunidade importante para problematizar as relações entre o património metropolitano e a exploração colonial.

Como argumenta Spivak (2010), os silêncios nos discursos dominantes não são vazios, mas espaços ativamente produzidos através de mecanismos de exclusão. A educação patrimonial crítica deve desenvolver metodologias capazes de identificar e interrogar estas ausências, reconhecendo que o que não é dito pode ser tão significativo quanto o que é explicitamente afirmado.

Não obstante as limitações identificadas, os resultados sugerem possibilidades significativas para desenvolver práticas de educação patrimonial mais críticas e participativas. Os momentos de questionamento evidenciados pelos estudantes indicam que metodologias adequadas podem estimular reflexão sobre as condições sociais e políticas subjacentes aos processos de patrimonialização.

As propostas desenvolvidas pelos estudantes sobre o “futuro” do Convento revelam consciência de que o património não constitui uma herança fixa, mas sim um recurso cultural que deve ser ativamente reinterpretado e apropriado por cada geração. Esta percepção alinha-se com perspectivas decoloniais que reconhecem as comunidades locais como agentes legítimos de interpretação patrimonial, contestando monopólios institucionais sobre significado cultural (Mignolo, 2011)¹⁰.

A sugestão de “atividades culturais para jovens” representa uma intuição importante sobre a necessidade de tornar o património relevante para as experiências contemporâneas. Como argumenta Hall (1999), as identidades culturais não são essências fixas, mas construções dinâmicas que se reconfiguram através de práticas sociais específicas. A educação patrimonial pode contribuir para estes processos de reconstrução identitária, desde que evite essencialismos e reconheça a pluralidade de experiências e perspectivas.

A implementação de metodologias participativas neste projeto revelou tanto potencialidades quanto constrangimentos estruturais significativos. Por um lado, os momentos de trabalho colaborativo e produção criativa estimularam envolvimento ativo dos estudantes e desenvolvimento de competências analíticas. Por outro lado, os constrangimentos institucionais e curriculares limitaram as possibilidades de um questionamento mais aprofundado das narrativas dominantes.

¹⁰ Abordagens decoloniais: Mignolo (2011) e Tuck, E., e Yang, K. W. (2012). Decolonization is not a metaphor. Decolonization: Indigeneity, Education & Society, 1(1), 1-40, discutem a necessidade de questionar epistemologias eurocêtricas.

Como observa Apple (2004), as escolas funcionam dentro de “economias políticas do conhecimento” que privilegiam determinadas formas de saber e marginalizam outras. O currículo oficial de História, embora incorpore retóricas sobre “pensamento crítico” e “cidadania ativa”, mantém estruturas que favorecem transmissão de conteúdos pré-definidos sobre construção participativa de conhecimento.

Esta tensão manifesta-se concretamente na pressão temporal para “cumprir programas” e na dificuldade de integrar abordagens interdisciplinares em estruturas curriculares departamentalizadas. Como argumenta Giroux (2013), a transformação educativa exige não apenas mudanças metodológicas pontuais, mas uma reconfiguração mais profunda das relações de poder dentro das instituições educativas.

Contudo, os espaços de autonomia identificados sugerem possibilidades importantes para desenvolver “pedagogias de fronteira” (Giroux, 2007) que articulem conhecimento acadêmico com experiências culturais dos estudantes. A produção de materiais educativos com códigos QR representa exemplo interessante desta articulação, criando pontes entre espaços físicos e digitais, conhecimento formal e criatividade expressiva.

Implicações para a Educação Patrimonial Crítica

Os resultados evidenciam uma necessidade urgente de desenvolver programas de formação de professores que integrem perspectivas críticas sobre património e educação. A implementação eficaz de metodologias de educação patrimonial exige não apenas competências técnicas, mas também consciência crítica sobre as dimensões políticas e ideológicas dos processos educativos.

Como argumenta McLaren (2015), a formação crítica de professores deve incluir análise das condições sociais e económicas que estruturam as práticas educativas, reconhecendo que a pedagogia nunca é neutra, mas sempre politicamente situada. No contexto da educação patrimonial, isto implica questionar quais as narrativas que são privilegiadas, quais os interesses que servem e quais as alternativas que obscurecem.

A articulação entre universidades, escolas e instituições culturais locais emerge como uma condição fundamental para desenvolver práticas mais críticas e contextualizada. Esta colaboração pode facilitar acesso a recursos e experiência, mas também criar oportunidades para questionar divisões artificiais entre conhecimento acadêmico, prática pedagógica e experiência comunitária.

A produção de recursos pedagógicos para educação patrimonial crítica constitui uma área prioritária que exige investigação e desenvolvimento sistemáticos. Os materiais educativos dominantes tendem a reproduzir narrativas lineares e consensuais que obscurecem contradições e conflitos históricos.

Como propõe Neto e Sobral (2012), o desenvolvimento de recursos alternativos deve incluir perspectivas múltiplas e potencialmente conflituantes, que permitam estimular os estudantes a reconhecer a complexidade e contingência dos processos históricos. Esta abordagem exige colaboração entre historiadores, educadores e comunidades locais para desenvolver materiais que articulem rigor académico com relevância social.

A integração de tecnologias digitais oferece oportunidades importantes para criar experiências patrimoniais mais interativas e participativas. Contudo, como alerta Morozov

(2013), a mera aplicação de tecnologias não garante democratização ou criticidade se as estruturas subjacentes de poder e conhecimento permanecerem inalteradas.

Os resultados sugerem a necessidade de repensar políticas patrimoniais numa direção mais participativa e democrática. A consciência evidenciada pelos estudantes sobre a importância do envolvimento comunitário na gestão patrimonial alinha-se com tendências internacionais que reconhecem as limitações de abordagens tecnocráticas e das próprias lideranças.

Como argumenta Smith e Waterton (2009), as políticas patrimoniais eficazes devem reconhecer as comunidades locais não apenas como “beneficiárias” ou “utilizadoras” do património, mas como agentes legítimos de interpretação e gestão cultural. Esta perspetiva exige o desenvolvimento de mecanismos institucionais que facilitem a participação significativa em processos de decisão sobre preservação, interpretação e utilização patrimonial.

A experiência de outros países europeus, particularmente os modelos nórdicos de “património participativo”, oferece referências importantes para repensar abordagens portuguesas. Contudo, a transposição de modelos exige cuidadosa adaptação aos contextos culturais e institucional específicos, evitando importações acríticas que ignorem as especificidades locais.

Este estudo apresenta limitações metodológicas significativas que condicionam a generalização dos resultados. A dimensão reduzida da amostra (dez estudantes) e a sua homogeneidade sociocultural impedem extrapolações para contextos mais diversificados. Futuras investigações devem incluir grupos mais heterogêneos do ponto de vista social, cultural e étnico para examinar como diferentes experiências e posições sociais condicionam as interpretações patrimoniais.

A duração relativamente limitada da intervenção (cinco semanas) também constitui um constrangimento importante. Transformações significativas na consciência histórica e nas práticas interpretativas exigem processos mais prolongados que permitam sedimentação e aprofundamento das aprendizagens. Estudos longitudinais que acompanhem estudantes ao longo de períodos mais extensos podem revelar dinâmicas de mudança mais complexas e duradouras.

A análise centrada num único caso de estudo (Convento de Santa Maria de Semide) limita a compreensão sobre como diferentes tipologias patrimoniais condicionam processos educativos. Investigação futura deve incluir estudos comparativos entre património religioso, civil, industrial, rural e urbano para identificar especificidades metodológicas e conceptuais.

Particularmente importante seria a comparação entre património “consagrado” (classificado oficialmente) e património “vernacular” (valorizado localmente, mas sem reconhecimento institucional). Esta análise pode revelar como hierarquias patrimoniais oficiais influenciam processos educativos e possibilidades de transformação crítica.

Embora este estudo tenha incorporado perspetivas críticas sobre património e educação, a integração de abordagens especificamente decoloniais permaneceu limitada. Futuras investigações devem explorar mais sistematicamente como metodologias decoloniais podem transformar práticas de educação patrimonial, questionando epistemologias eurocêntricas e valorizando outras formas de conhecimento e experiência.

Conclusões

Este estudo demonstra que a educação patrimonial no ensino da História situa-se numa tensão fundamental entre reprodução de narrativas hegemônicas e possibilidades de transformação crítica. Embora a experiência no Convento de Santa Maria de Semide tenha produzido incrementos mensuráveis na valorização patrimonial e desenvolvimento de competências analíticas, a persistência de perspectivas institucionalistas e a marginalização de experiências subalternas revelam os limites das metodologias implementadas.

Os resultados confirmam as análises críticas sobre a tenacidade do “discurso patrimonial autorizado”, evidenciando como narrativas dominantes sobre identidade, autenticidade e continuidade cultural podem resistir a práticas pedagógicas que se propõem transformadoras. A disparidade observada entre consciência valorativa abstrata e conhecimento crítico situado sugere que a mera proximidade física com o património não garante desenvolvimento de literacia patrimonial crítica.

Contudo, os momentos de questionamento identificados nas produções dos estudantes indicam possibilidades significativas para desenvolver abordagens mais participativas e democráticas. As reflexões sobre o “futuro” do Convento e as propostas de maior envolvimento comunitário revelam intuições importantes sobre a natureza socialmente construída do património e a necessidade de reinterpretação ativa por cada geração.

A investigação revela igualmente a importância dos constrangimentos estruturais – curriculares, institucionais, temporais – que condicionam as possibilidades de transformação pedagógica. A educação crítica exige não apenas mudanças metodológicas pontuais, mas reconfiguração mais profunda das relações de poder dentro das instituições educativas.

Do ponto de vista teórico, este estudo contribui para o campo emergente da educação patrimonial crítica ao demonstrar empiricamente como práticas pedagógicas aparentemente transformadoras podem simultaneamente reproduzir e contestar estruturas de poder existentes. A conceptualização da “literacia patrimonial assimétrica” oferece ferramenta analítica útil para compreender as contradições entre adesão emocional ao património e capacidade crítica de análise.

A análise das tensões entre experiência direta e reflexão crítica enriquece debates sobre metodologias ativas em educação histórica, alertando para os riscos de empiricismo acrítico que podem acompanhar abordagens centradas na experiência sensorial. A articulação proposta entre pedagogia crítica “freireana” e estudos patrimoniais críticos oferece quadro conceptual produtivo para futuras investigações.

As implicações práticas deste estudo estendem-se a múltiplos níveis do sistema educativo. A formação inicial e contínua de professores deve integrar perspectivas críticas sobre património e educação, desenvolvendo competências para questionar narrativas dominantes e facilitar construção participativa de conhecimento.

O desenvolvimento de recursos pedagógicos alternativos constitui prioridade que exige colaboração entre investigadores, educadores e comunidades locais. Estes recursos devem incluir perspectivas múltiplas e potencialmente conflituantes, estimulando reconhecimento da complexidade e contingência dos processos históricos.

A nível das políticas patrimoniais, os resultados sugerem a necessidade de mecanismos mais participativos que reconheçam as comunidades locais como agentes legítimos de

interpretação cultural. Esta transformação exige diálogo entre instituições patrimoniais, escolas e comunidades para desenvolver abordagens mais democráticas e inclusivas.

A educação patrimonial crítica emerge deste estudo não como metodologia facilmente implementável, mas como projeto político complexo que exige questionamento sistemático das condições sociais e culturais que estruturam tanto o património quanto a educação. A educação verdadeiramente crítica é necessariamente “incômoda” porque questiona relações de poder estabelecidas e imagina possibilidades alternativas de organização social.

No contexto contemporâneo, marcado por crescente instrumentalização da educação e mercantilização da cultura, a educação patrimonial crítica representa resistência importante contra tendências que reduzem tanto o património quanto a educação a recursos para consumo turístico ou reprodução de identidades nacionais homogêneas.

O Convento de Santa Maria de Semide, enquanto um pergaminho de contradições históricas, oferece oportunidades privilegiadas para desenvolver esta consciência crítica. Contudo, como demonstra este estudo, a mera presença de potencial crítico não garante a sua realização. A transformação de espaços patrimoniais em recursos para educação emancipatória exige trabalho pedagógico sistemático, sustentado por análise crítica das condições que estruturam tanto o passado quanto o presente.

Declaração de Interesse

A autora declara não existir conflitos de interesse relacionados com esta investigação. O estudo foi desenvolvido sem financiamento externo, no âmbito das atividades regulares de estágio pedagógico em ensino da História.

Referências

- Abreu, R., & Chagas, M. (2003). Memória e património: ensaios contemporâneos (pp. 30-45). Rio de Janeiro: DP & A. Almeida, Á., & Belo, D. (2007). *Portugal património: Guia-inventário* (Vol. 3). Círculo de Leitores.
- Horkheimer, M., Adorno, T. W., & Noeri, G. (2002). *Dialectic of enlightenment*. Stanford University Press.
- Appadurai, A. (2001). The globalization of archaeology and heritage: A discussion. *Journal of Social Archaeology*, 1(1), 35-49.
- Apple, M., & Apple, M. W. (2004). *Ideology and curriculum*. Routledge.
- Ashworth, G., & Tunbridge, J. (2017). *Dissonant heritage: The management of the past as a resource in conflict*. John Wiley & Sons.
- Barca, I. (2004). Aula Oficina: do Projeto à Avaliação. In *Para uma educação de qualidade: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica*. Braga, Centro de Investigação em Educação (CIED) / Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, p. 131-144.
- Benjamin, W. (1994). Sobre o conceito de história. *Magia e técnica, arte e política*, 7, 222-232.

- Benjamin, W. (1968). The work of art in the age of mechanical reproduction (H. Zohn, Trans.). In H. Arendt (Ed.), *Illuminations* (pp. 217-252). New York: Schocken Books.
- Bennett, T. (2004). *Pasts beyond memory: Evolution, museums, colonialism*. Routledge.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Burke, P. (2019). *What is cultural history?* John Wiley & Sons.
- Carr, W., & Kemmis, S. (2003). *Becoming critical: Education knowledge and action research*. Routledge.
- Choay, F. (1999). A alegoria do patrimônio (T. Castro, Trad.). Edições 70.
- Borda, O. F. (2001). Participatory (Action) Research in Social. *Handbook of action research: Participative inquiry and practice*, 27.
- Freire, P. (2019). *Pedagogia do oprimido* (50. ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Ginzburg, C. (2007). *O fio e os rastros: Verdadeiro, falso, fictício*. Companhia das Letras.
- Giroux, H. A. (2007). *Border crossings: Cultural workers and the politics of education*. Routledge.
- Giroux, H. A. (2013). Critical pedagogy in dark times. *Praxis educativa*, 17(2), 3.
- Gramsci, A. (1971). *Selections from the prison notebooks*, edited and translated by Quintin Hoare and Geoffrey Nowell Smith.
- Hall, S. (1999). *A identidade cultural na pós-modernidade*. DP&A Editora.
- Harrison, R. (2013). *Heritage: Critical approaches*. Routledge.
- Harvey, D. (2001). *Heritage pasts and heritage presents: Temporality, meaning and the scope of heritage studies*. *International Journal of Heritage Studies*, 7(4), 319-338.
- Hooks, B. (2013). *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2.
- Kincheloe, J. (2008). *Critical pedagogy primer* (2nd ed.). Peter Lang.
- Kincheloe, J. L., & McLaren, P. (2011). Rethinking critical theory and qualitative research. In *Key works in critical pedagogy* (pp. 285-326). Rotterdam: SensePublishers.
- Kress, G., & Van Leeuwen, T. (2020). *Reading images: The grammar of visual design*. Routledge.
- Le Goff, J., & Ruas, M. (1995). *A civilização do ocidente medieval*. Estampa.
- Lowenthal, D. (1998). *The heritage crusade and the spoils of history*. Cambridge University Press.
- Massey, D. (2005). *For space*. SAGE Publications.
- Mattoso, J. (1993). *História de Portugal: o liberalismo (1807-1890)* (Vol. 5). Editorial Estampa.
- McLaren, P. (2015). *Life in schools: An introduction to critical pedagogy in the foundations of education*. Routledge.
- Mignolo, W. (2011). *The darker side of western modernity: Global futures, decolonial options*. Duke University Press.
- Morozov, E. (2013). *To save everything, click here: The folly of technological solutionism*. PublicAffairs.
- Nora, P. (1989). Between memory and history: Les lieux de mémoire. *Representations*, 7-24.
- Pereira, S. S. L. (2025). *O patrimônio cultural local como estratégia no ensino da História: O Convento de Santa Maria de Semide* (Relatório de Estágio de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra). Universidade de Coimbra.
- Perrot, M. (2007). *Minha história das mulheres*. Contexto.

- Rüsen, J. (2006). *Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão*. Práxis educativa, 1 (02), 07-16.
- Scott, J. W. (1986). Gen-der: A Useful Category of Historical Analysis, 91. *Am. Hist. Rev.*, 1053.
- Seixas, P. (2017). A model of historical thinking. *Educational philosophy and theory*, 49(6), 593-605.
- Smith, L. (2006). *Uses of heritage*. Routledge.
- Smith, L., & Waterton, E. (2009). *Heritage, communities and archaeology*. Bloomsbury.
- Stake, R. (1995). *The art of case study research*. SAGE Publications.
- Rodrigues, M. R. S., & Neto, M. S. (2012). *Informações paroquiais e história local: a diocese de Coimbra (século XVIII)*. Palimage Editores.
- Spivak, G. (2010). *Pode o subalterno falar?* Editora UFMG.
- Teddlie, C., & Tashakkori, A. (2009). *Foundations of mixed methods research: Integrating quantitative and qualitative approaches in the social and behavioral sciences*. Sage.
- Thompson, E. P., & Ausente, O. T. (1981). experiência. Thompson, E. P. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 180-201.
- Williams, R. (1977). *Marxism and literature*. Oxford University Press. New York.
- Willis, P. (2017). *Learning to labor: How working class kids get working class jobs*. Columbia University Press.

Reconstrucción de identidades cabo-verdianas em
el contexto migratório español: entre la herencia
colonial y la hibridez cultural

Reconstruction of Cape Verdean Identities in the
Spanish Migratory Context: Between Colonial
Heritage and Cultural Hybridity

Felismino Borges da Silva

Felismino Borges da Silva
Universidad de Salamanca
ORCID: 0009-0009-6265-592X

RECONSTRUCCIÓN DE IDENTIDADES CABO-VERDIANAS EM EL CONTEXTO MIGRATORIO ESPAÑOL: ENTRE LA HERENCIA COLONIAL Y LA HIBRIDEZ CULTURAL

La movilidad global contemporánea genera sujetos multiculturales con trayectorias marcadas por desigualdades estructurales heredadas del colonialismo. Estas desigualdades tienden a quedar invisibilizadas en los discursos institucionales. Estos discursos abordan el multiculturalismo de forma superficial. A lo largo del siglo XXI, apreciamos la escasez de investigaciones que analicen críticamente las estructuras de poder raciales; por ello, proponemos investigar los procesos identitarios de comunidades migrantes asentadas en territorios culturalmente diversos de Europa.

El presente estudio analiza la reconstrucción de las identidades afrodescendientes caboverdianas en la comarca de El Bierzo (León, España). Por consiguiente, propone llenar un vacío en la literatura sobre las identidades afrodescendientes en contextos rurales europeos. El estudio visibiliza una comunidad subalternizada, con especial atención a las expresiones culturales, lingüísticas y sociales que configuran la identidad denominada localmente “caboberciana”. Asimismo, se propone el concepto de caboberciano/a como categoría analítica situada, útil para abordar formas de pertenencia híbridas y dinámicas, atravesadas por matrices africanas, lusófonas, migrantes y bercianas.

Para el desarrollo de nuestra investigación, usaremos una metodología cualitativa, basada en entrevistas, observación participante y análisis documental, sustentada en teorías de la identidad social (Tajfel), la hibridez cultural (Bhabha) y perspectivas afrocentradas (Cabral, Hall, Hooks).

Palabras-clave: Afrodescendiente; Hibridez cultural; Identidad caboverdiana; Identidad caboberciana; Migración rural.

RECONSTRUCTION OF CAPE VERDEAN IDENTITIES IN THE SPANISH MIGRATORY CONTEXT: BETWEEN COLONIAL HERITAGE AND CULTURAL HYBRIDITY

Contemporary global mobility generates multicultural individuals whose trajectories are marked by structural inequalities inherited from colonialism. These inequalities, however, remain invisible in institutional discourses that address multiculturalism only superficially. Throughout the 21st century, research on racial power structures has been limited; therefore, we propose to investigate the identity processes of migrant communities settled in culturally diverse regions of Europe.

This study analyses the reconstruction of Afro-descendant Cape Verdean identities in El Bierzo (León, Spain). Consequently, it aims to fill a gap in the literature on Afro-descendant identities in rural European contexts. The study highlights a marginalised community, with particular attention to the cultural, linguistic and social expressions that shape the identity locally known as “Cabobercian”. Furthermore, the concept of “Cabobercian” is proposed as a situated analytical category, useful for addressing hybrid and dynamic forms of belonging, shaped by African, Lusophone, migrant, and Bercian influences.

To conduct our research, we will employ a qualitative methodology grounded in interviews, participant observation, and documentary analysis, drawing on theories of social identity (Tajfel), cultural hybridity (Bhabha), and Afrocentric perspectives (Cabral, Hall, Hooks).

Keywords: Afro-descendant; Cultural hybridity; Cape Verdean identity; Cape Bercian identity; Rural migration.

RECONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES CABO-VERDIANAS NO CONTEXTO MIGRATÓRIO ESPANHOL: ENTRE A HERANÇA COLONIAL E A HIBRIDEZ CULTURAL

A mobilidade global contemporânea gera indivíduos multiculturais cujas trajetórias são marcadas por desigualdades estruturais herdadas do colonialismo. No entanto, essas desigualdades tendem a permanecer invisíveis nos discursos institucionais que abordam o multiculturalismo de forma meramente superficial. Ao longo do século XXI, tem-se verificado uma escassez de investigação que analise criticamente as estruturas de poder racial; nesse sentido, propomos investigar os processos identitários de comunidades migrantes estabelecidas em territórios culturalmente diversos na Europa.

Este estudo analisa a reconstrução das identidades afrodescendentes cabo-verdianas em El Bierzo (León, Espanha). Pretende, assim, colmatar uma lacuna na literatura sobre identidades afrodescendentes em contextos rurais europeus. O estudo destaca uma comunidade marginalizada, com especial atenção às expressões culturais, linguísticas e sociais que moldam a identidade localmente designada como “caboberciana”. Além disso, o conceito de “caboberciano” é proposto como uma categoria analítica situada, útil para abordar formas híbridas e dinâmicas de pertença, moldadas por influências africanas, lusófonas, migrantes e bercianas.

Para a realização da investigação, será utilizada uma metodologia qualitativa baseada em entrevistas, observação participante e análise documental, ancorada em teorias da identidade social (Tajfel), da hibridez cultural (Bhabha) e em perspectivas afrocentradas (Cabral, Hall, Hooks).

Palavras-chave: Afrodescendente; Hibridez cultural; Identidade caboverdiana; Identidade caboberciana; Migração rural.

Introducción

El proceso migratorio es un fenómeno social e histórico atravesado por la colonialidad que durante todos los tiempos se evidencia y que aumenta cada año más. En el Informe sobre las migraciones en el mundo, se demuestra al declararse que existen actualmente 281 millones de migrantes, que conforman el 3.6 % de la población mundial, de los cuales el 65 % son trabajadores (OIM, 2022).

Esta realidad es igualmente común en Europa. Según el citado informe (OIM, 2022), las causas más frecuentes de la migración son los conflictos armados internos, el deterioro político y sociocultural, la precarización de las condiciones de vida en diversas regiones, los elevados índices de violencia y los contextos de desigualdad.

En este sentido es importante destacar que la diáspora africana en Europa no se debe analizar solo desde una mirada eurocéntrica en la que solo se hace referencia a la esclavitud transatlántica o el legado colonial. Es un proceso que requiere poner a África como punto de partida activo, identificando su rol en los procesos históricos, migratorios y culturales que configuran las identidades diaspóricas. Ifekwunigwe (2010) advierte que la trata esclavista explica solo parcialmente las diásporas africanas, destacando los movimientos postcoloniales directos desde África continental.

Los movimientos migratorios desde África se deberían analizar como parte de una continuidad histórica que desafía las narrativas dominantes. El continente africano es centro generador de agencia, memoria y saberes, que influye en la configuración de la diáspora africana en Europa.

Desde la perspectiva migratoria, Morales et al. (2024) le asignan una mirada más humanista a los análisis migratorios y reconocen que en cada asentamiento ocurren transformaciones dinámicas y cambios constantes que se ajustan a diversos factores, tales como las identidades, la soledad, los sentimientos, las costumbres y valores, las creencias, los lenguajes, las territorialidades, los espacios y tiempos diversos, subjetividades, políticas de inclusión/exclusión, procesos de subalternización, trayectorias, entre otros factores.

Coincidiendo con Morales et al. (2024), es fundamental considerar las perspectivas que los migrantes poseen de sí mismos y sus procesos de transformación antes y después de la experiencia de movilidad.

Este estudio tiene como propósito analizar la reconstrucción de las identidades caboverdianas afrodescendientes¹ en la comarca de El Bierzo, situada en la provincia de León, España. Investigar en torno a las vivencias de un grupo de personas que decidieron migrar hacia otra región posibilita desvelar una experiencia subalternizada en los estudios migratorios.

¹ Las identidades afrodescendientes caboverdianas se refieren aquellos sujetos que son nacidos en Cabo Verde de origen afro. Al respecto para (Mucchielli, 1986), la identidad se ha entendido como un “conjunto de criterios de definición de un sujeto y como un sentimiento interno, formado por diferentes sentimientos (de unidad, de coherencia, de pertenencia, de valor, de autonomía, de confianza) organizados en torno a una voluntad de existir”. El término “afrodescendiente” fue propuesto inicialmente por la brasileña Sueli Carneiro en el Taller sobre Etnicidad e Identidad, dentro del marco del IV Congreso Luso-Afrobrasileño de Ciencias Sociales, dictado en el Instituto de Filosofía y Ciencias Sociales de la Universidad Federal de Río de Janeiro (1-5 septiembre) en 1996. Este término es definido como los descendientes de las poblaciones africanas que fueron víctimas de la esclavización transatlántica, y que posteriormente ha sido ampliado a todos los descendientes de africanos en cualquier parte del mundo.

Tomar en consideración las identidades afrodescendientes caboverdianas en el Bierzo demanda reflexionar críticamente en torno a la categoría de *lusofonía*, término que describe la comunidad cultural y lingüística entre los Países de Lengua Oficial Portuguesa (Castelo, 1999; Ferraz, 2014). Es necesario resaltar que, desde el punto de vista caboverdiano, este concepto permite contemplar las tradiciones culturales y literarias, además opera como un dispositivo que perpetúa las relaciones de poder colonial, invisibilizando e homogeneizando las diversas vivencias específicas de los migrantes afrodescendientes.

Especialistas como Castelo (1999) aboga por develar más en la literatura africana en portugués la verdadera esencia de las comunidades africanas en Europa y esto se recoge en la definición de la lusofonía. Al respecto precisa que lo africano y lo caboverdiano se integran con lo lusófono. En el caso que se aborda, la migración caboverdiana en El Bierzo devela que este proceso implica una conciliación de las identidades que conviven en esta comunidad. En este entorno confluyen las esencias culturales e identitarias africanas, lusófonas, migrantes y bercianas integrándose de forma híbrida.

La identidad caboverdiana en la diáspora se configura al resignificar la lusofonía en la práctica cotidiana y la memoria migrante. Al respecto Ferraz (2014) señala que, a lo largo de la historia de los Países de Lengua Oficial Portuguesa, los desplazamientos poblacionales, han sido incentivados por los propios gobiernos, enriqueciendo las sociedades receptoras. En este contexto es donde surge la identidad, localmente denominada “caboberciana”².

En la profundización del análisis se identifica esta categoría emergente y se impone repensar los procesos de construcción identitaria en territorios rurales europeos desde una perspectiva situada y crítica. En torno a la identidad de este grupo social, un porcentaje significativo lo tienen su cultura de origen. De este modo, se constata que en el período poscolonial hay una ausencia o sublimación en las reflexiones identitarias de la estructuración social y de la pertenencia étnica o racial que componen a los caboverdianos. En consecuencia, esta mirada al asunto tiene la intencionalidad de privilegiar las bases culturales diferenciadoras de la nación y del hombre caboverdiano, así como de su ethos específico. Al respecto Alves (2012) afirma que:

La negación, sublimación, omisión de la dimensión étnico-racial, tanto en el discurso de las ciencias sociales como en la práctica discursiva cotidiana, encuentra eco en el silencio de las estadísticas demográficas que, ya en el período colonial, a mediados de los años cuarenta del siglo pasado, dejaron de diferenciar los agrupamientos poblacionales según la raza, en el sentido fenotípico del término, práctica continuada en el período poscolonial (p. 147)

El caso caboberciano constituye, en este sentido, una oportunidad singular para explorar cómo se entrelazan las memorias migrantes, las prácticas culturales y las estrategias de resistencia frente a la invisibilización institucional y los procesos de racialización cotidiana (Quijano, 2000).

El estudio profundiza en el concepto de *caboberciana* como categoría analítica, tomando como referentes las teorías de la hibridez cultural del especialista Bhabha

² Hace referencia a una identidad afrodescendiente conformada a partir de las vivencias migratorias de personas originarias del archipiélago de Cabo Verde.

(1994), la identidad social de Tajfel (1986) y las perspectivas afrocentradas analizadas por Cabral (1975) y Hall (1990). La propuesta de esta categoría se defiende desde una concepción flexible, en constante retroalimentación y redimensionamiento, por lo que se analiza como un proceso de construcción relacional.

El objetivo del artículo consiste en analizar la reconfiguración identitaria de la comunidad afrodescendiente caboverdiana en El Bierzo, prestando especial atención a las expresiones culturales, lingüísticas y sociales que configuran la identidad caboberciana.

Los objetivos específicos son:

- Describir las trayectorias migratorias y experiencias de vida de los habitantes caboverdianos en la región.
- Identificar las prácticas culturales que contribuyen a la construcción de la identidad caboberciana.
- Explorar las percepciones de pertenencia, discriminación y reconocimiento en el contexto local.
- Proponer el concepto de caboberciano/a como categoría analítica útil para el estudio de identidades afrodescendientes en contextos rurales.

La hipótesis propone que la identidad caboberciana emerge como pertenencia híbrida que constituye estrategia de resistencia frente a la invisibilización institucional y desarrolla formas creativas de agencia cultural.

La investigación adopta un diseño metodológico cualitativo dominante, con un componente cuantitativo-descriptivo complementario para el análisis de frecuencias y patrones. La investigación se basó en los resultados de una encuesta aplicada a 50 miembros de la comunidad caboverdiana e hijos/as de caboverdianos residentes en la comarca, complementadas con observación participante y análisis documental. Desde estos procedimientos se determinan dimensiones subjetivas, simbólicas y relacionales de dinámicas identitarias, en diálogo con el contexto territorial y las estructuras de poder que los atraviesan.

El artículo se estructura en primer lugar en una síntesis teórica que fundamenta de manera integrada aspectos esenciales de la hibridez, identidad social y afrocentrismo. A continuación, se contextualiza históricamente la migración caboverdiana caracterizando brevemente el territorio del Bierzo como espacio de recepción. En un segundo apartado se explica la metodología empleada, detallando los instrumentos de investigación y criterios de selección, se presentan los resultados de la encuesta aplicada, acompañada de un análisis interpretativo que profundiza en las dimensiones culturales e identitarias de la comunidad. Por último, se expone un análisis crítico de los resultados obtenidos y se define el concepto de caboberciano/a como aporte teórico, se precisan las conclusiones del estudio, se reflexiona sobre sus implicaciones y se dejan propuestas de algunas líneas futuras de investigación.

Referentes teóricos necesarios para el análisis de identidades migrantes afrodescendientes

La construcción de identidades migrantes afrodescendientes en contextos europeos, específicamente en territorios rurales como la comarca del Bierzo (León, España). Partimos del presupuesto del presupuesto que las identidades se construyen a partir de la interacción del sujeto con el entorno en el que se establecen relaciones de poder.

El análisis de diversos estudios sobre este tema revela limitaciones porque no aportan una visión cosmovisiva del fenómeno. Hay ausencia de valoraciones críticas en torno a las dificultades que surgen cuando se analiza el proceso integrando la dimensión racial, cultural y territorial. No se develan las diferencias estructurales impuestas por el colonialismo y que aún persisten. La comprensión del proceso de construcción de las identidades migrantes de afrodescendientes implica la asunción de un enfoque teórico que deje explícito su complejidad, fluidez y carácter situado.

Este estudio propone analizarlo mediante la integración de los conceptos de hibridez, identidad social y afrocentrismo. Su integración permite fundamentar coherentemente cómo los sujetos se identifican y desarrollan sentido de pertenencias en contextos de desplazamiento y reconfiguración cultural.

El afrocentrismo aporta un sello particular a la identidad de estudio permite analizar la construcción de la identidad del emigrante desde una perspectiva centrada en la experiencia histórica y cultural africana. Así, la integración de estos tres referentes permite profundizar y comprender las trayectorias de este grupo social y la configuración de las nuevas subjetividades.

En este sentido conviene destacar que el sujeto desarrolla una identidad híbrida que no se identifica con una sola cultura, al respecto Homi Bhabha (1994) afirma que la identidad que conforman no pertenece “ni uno ni otro”, reconoce que habita lo que denomina el “tercer espacio”. El autor señala que el “tercer espacio” es «aunque irrepresentable en sí mismo, constituye las condiciones discursivas de enunciación que garantizan que el significado y los símbolos de la cultura no poseen una unidad o fijeza primordial; incluso los mismos signos pueden ser apropiados, traducidos, historicizados y releídos» (Bhabha, 1994, p. 37).

Reconocer la hibridez como el proceso de interacción social en el que se integran y concilian las diferentes identidades culturales posibilita comprender cómo se reconstruyen las identidades de los migrantes.

La hibridez no es un fenómeno nuevo derivado de la migración, sino la condición fundacional de la sociedad caboverdiana. Como sostiene Manuel Brito-Semedo (2006), el archipiélago fue, desde el Siglo XV, un “laboratorio criollo” donde la convivencia forzada entre colonos portugueses y poblaciones esclavizadas de origen africano (mandingas, fulas, jalofo) generó una cultura mestiza, con una lengua criolla (*Kriolu*) y expresiones culturales sincréticas. Esta hibridez de origen fue posteriormente instrumentalizada por la ideología luso-tropicalista, que la presentó como una “simbiosis racial” armónica, ocultando así las violencias del proyecto colonial (Castelo, 1999).

Esta noción de hibridación se complementa con la teoría de la identidad social de Tajfel (1986) que lo define como “esa parte del autoconcepto del individuo que se deriva del conocimiento de pertenencia a grupos sociales, junto con el valor y significado

otorgado a dicha pertenencia” (p. 68). Desde esta perspectiva, la identidad social se compone de aquellos aspectos de la autoimagen individual vinculados a las categorías sociales a las que se pertenece. Aplicado al caso de los migrantes afrodescendientes europeos, este marco contribuye a explicar cómo se construye el sentido de sí en relación con las categorías sociales impuestas o asumidas en contextos atravesados por la migración, la exclusión estructural y la racialización.

En este sentido, Amílcar Cabral (1975) subrayó la centralidad de la cultura como arma de resistencia frente a la dominación colonial, destacando que la identidad colectiva se forja en la lucha por la liberación y en la reconfiguración de la memoria histórica. En una línea complementaria, Molefi Kete Asante (2003) propone la afrocentricidad como paradigma epistemológico, que reivindica la centralidad de los sujetos africanos y afrodescendientes en la producción de conocimiento, frente a su habitual marginalización en los relatos dominantes. Asimismo, Antumi Toasije (2010) introduce la noción de identidad afrodescendiente en Europa como un proceso dinámico de negociación entre la herencia cultural africana, las condiciones de la diáspora y las estructuras racializadas de poder en el continente.

Toasije (2010) ha señalado que la invisibilización de las comunidades afrodescendientes se reproduce también en los ámbitos educativos, históricos y culturales, generando un déficit de reconocimiento que repercute en las políticas de inclusión.

La limitación antes declarada trae como consecuencia ausencia de políticas públicas que incluyan a los afrodescendientes de las zonas rurales, es por estos elementos que en alguna medida se puede afirmar que las comunidades afro rurales no encuentran con frecuencia referentes que validen sus experiencias, saberes y formas de vida. Identificar este vacío y tratar de solucionarlo constituye una vía de lucha para lograr decolonizar el imaginario nacional y revalorizar la diversidad del afro en todos los territorios.

La articulación entre estos aportes teóricos permite superar una visión reduccionista de la identidad social. El proceso identitario afrodescendiente no se construye únicamente a partir del reconocimiento –o negación– por parte de la sociedad receptora (Tajfel, 1986), sino también mediante prácticas de resignificación cultural, resistencia a los imaginarios coloniales y la creación de espacios propios de afirmación.

En el caso de la comunidad caboverdiana en el Bierzo, esto se manifiesta en la emergencia de identidades híbridas como la “caboberciana”. Esta expresión sintetiza la interacción entre raíces africanas, trayectorias migratorias y dinámicas locales, al tiempo que visibiliza la agencia colectiva frente a jerarquías raciales persistentes.

Principales perspectivas afrocentradas y decoloniales

La comprensión de la identidad afrodescendiente requiere profundizar en los enfoques teóricos que analizan la construcción de la identidad afrocentrada y los fundamentos de decolonización que se integran. En esta investigación se analiza a partir de las vivencias, saberes y epistemologías de los pueblos africanos y de su diáspora. En cada valoración no se desestima la influencia del legado colonial en el proceso de configuración de las relaciones de poder, la producción del conocimiento y la construcción de subjetividades.

La construcción de la identidad afrodescendiente no puede analizarse separada de una historia de contribuciones significativas, pero también marcada por siglos de

discriminación. Constituyen referentes esenciales del estudio, las ideas de Amílcar Cabral³ porque permiten comprender cómo el racismo, la colonialidad y la exclusión operan en los cuerpos, las culturas y los territorios afrodescendientes.

No se desestima en el análisis la importancia de la cultura como una herramienta imprescindible de defensa y resistencia. Se incluye también la interseccionalidad para poder leer las prácticas culturales caboverdianas en El Bierzo la música (*morna, batuku, funaná*), la gastronomía (*cachupa*), el uso del *Kriolu* para decolonizar las categorías identitarias.

Desde una perspectiva epistémica y teórica, el pensamiento decolonial permite problematizar las estructuras de conocimiento y poder heredadas del colonialismo, proponiendo una ruptura con los paradigmas eurocéntricos que han dominado la producción académica.

A nivel epistémico y teórico, el pensamiento decolonial se constituye por Mignolo (2007), Walsh (2007) y Escobar (2012) como un paradigma que cuestiona la reproducción de la colonialidad del conocimiento a través del uso de métodos y categorías modernas. Estas, al anclarse en la tradición europea occidental, dominante e imperial, ignoran, invisibilizan y subalternizan otras epistemes y otros modos de conocimiento y significación.

En esa línea de pensamiento Walsh (2007), desde la pedagogía alerta que “las pedagogías decoloniales visibilizan lo que el multiculturalismo oculta y esconde: la operación de los patrones del poder a la vez moderno y colonial, racializados, patriarcalizado, heterosexualizado; la geopolítica del saber y la topología del ser” (Walsh, 2007, p. 23)

En el análisis es necesario incorporar la mirada de Gómez et al. (2017) quienes fundamentan que la concepción de la decolonización desmonta las relaciones de poder y de concepciones del conocimiento que fomentan la reproducción de jerarquías raciales, geopolíticas y de género que fueron creadas para comprender y entender el mundo en busca de la transformación de estructuras y relaciones de poder naturalizadas y estratégicamente invisibilizada.

Al respecto Mignolo (2002) orienta que la decolonialidad debe darse en sentido de respuesta crítica a la colonización, y una postura propositiva a la deconstrucción epistémica, eurocéntrica y hegemónica que solo se logra siguiendo a, mediante un pensamiento que ejerza desobediencia, tanto en lo político como en lo epistémico.

Esta lógica se reproduce en contextos rurales europeos, donde las comunidades migrantes afrodescendientes enfrentan formas de invisibilización que no sólo son sociales, sino también epistémicas. Las experiencias de vida de los caboverdianos en el Bierzo están condicionadas por una tensión constante entre la integración y la resistencia.

En este sentido vale resaltar que las prácticas culturales, lingüísticas y sociales que configuran la identidad caboverdiana o las redes de apoyo mutuo constituyen formas de agencia que desafían la hegemonía cultural dominante. Estas expresiones no solo afirman una identidad propia, sino que también cuestionan los marcos interpretativos que han sido impuestos desde una racionalidad eurocéntrica.

³ Amílcar Cabral (1924-1973) fue un intelectual, teórico político y líder revolucionario caboverdiano-guineano, fundador del Partido Africano para la Independencia de Guinea y Cabo Verde (PAIGC). Sus aportes teóricos destacan la función de la cultura como fuerza movilizadora y como elemento constitutivo de la lucha por la liberación nacional, situando la emancipación política y la decolonización del conocimiento en un mismo horizonte transformador.

La propuesta del concepto “caboberciano/a” como categoría analítica responde a esta necesidad de desobediencia epistémica. Al nombrar una identidad híbrida, situada y emergente, se rompe con las etiquetas coloniales que reducen a los sujetos afrodescendientes a categorías genéricas como “migrante” o “extranjero”. El término caboberciano/a permite destacar una experiencia específica de afrodescendencia en el ámbito rural español, reconociendo la pluralidad de saberes, trayectorias y formas de pertenencia que la constituyen.

En esa unidad de pensamiento Neves (2018) reflexiona en torno a los principales aportes de la teoría de Amílcar Cabral para comprender los procesos identitarios. Esta mirada del análisis implica asumir la concepción de la cultura que defiende Cabral (1966) en tanto reconoce que este es el primer terreno de resistencia y debe responder a la defensa de la invisibilidad de la identidad afrodescendiente de todos los pueblos en cualquier escenario que se encuentren.

En consecuencia, asumir la cultura como instrumento de resistencia frente a la dominación colonial permite entender las prácticas culturales cabobercianas no como simples expresiones folclóricas, sino como actos políticos que desafían la colonialidad del saber y del poder.

Estas realidades permiten a los sujetos afrodescendientes construir su identidad desde una lógica auténtica. En esta misma línea, Varela (2023) señala que, para Amílcar Cabral, la decolonización trascendía con creces la mera independencia política, alcanzándose mediante una transformación cultural y epistémica. En este sentido, se precisa entonces que la intención de definir “caboberciano/a” como categoría analítica se nutre y se corresponde a los referentes de la teoría cabraliana. Se toma de su ideología la identidad híbrida y emergente, concepción que trasciende los formatos coloniales impuestas desde el eurocentrismo.

En suma, el pensamiento de Amílcar Cabral permite politizar el análisis identitario de la comunidad caboberciana, reconociendo que la lucha por el reconocimiento no es solo simbólica, sino estructural. Su legado ofrece pautas teóricas y éticas para desmontar las jerarquías epistémicas y culturales que afectan a los afrodescendientes en contextos rurales europeos, y para reimaginar la identidad como un proceso de liberación colectiva.

Migración caboverdiana en España

La migración entra en la agenda política española fundamentalmente, desde su incorporación a la CEE, cuando se aprueba la Ley de derechos y libertades de los extranjeros (1985) conocida como Ley de Extranjería.

Según Ruiz (2002), la migración supone desplazamientos de personas cuyo propósito es cambiar su residencia, moviéndose desde un lugar de origen hacia otro destino, cruzando algún límite geográfico –frecuentemente una división político-administrativa–. Iain Chambers (1994) afirma que migrar no significa simplemente moverse de A a B, sino vivir entre “lenguas, historias e identidades que están sometidas a constante mutación”. Estas definiciones resultan útiles para entender que el migrante caboverdiano no solo cambia de espacio físico, sino que su identidad se rehace continuamente.

Para comprender los procesos identitarios de la diáspora, es imprescindible caracterizar la compleja formación histórica de la sociedad caboverdiana. El archipiélago,

colonizado por Portugal, fue poblado con esclavos africanos y colonos europeos, dando lugar a una sociedad criolla y mestiza. Esta génesis ha generado un intenso debate intelectual en torno a la identidad, dividido entre quienes, durante el periodo colonial y posteriormente, enfatizaron la “europeidad” o la “lusofonía” como elemento definitorio (Carreira, 1984), y quienes, desde perspectivas afrocéntricas y de reafirmación nacional, reivindicaron el sustrato africano como central (Brito-Semedo, 2006; Barros, 2010). Esta tensión entre la “hibridación” impuesta por el colonialismo y la búsqueda de una identidad auténticamente africana recorre la historia caboverdiana y se reactiva en los contextos diaspóricos, como el del Bierzo.

Reconoce Carreira (1984), que la emigración se convirtió en un elemento estructural de la sociedad caboverdiana, impulsada por las cíclicas sequías, y la pobreza endémica. A diferencia de otras migraciones afrodescendientes en Europa, la presencia caboverdiana en España se caracteriza en un primer lugar por su inserción en contextos no urbanos, lo que ha dado lugar a procesos singulares de reconstrucción identitaria y de integración cultural.

La situación geográfica de Cabo Verde, aislada pero cercana al continente africano, facilitó su papel como plataforma de tránsito y envío durante la época colonial, tanto en términos comerciales como migratorios. Esta posición ha influido también en los movimientos migratorios contemporáneos de la diáspora caboverdiana, constituyendo un fenómeno histórico y social de gran relevancia dentro de los estudios sobre movilidad transnacional y comunidades afrodescendientes en Europa.

Si bien el archipiélago de Cabo Verde ha mantenido una prolongada tradición migratoria hacia distintos destinos (Portugal, Francia, Países Bajos y Estados Unidos), la llegada a España se intensificó a partir de mediados del Siglo XX, especialmente tras la independencia de Cabo Verde en 1975 debido a las dinámicas estructurales de dependencia poscolonial y a las limitadas alternativas económicas en el archipiélago.

En este marco, un caso de particular interés es la comarca de El Bierzo (Castilla y León), un número importante de caboverdianos llegó atraído por la alta demanda de mano de obra en empleos provenientes de la minería del carbón. Algunos de estos migrantes originarios llegaron con su familia, otros lo hicieron solos, y muchos hijos de esos migrantes ya nacieron en la comarca, con lo que la comunidad cuenta con generaciones formadas en España. Las condiciones de trabajo fueron precarias y a menudo con barreras para acceder a derechos sociales y la inclusión institucional dependían de la solidaridad comunitaria y de asociaciones locales⁴.

Los datos oficiales del Padrón Municipal (INE, 2022) permiten dimensionar la comunidad caboverdiana en España, aunque con importantes matices metodológicos. A nivel nacional, se registran 2.671 personas con nacionalidad caboverdiana. Sin embargo, esta cifra oficial subestima considerablemente la verdadera dimensión de la comunidad, ya que excluye tanto a los nacidos en Cabo Verde que han adquirido otra nacionalidad como a los descendientes de caboverdianos nacidos en España.

⁴ Un ejemplo relevante es la Asociación Cultural Amílcar Cabral, fundada en 1986 y con sede en Bembibre (León). Según fuentes locales, agrupa a más de 200 socios de familias caboverdianas y promueve actividades culturales y de memoria histórica en honor al líder Amílcar Cabral, fortaleciendo así los lazos comunitarios y el sentido de pertenencia territorial.

Un análisis detallado de la provincia de León revela esta complejidad: mientras 217 personas mantienen la nacionalidad caboverdiana, residen 521 nacidos en Cabo Verde. Esta discrepancia evidencia procesos de cambio administrativo que no reflejan necesariamente la identificación cultural.

La distribución territorial muestra una notable concentración en el Bierzo: Bembibre y Ponferrada acogen más del 80% de esta población, configurando el núcleo central donde emerge la identidad caboberciana que analiza este estudio.

Metodología

Este estudio adopta un diseño metodológico mixto, con predominancia del enfoque cualitativo y un componente cuantitativo-descriptivo complementario. Como señala Arias (2020), este abordaje permite establecer inferencias basadas en información mixta, facilitando una comprensión integral y profunda del fenómeno investigado: las construcciones identitarias, culturales y sociales de la comunidad caboverdiana residente en El Bierzo, donde se desarrolló el trabajo de campo entre marzo y septiembre de 2025.

Concretamente, este trabajo se centra en el Bierzo como un caso de estudio de la migración de las personas caboverdianas o descendientes caboverdianos residentes en la comarca mencionada, un contexto menos explorado que los ámbitos urbanos o mineros analizados, por ejemplo, por Moldes (2015) para la vecina comarca de Laciana.

Diseño, Población y Muestra

Siguiendo la lógica, este estudio está orientado a comprender las construcciones identitarias, culturales y sociales de la comunidad caboverdiana residente en El Bierzo.

El tipo de muestra fue intencional no probabilística, basada en los siguientes criterios de inclusión: (a) ser persona caboverdiana o descendiente de caboverdianos residente en la comarca de El Bierzo; (b) tener al menos 18 años de edad; (c) disponer de experiencia de vida en el territorio; (d) mostrar disposición a participar voluntariamente. Se buscó además diversidad generacional y equilibrio de género. Se excluyó a quienes no mantuvieran vínculos activos con la comunidad local o residieran fuera de la comarca la mayor parte del año.

El análisis se realizó con una muestra de 50 participantes, de los cuales 26 fueron hombres y 24 mujeres, con edades comprendidas entre los 22 y los 71 años. Dentro del ámbito de la investigación según declaran Arias y Coviños (2021) una muestra se define como un subconjunto seleccionada de una población de referencia, con el propósito de llevar a cabo un estudio y elaborar inferencias sobre dicha población.

Técnicas e instrumentos de recolección de datos

En esta investigación se utilizó la encuesta como instrumento de recolección de datos. Según Sánchez y Mejías (2023), este instrumento permite recopilar información a través de preguntas estructuradas y estandarizadas.

- Encuesta estructurada: Aplicada a los 50 participantes, incluyendo preguntas cerradas (escalas Likert) y abiertas, permitió recopilar datos sociodemográficos y percepciones subjetivas sobre identidad caboverdiana, berciana y caboberciana (Sánchez y Mejías, 2023).
- Observación participante: Realizada en eventos comunitarios y actividades de la Asociación Cultural Amílcar Cabral durante un período de seis meses.
- Análisis documental: Revisión de fuentes secundarias sobre migración caboverdiana en España y documentos de la asociación mencionada para contextualizar históricamente la comunidad.

Procedimiento de Análisis de Datos

El análisis de datos siguió un procedimiento integrado: los datos cuantitativos fueron procesados mediante estadística descriptiva, mientras que las respuestas cualitativas fueron analizadas mediante categorización temática, permitiendo la identificación de patrones recurrentes en las narrativas identitarias.

Consideraciones Éticas

El estudio se realizó de acuerdo con los principios éticos establecidos en la Declaración de Helsinki. Todos los participantes firmaron un consentimiento informado que detallaba los objetivos de la investigación, el uso confidencial y anónimo de los datos, y su derecho a retirarse en cualquier momento sin consecuencias.

Resultados

Identificación cultural y significado de “caboberciano/a”

Para comprender la autopercepción identitaria de la comunidad, se consultó a los participantes sobre su grado de identificación con tres categorías. En la Tabla 1 se muestran los resultados correspondientes a la identificación cultural de la muestra.

Tabla 1 – Grado de Identificación Cultural (Escala 1-5, donde 1 es “Nada” y 5 es “Mucho”).*

Categoría de Identificación	Puntuación Media	Desviación Estándar
Caboverdiano/a	4.0	0.9
Berciano/a	3.6	1.2
Caboberciano/a	4.1	1.1

* Nota: N=50.

Fuente: Elaboración propia a partir de encuesta aplicada (2025).

Los resultados indican que la identidad “caboberciana” constituye un ejemplo paradigmático de lo que Bhabha (1994) conceptualiza como “tercer espacio”: un ámbito de enunciación cultural que emerge de la negociación entre matrices africanas, lusófonas, migrantes y bercianas. La alta identificación con esta categoría (4.1/5) supera incluso la identificación con las categorías “puras” de origen, sugiriendo que los participantes valoran positivamente su condición híbrida valorada positivamente.

Las respuestas a las preguntas abiertas complementarias muestran que esta identidad no se limita a una construcción individual. El participante 11 lo definió como:

“La mezcla de las culturas en las que me he criado, poniendo lo mejor de ambas”.

Mientras la persona participante 6 lo resumió como:

“Un sentimiento de donde nací y resido y un orgullo de mis raíces”.

Otros matizan esta dualidad; el Participante 23, por ejemplo, señala: “*A veces siento que no soy lo suficientemente caboverdiano para Cabo Verde, ni lo suficientemente berciano para vivir aquí. Soy de los dos sitios*”.

Elementos culturales representativos y participación

Con el fin de identificar los pilares de la identidad caboberciana, se preguntó a los participantes qué elementos culturales consideraban más representativos. Los resultados, recogidos en la Tabla 2, muestran un panorama de prácticas culturales vibrantes, aunque con ciertas preocupaciones sobre su continuidad.

Tabla 2 – Elementos Culturales Representativos de la Identidad Caboberciana (Frecuencia de mención).

Elemento Cultural	Número de Menciones	% de Participantes (N=50)	Ejemplos y Observaciones
Música	35	70%	<i>Morna, funaná, coladera</i> . Mención a la kizomba como influencia.
Gastronomía	33	66%	<i>Cachupa, cuscús</i> . También se valora la gastronomía berciana (botillo).
Fiestas y Tradiciones	29	58%	Fiesta de la Independencia (5 de julio). Espacio de reunión intergeneracional.
Idioma (<i>Kriolu</i>)	24	48%	Se identifica como vehículo de conexión con las raíces.
Asociacionismo	18	36%	Principalmente la Asociación Amílcar Cabral. Se señala su importancia histórica, pero también una crisis de renovación y participación juvenil.
Valores (Unión, Familia)	15	30%	“ <i>Morabeza</i> ” (calidez, hospitalidad), solidaridad, apoyo mutuo.

Nota: Los porcentajes no suman 100% porque los participantes podían seleccionar múltiples elementos culturales. El porcentaje se calcula como: (Número de menciones / N) × 100.

Fuente: Elaboración propia a partir de encuesta aplicada (2025).

Las personas encuestadas reconocen como manifestaciones y legados fundamentales que asumen y defienden de su cultura, la música, gastronomía, idioma, fiestas y tradiciones como pilares fundamentales de su identidad. La música (*morna*, *coladera*, *funaná*, *kizomba* ⁵), la comida típica (*cachupa*, *cuscús*, botillo) y el idioma *Kriolu* son los más recurrentes. Las fiestas son valoradas como lugares de encuentro intergeneracional, aunque se percibe una disminución en la implicación juvenil. Las asociaciones, especialmente la Asociación cultural Amílcar Cabral situada en la localidad de Bembibre, aparece como territorio de encuentro y transmisión cultural.

La participación en actividades culturales es alta, con un 86% (43 participantes) que declara participar de forma frecuente. Sin embargo, esta participación activa contrasta con la percepción de representación institucional: solo un 36% (18 participantes) afirma sentirse “Siempre” o “Frecuentemente” representado en medios locales, instituciones o eventos culturales, lo que revela una clara brecha entre la vitalidad comunitaria y su visibilidad en la esfera pública.

Las redes de apoyo más valoradas por los encuestados son las asociaciones culturales, las amistades, la familia y los grupos religiosos. Estas redes cumplen un rol clave en la transmisión de valores, la organización de eventos y el acompañamiento emocional. Como señala Walsh (2007), es necesario pensar en clave intercultural y decolonial, donde las prácticas comunitarias y asociativas no son meramente ámbitos de preservación, sino también escenarios de creación de nuevos sentidos de pertenencia y de disputa epistémica.

Experiencias de discriminación y redes de apoyo

El estudio indagó en las experiencias de discriminación y en las estructuras comunitarias que sirven de sostén. Como se presenta en la Tabla 3, una mayoría significativa de los encuestados ha enfrentado situaciones de exclusión.

Como se devela en los resultados el 63.8% de los participantes afirman haber vivido situaciones discriminatorias, principalmente en esferas públicas, escolares y laborales. Las vivencias incluyen desde micro agresiones y estereotipos raciales hasta exclusiones más explícitas. Algunos distinguen entre discriminación racial y social, señalando que el hecho de no seguir las normas mayoritarias también genera exclusión. Aunque El Bierzo es percibido por muchos como un entorno relativamente tolerante, otros señalan que el racismo se intensifica fuera de la comarca o en contextos urbanos.

Desde un enfoque teórico, estas dinámicas pueden interpretarse como parte de estructuras históricas de dominación que determinan quién tiene visibilidad y reconocimiento en la sociedad, en línea con la conceptualización de la *colonialidad del poder* propuesta por Mignolo (2007).

⁵ Cabe destacar que ritmos de origen angoleño como la kizomba han sido adoptados y reelaborados en Cabo Verde, dando lugar a variantes como el *'cabo-zouk'*, lo que ejemplifica las dinámicas de intercambio y recreación cultural dentro del ámbito lusófono-africano.

Tabla 3 – Experiencias de Discriminación y Redes de Apoyo.

Variable	Resultado	Detalles y Contexto
Ha vivido discriminación	63.8% de las personas participantes	
Ámbitos de encuentro más frecuentes	– Esfera Pública (calles, comercios) – Ámbito Escolar (infancia/adolescencia) – Entorno Laboral – Fútbol/ámbito deportivo	Se reportan desde microagresiones y comentarios raciales (“ <i>vete a tu país</i> ”, “ <i>negra</i> ” Participante 12) hasta exclusiones más explícitas (<i>negativa a alquilar una vivienda</i> Participante 26).
Percepción del Bierzo	Mixta (percepción variada entre positiva y crítica)	Se describe como un “ <i>micro paraíso de tolerancia</i> ” Participante 7 comparado con entornos urbanos como León o Zaragoza, pero se reconoce la persistencia del racismo«cotidiano.
Redes de apoyo clave	– Asociaciones (Amílcar Cabral) – Amistades (dentro y fuera de la comunidad) – Familia – Grupos religiosos	Las redes son fundamentales para la transmisión cultural, el apoyo emocional y la organización de eventos.

Fuente: Elaboración propia a partir de encuesta aplicada (2025).

Perspectivas sobre la continuidad cultural

Finalmente, se exploró la percepción sobre la sostenibilidad de la cultura caboverdiana/caboberciana en las nuevas generaciones. Los resultados indican un optimismo moderado pero condicionado. Aproximadamente un 56% (28 participantes) cree que se podrá mantener, aunque la mayoría de estas respuestas están matizadas con un “pero” que señala desafíos. Un 44% (22 participantes) se muestra pesimista al respecto.

Las principales preocupaciones para la continuidad son:

- Falta de implicación juvenil y renovación asociativa: Se critica la rigidez de las estructuras comunitarias existentes.
- Pérdida del idioma *Kriolu*: Su uso está en declive entre los más jóvenes.
- Pérdida de la gastronomía tradicional: Muchos jóvenes no aprenden a cocinar platos típicos.
- Dispersión geográfica y individualismo: La movilidad laboral y las nuevas prioridades debilitan los lazos comunitarios.

Las narrativas muestran una tensión entre el deseo de preservar la cultura y la percepción de que “*se está perdiendo la esencia*” (Participante 32). Algunos confían en que la cultura caboberciana se mantendrá viva si se fortalecen los ámbitos de participación, se promueve el liderazgo joven y se preservan elementos clave como el idioma, la gastronomía y las tradiciones. Otros advierten que, sin una transmisión activa desde el hogar, muchas prácticas culturales corren el riesgo de desaparecer.

En conjunto, los resultados permiten concluir que la identidad caboberciana está fuertemente arraigada y valorada por sus miembros, pero enfrenta desafíos estructurales

y generacionales que requieren atención. La revitalización de asociaciones, el fortalecimiento de redes comunitarias y la creación de espacios de expresión juvenil son claves para sostener esta identidad en el futuro y garantizar su sostenibilidad cultural en el territorio berciano.

Discusión de los resultados

La vivencia de una pertenencia compartida que trasciende lo puramente caboverdiano o berciano encarna el ‘tercer espacio’ teorizado por Bhabha (1994), donde la identidad emerge no de la suma, sino de la negociación activa. Esta síntesis cultural situada, expresada mediante orgullo y memoria, constituye una forma de agencia identitaria que fundamenta la categoría ‘caboberciano/a’. Así, este constructo no solo nombra una realidad, sino que visibiliza una estrategia de resistencia comunitaria frente a las categorías excluyentes del discurso nacionalista y migratorio hegemónico.

Si bien el asociacionismo como estrategia frente a la discriminación es común en diásporas (Maffia, 2013; Moldes, 2015), la particularidad berciana radica en cómo la ruralidad redefine los términos de la hibridación. A diferencia de los enclaves urbanos, donde la endogamia puede preservar fronteras identitarias (Glick Schiller et al., 2006), la densidad relacional baja y la visibilidad exacerbada en el pueblo obligan a una negociación identitaria más cotidiana y pública. Esto no diluye la identidad, sino que acelera la creación de una síntesis local específica (‘caboberciana’), donde el arraigo territorial se convierte en un componente tan fuerte como la memoria diaspórica.

Este proceso de reconstrucción identitaria es, en esencia, un acto decolonial (Mignolo, 2007). Frente al ‘blanqueamiento cultural’ esperado, la conformación de una subjetividad mestiza caboberciana se sustenta en prácticas que, en los términos de Cabral (1975), operan como ‘armas de resistencia’. La persistencia del Kriolu (Tabla 2) no es un mero residuo, es un acto que mantiene operativa una cosmovisión africana en diáspora, desafiando la hegemonía del castellano como única lengua legítima de integración.

Surge aquí una tensión crucial que nuestro análisis permite esclarecer: la coexistencia de una alta identificación caboberciana (Tabla 1) con experiencias significativas de discriminación (Tabla 3). Lejos de ser contradictoria, esta tensión revela la naturaleza reactiva y política de la identidad híbrida. La afirmación ‘caboberciano’ no surge a pesar de la discriminación, sino como respuesta a ella; es un mecanismo de agencia (Giddens, 1984) que, desde el ‘tercer espacio’, rechaza la dicotomía impuesta entre ‘inmigrante’ y ‘autóctono’. La práctica cultural, como el batuku en una fiesta local o el compartir cachupa con vecinos, se convierte así en un acto micropolítico de integración en los propios términos, negociando pertenencia sin solicitar asimilación.

De esta negociación constante, que es a la vez íntima y política, emerge la especificidad del fenómeno caboberciano. En definitiva, el concepto caboberciano/a captura más que un fenómeno de mezcla; ilustra un proceso de lugarización diaspórica que podemos entender como territorialización decolonial. En él, la memoria africana y la experiencia migrante no se preservan en estado puro, sino que son reactivadas y reprocesadas a través de las lógicas sociales, afectivas y económicas de un lugar específico: El Bierzo. Este análisis, al integrar los ejes de hibridación, identidad social y decolonialidad, contribuye a

descentrar los estudios migratorios de su foco urbano y a entender la construcción identitaria afrodescendiente en Europa como un fenómeno profundamente territorializado y situado, donde la resistencia y la pertenencia se tejen en la trama misma de la vida cotidiana local.

Conclusiones

Las conclusiones del estudio evidencian que la comunidad caboverdiana residente en El Bierzo ha desarrollado una identidad cultural compleja, híbrida y situada, que se expresa en la categoría emergente de “caboberciano/a”. Esta identidad no se limita a una simple suma de pertenencias, sino que representa una síntesis activa entre el legado caboverdiano y el arraigo berciano, vivida con orgullo, afecto y sentido de comunidad.

Los hallazgos confirman la hipótesis inicial: la identidad caboberciana emerge como una estrategia de resistencia frente a la invisibilización institucional y la racialización estructural, construyéndose a través de prácticas culturales que funcionan como vehículos de memoria y agentes de un diálogo intercultural dinámico (Cebrián y Bodega, 2000).

El valor teórico y aplicado del concepto “caboberciano/a” es triple. Primero, enriquece los estudios migratorios y diaspóricos al ofrecer una categoría analítica situada para comprender los procesos de “lugarización” e integración en contextos rurales europeos, un ámbito geográfico tradicionalmente desatendido. Segundo, contribuye a la agenda decolonial al demostrar cómo la agencia cultural cotidiana opera como una forma de “territorialización decolonial”, desafiando las jerarquías epistémicas heredadas. Tercero, ofrece insumos para políticas de interculturalidad, subrayando que la integración exitosa puede basarse en el reconocimiento de estas síntesis identitarias creativas, más que en modelos asimilacionistas.

El valor metodológico de este marco analítico radica precisamente en que ofrece un procedimiento aplicable a otras comunidades con situaciones similares. Facilita el examen de los mecanismos mediante los cuales se estructuran las subjetividades afrodescendientes en contextos de recepción no metropolitanos, reconociendo sus aportes culturales y estrategias de resistencia frente a la marginalización.

Sin embargo, se observa una preocupación generalizada por la pérdida de prácticas culturales entre las nuevas generaciones, especialmente en lo que respecta al *Kriolu* y la cocina caboverdiana. Esta inquietud se vincula con la percepción de una menor implicación juvenil en las actividades comunitarias y con la necesidad de renovar las estructuras asociativas para garantizar la continuidad cultural y adaptación cultural.

Asimismo, el estudio revela que más de la mitad de los encuestados han vivido situaciones de discriminación, tanto racial como social, lo que pone de manifiesto la persistencia de barreras estructurales en el proceso de integración. Aunque El Bierzo es percibido por muchos como un entorno relativamente acogedor, las experiencias de exclusión se intensifican en otros contextos urbanos o fuera de la comarca. La participación en actividades culturales es alta, pero la representación institucional sigue siendo limitada, lo que indica una brecha entre la presencia comunitaria y su visibilidad pública.

Pese a los hallazgos, el estudio presenta algunas limitaciones que deben considerarse al interpretar los resultados. En primer lugar, la muestra, aunque representativa dentro

de la comarca, es limitada en tamaño y geográfica, lo que restringe la generalización de los hallazgos a otras comunidades caboverdianas en España o Europa. Es posible un sesgo de autoselección, ya que los participantes más conectados a la red comunitaria podrían estar sobrerrepresentados. Además, el instrumento principal (encuesta) puede haber simplificado la complejidad fluida de las identidades.

Futuras investigaciones podrían profundizar en la comparación entre comunidades caboverdianas en diferentes contextos rurales europeos, así como en el análisis longitudinal de las transformaciones identitarias intergeneracionales del *Kriolu*. Una investigación comparada con la comunidad caboverdiana en un contexto urbano europeo (como Lisboa) ayudaría a elucidar el impacto específico del contexto rural berciano. Por último, un análisis centrado en la perspectiva institucional local podría evaluar los obstáculos para la inclusión de estas identidades en las políticas públicas.

En conjunto, los resultados del estudio permiten afirmar que la identidad caboberciana está fuertemente arraigada y valorada por sus miembros, pero enfrenta desafíos estructurales y generacionales que requieren atención. La revitalización de asociaciones culturales, el fortalecimiento de redes comunitarias, la promoción del liderazgo joven y la creación de espacios de expresión cultural son claves para sostener esta identidad en el futuro y garantizar su sostenibilidad en el territorio berciano. La cabobercianidad se revela, en definitiva, como un prisma privilegiado para comprender las dinámicas contemporáneas de construcción identitaria en contextos de migración y diversidad cultural, invitando a repensar la Europa rural como un escenario dinámico de encuentro y creación cultural.

Referencias bibliográficas

- Almeida, I. (2023). La ilustre incertidumbre. *Revista de Filosofia y Ciencias*, 236-346. doi:<https://doi.org/10.34024/prometeica.2023.26.14842>
- Alves, C. (2012). *Raca, Classe e etnia nos estudos sobre e em Cabo Verde*. *Afro-Ásia*(45), 143-171. <https://www.scielo.br/j/afro/a/StvbP3QHwvG7yVZdt9dwN3j/?format=html&lang=pt#>
- Arias, J. (2021). *Diseño y metodología de la investigación*. <https://doi.org/http://hdl.handle.net/20.500.12390/2260>
- Arias, J. (2020). *Técnicas e instrumentos de investigación científica*. Consejo Nacional de Ciencia Tecnología e Innovación tecnológica. doi:<https://doi.org/http://hdl.handle.net/20.500.12390/2238>
- Asante, M. K. (2003). *Afrocentricity: The theory of social change*. Chicago Review Press.
- Barros, V. (2010). *A Construção da Identidade Nacional Cabo-verdiana*. Lisboa: Edições Colibri.
- Bernabé, J., Chamoiseau, P., & Confiant, R. (1990). *Éloge de la Créolité*. Gallimard.
- Bermudez, R., y Casanova, A.. (21 de Agosto de 2024). El método inductivo-deductivo es solo una entelequia filosófica. *Educación Superior*, 43(2). http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0257-43142024000200261&lng=es&nrm=iso&tlng=es
- Bhabha, H. K. (1994). *The location of culture*. Routledge.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>

- Brito-Semedo, M. (2006). *A Construção da Identidade Nacional: Análise da Imprensa entre 1877 e 1975*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- Cabral, A. (1966). *El arma de la teoría*. Discurso pronunciado en la primera Conferencia Tricontinental de los Pueblos de Asia, África y América Latina, La Habana. [https://www-marxists-org.translate.google.subject/africa/cabral/1966/weapon-theory.htm?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=es&_x_tr_hl=es&_x_tr_pto=tc](https://www.marxists-org.translate.google.subject/africa/cabral/1966/weapon-theory.htm?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=es&_x_tr_hl=es&_x_tr_pto=tc)
- Cabral, A. (1975). *Unité et Lutte. I. L'arme de la théorie. II. La pratique révolutionnaire*. París: Traducido por Sophie Mayoux y Chantal Tiberghien.
- Carreira, A. (1984). *The People of the Cape Verde Islands: Exploitation and Emigration*. Londres: C. Hurst & Co.
- Castelo, C. (1999). "O Modo Português de Estar no Mundo": O Luso-tropicalismo e a: O Luso-tropicalismo (1933-1961). *Porto*.
- Chambers, I. (1994). *Migración, cultura, identidad*. Buenos Aires: Amorrortu editores.
- Cebrián, J. A., Bodega, M. I., y López-Sala, A. M. (2000). La presencia africana en la inmigración española del cambio de siglo. *Estudios Geográficos*, 61(240), 435-460. <https://doi.org/10.3989/geoogr.2000.i240.536CEPAL>. (2020).
- El Desafío Social en Tiempos del COVID-19. *Comisión Económica para América Latina y el Caribe*. <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/45527>
- Escobar, A. (2012,). Más allá del desarrollo: p ostdesarrollo y transiciones. (U. C. Madrid, Ed.) *Antropología Social*, 21, 23-62. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=83824463002>
- Estado, J. d. (1985). *Ley Orgánica 7/1985, sobre derechos y libertades de los extranjeros en España*. <https://www.boe.es/eli/es/lo/1985/07/01/7>
- Ferraz, P. (2014). Entre el mito y la realidad:Desplazamientos de personas,propaganda de Estado e imaginario del. *Studia africana*(24), 11-28.
- Flores, J., & Jiménez, R. (2009). The diaspora strikes back: *Caribeño tales of learning and turning*. Routledge.
- García, N. (1990). *Culturas híbridas. Estrategias para entrar y salir de la modernidad*. México D.F.: Grijalbo.
- Giddens, A. (1984). *The constitution of society: Outline of the theory of structuration*. University of California Press.
- Glick Schiller, N., Basch, L., & Blanc-Szanton, C. (2006). Towards a definition of transnationalism. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 645(1), ix-xiv.
- Gómez, M., Saldarriaga, D., y López, M. (2017). Estudios decoloniales y poscoloniales. Posturas acerca de la modernidad colonialidad y el eurocentrismo. *Ratio Juris*, 12(24), 27-59. <http://doi.org/10.24142/raju.v12n24a2>
- Hall, S. (1990). *Cultural Identity and Diaspora. Identity: Community, Culture and*. Ed. John Rutherford. London: Lawrence and Wishart. <http://www.ram-wan.net/restrepto/hall.%202009>
- Ifekwunigwe, J. O. (2010). *Mixed race' studies: A reader*. Routledge.
- Lima, A. (2011). *Cape Verdean Immigrants in America: The Socialization of Young Men in an Urban Environment*. New York: Routledge.

- Maffia, M. M. (2013). *Migración y asociativismo de caboverdeanos en Argentina*. Buenos Aires: Editorial Biblos.
- Mignolo, W. (2002). Colonialidad global, capitalismo y hegemonía epistémica. *Quito: Abya-Yala*, 230-237.
- Mignolo, W. (2007). *La idea de América Latina. La herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Gedisa. <https://archivo.librepensamiento.org/wp-content/uploads/2021/11/Libre-Pensamiento-107.pdf>
- Moldes, R. (2015). *Relaciones, etnia-clase: Inmigrantes caboverdianos en las minas de Laciana (León)* (Tesis doctoral). Universidad Complutense de Madrid.
- Morales, R., y Moreno, A. (2024). Reconfiguración identitaria en procesos migratorios: el debate teórico interdisciplinario. Realidades, impactos y desafíos. *Estudios. Utopía y praxis latinoamericana*, 29(106). <https://doi.org/10.5281/zenodo.12596073>
- Neves, J. (2018). *Ideología, ciencia y pueblo en Amílcar Cabral*. (48), 135-150.
- OIM. (2022). *Informe Sobre las Migraciones en el Mundo 2022*. eds. Marie McAuliffe y Anna Triandafyllidou. <https://publications.iom.int/books/informe-sobre-las-migraciones-en-el-mundo-2022>
- Roccatti, M. (1999). Derechos humanos de las mujeres y los niños migrantes. En *Memorias del Coloquio Nacional sobre Políticas Públicas de Atención al Migrante*, Gobierno del Estado de Oaxaca.
- Ruiz, A. (2002). *Migración oaxaqueña, una aproximación a la realidad*. Oaxaca: Coordinación Estatal de Atención al Migrante Oaxaqueño.
- Sánchez, M., y Mejías, M. (2023). Diseño de metodologías mixtas una revisión de las estrategias para combinar. *Humanas*. https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/232290/CONICET_Digital_Nro.3502f464-716a-470a-a04e-120a448e0c78_B.pdf?seque
- Tajfel, H. (1986). *La teoría de la identidad social del comportamiento intergrupar. Psicología social de las relaciones intergrupales*. Editado por Stephen Worchel y William G. Austin, 2.a ed., Nelson.
- Toasijé, A. (2010). La memoria y el reconocimiento de la comunidad africana y africanodescendiente negra en España: El papel de la vanguardia panafricanista. Madrid: *Historia Digital X*, 17.
- Varela, H. (may./ago de 2023). Vida y pensamiento de un africano excepcional: Amílcar Cabral. *Estudios de Asia y Africa*, 58 (2). <https://doi.org/10.24201/ea.v58i2.2918>
- Walsh, C. (2007). Interculturalidad, colonialidad y educación. *Revista Educación y Pedagogía*, XIX, (48). https://www.flacsoandes.edu.ec/sites/default/files/agora/files/1265909654.interculturalidad__colonialidad_y_educacion_0.pdf

La Révolution du 25 avril 1974 et la politique extérieure: Le retour du Portugal à l'UNESCO

The April 25, 1974 Revolution and Foreign Policy: Portugal's Return to UNESCO

Raquel Valente dos Santos¹

Raquel Valente dos Santos

Centro de Estudos Internacionais – ISCTE – IUL

ORCID: 0000-0001-5727-4406

¹ Raquel Valente dos Santos é bolsista de Doutoramento da Fundação para Ciência e Tecnologia (FCT) com referência 2022.14193.BD e doutoranda em História Moderna e Contemporânea – Defesa e Relações Internacionais no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Desde 2023 é Professora Assistente Convidada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

A REVOLUÇÃO DE 25 DE ABRIL DE 1974 E A POLÍTICA EXTERNA: O REGRESSO DE PORTUGAL À UNESCO

Durante os anos do Estado Novo, as relações com a UNESCO foram marcadas por fortes críticas à política colonial portuguesa, o que levou à retirada de Portugal da organização em 1972. Com a instauração de um regime democrático em Portugal, disposto a respeitar as regras da comunidade internacional, a situação alterou-se. O presente artigo centra-se no período que vai de 1974, ano do regresso de Portugal à UNESCO, até 1977, com a criação de uma Missão Permanente em Paris. Através da bibliografia de referência e da utilização de fontes de arquivo, pretende-se analisar: a forma como a descolonização e a democratização foram abordadas no sistema das Nações Unidas; o papel do Ministério dos Negócios Estrangeiros português, representado pelo ministro da época, Mário Soares, no estabelecimento das relações com as Nações Unidas e com a UNESCO; a condução do processo de regresso à organização e os principais atores envolvidos; e, por fim, os primeiros passos da recém-criada Missão Permanente portuguesa junto da UNESCO.

Palavras-chave: 25 de Abril; Democracia; Organismos Internacionais; Organização das Nações Unidas; UNESCO.

THE APRIL 25, 1974 REVOLUTION AND FOREIGN POLICY: PORTUGAL'S RETURN TO UNESCO

During the years of the Estado Novo [New State Regime], relations with UNESCO were marked by intense criticism of Portuguese colonial policy, which led to Portugal's withdrawal from the organisation in 1972. With the establishment of a democratic regime in Portugal, one that is willing to comply with the rules of the international community, this situation changed. This article focuses on the period from 1974, the year Portugal returned to UNESCO, to 1977, marked by the establishment of a Permanent Mission in Paris. Drawing on relevant bibliography and archival sources, the article aims to analyse: how decolonisation and democratisation were addressed within the United Nations system; the role of the Portuguese Ministry of Foreign Affairs, represented by the minister at the time, Mário Soares, in the re-establishment of relations with the United Nations and UNESCO; the conduct of the process leading to Portugal's return to the organisation and the main actors involved; and, finally, the first steps taken by the newly created Portuguese Permanent Mission to UNESCO.

Keywords: April 25; Democracy; International Organizations; United Nations; UNESCO.

LA RÉVOLUTION DU 25 AVRIL 1974 ET LA POLITIQUE EXTÉRIEURE: LE RETOUR DU PORTUGAL À L'UNESCO

Pendant les années de l'Estado Novo [L'État Nouveau], les relations avec l'UNESCO ont été marquées par de fortes critiques à l'égard de la politique coloniale portugaise, ce qui a conduit au retrait du Portugal de l'organisation en 1972. Avec l'instauration d'un régime démocratique au Portugal, disposé à respecter les règles de la communauté internationale, la situation a changé. Le présent article se concentre sur la période allant de 1974, année du retour du Portugal à l'UNESCO, à 1977, année de la création d'une Mission Permanente à Paris. À travers la bibliographie de référence et l'utilisation de sources d'archives, il s'agit d'analyser : la manière dont la décolonisation et la démocratisation ont été abordées dans le système des Nations Unies ; le rôle du Ministère des Affaires étrangères portugais, représenté par le ministre de l'époque, Mário Soares, dans l'établissement des relations avec les Nations Unies et avec l'UNESCO ; la conduite du processus de retour à l'organisation et les principaux acteurs impliqués ; et, enfin, les premiers pas de la Mission Permanente portugaise nouvellement créée auprès de l'UNESCO.

Mots-clés : 25 avril 1974; Démocratie; Organisations internationales; Organisation des Nations Unies; UNESCO.

Introduction

Le Portugal est devenu membre à part entière de l'Organisation des Nations Unies pour l'éducation, la science et la culture (UNESCO) le 1^{er} mars 1965, soit près de vingt ans après la création de l'organisation, en novembre 1946. Dès l'origine, la participation portugaise au sein de l'UNESCO fut marquée par les tensions existantes entre le régime de l'État Nouveau et le système des Nations Unies, lequel condamnait de manière récurrente la politique coloniale portugaise. Dans le prolongement des critiques formulées au sein de l'Organisation des Nations Unies (ONU), l'UNESCO adopta également des résolutions dénonçant la position du Portugal sur la question coloniale. Face à ces condamnations répétées, le gouvernement portugais décida, en 1972, de renoncer à son statut de membre de l'organisation. Ce n'est qu'à la suite de la Révolution du 25 avril 1974 que le nouveau régime, désormais démocratique, entreprit le rétablissement des relations diplomatiques avec l'UNESCO.

Le cadre chronologique de cet article s'étend d'avril 1974, avec la Révolution des Œillets, jusqu'en septembre 1975, date de la création d'une Mission permanente du Portugal à Paris, placée sous la direction de Maria de Lourdes Pintasilgo, alors ambassadrice. L'article se propose d'analyser l'importance accordée par le ministère des Affaires étrangères – représenté par son ministre de l'époque, Mário Soares – au processus de réintégration du Portugal au sein de l'UNESCO en 1974, ainsi que la manière dont l'Organisation des Nations Unies et l'UNESCO ont perçu et interprété les processus de démocratisation et de décolonisation à travers les contacts établis avec les nouvelles autorités portugaises.

Bien que la littérature relative aux relations entre le Portugal et l'Organisation des Nations Unies soit abondante, l'étude des relations diplomatiques avec l'UNESCO demeure, quant à elle, relativement limitée. À cet égard, il convient de mentionner l'article de l'historien Luís Nuno Rodrigues, qui analyse la période allant de la création de l'UNESCO jusqu'à l'adhésion du Portugal en 1965 (Rodrigues, 2006), ainsi que le travail de Raquel Valente dos Santos, consacré aux raisons du retrait du Portugal de l'organisation en 1972 (Santos, 2021). Il apparaît dès lors pertinent d'examiner et de combler cette lacune concernant une étape cruciale de cette relation : le retour du Portugal à l'UNESCO en 1974.

Afin de répondre à ces questions, une revue de la littérature pertinente a été menée, portant notamment sur les organisations internationales – en particulier l'ONU et l'UNESCO –, sur la politique étrangère portugaise, ainsi que sur le contexte international de l'après-Seconde Guerre mondiale. En complément de ces travaux de référence, des sources primaires ont été consultées, notamment les archives du ministère des Affaires étrangères portugais, les documents issus des archives en ligne de l'UNESCO, les archives Maria de Lourdes Pintasilgo, conservées par la Fondation « Cuidar o Futuro », ainsi que les Archives nationales. L'analyse d'articles de presse de l'époque, tels que ceux du *Diário de Notícias*, ainsi que l'examen de discours prononcés par le ministre Mário Soares ont également été mobilisés.

L'article est structuré en cinq parties. Après cette introduction, la deuxième partie examine les relations entre le régime de l'État Nouveau et les Nations Unies, ainsi que celles avec l'UNESCO, afin de contextualiser l'insertion du Portugal dans le monde

d'après-guerre, marqué par l'émergence de la Guerre froide. La troisième partie analyse le processus de démocratisation et de décolonisation, ainsi que les orientations de la politique étrangère portugaise après le 25 avril 1974. La quatrième partie, la plus centrale, s'intéresse à la réconciliation du Portugal avec le système des Nations Unies et à son retour à l'UNESCO en 1974, en mettant en lumière le rôle déterminant de Mário Soares dans ce processus. Enfin, la cinquième partie présente les conclusions tirées de l'analyse des sources consultées.

L'État Nouveau, les Nations Unies et l'UNESCO (1946-1972)

En 1933, sous la direction d'António de Oliveira Salazar, le régime de l'État Nouveau fut instauré au Portugal avec la promulgation, le 19 mars, de la Constitution de 1933, "qui transforma l'État portugais en un État unitaire et corporatif" (Meneses, 2009, p. 210). Sur le plan de la politique étrangère, l'empire colonial constituait l'élément central du nouveau régime, qui défendait "le droit du Portugal sur ses colonies et l'identification de celles-ci comme base pour un avenir prospère" (Meneses, 2009, p. 119).

Durant la Seconde Guerre mondiale (1939-1945), le Portugal resta en dehors du conflit et, sur le plan diplomatique, maintint une "neutralité coopérative" à l'égard des deux camps, ajustée en fonction de l'évolution du conflit.² Avec la fin de la guerre, "l'Europe occidentale redécouvrit la démocratie", ce qui représentait un grand défi pour "les vestiges de la droite autoritaire de la période entre-deux-guerres – l'Espagne de Franco et le Portugal de Salazar" (Mazower, 1998, pp. 221-222).

En matière d'organisations internationales, le concept d'"internationalisme" a évolué, passant des mouvements ouvriers et pacifistes du XIX^e siècle vers un système plus institutionnalisé au XX^e siècle, incarné notamment par l'ONU et les organisations internationales existantes. La Société des Nations, créée en 1919 à la suite de la Première Guerre mondiale dans le but de maintenir la paix mondiale, constitua la première grande expérience d'organisation internationale. Cependant, elle ne parvint pas à atteindre ses objectifs, en raison notamment de l'absence de participation de grandes puissances telles que les États-Unis et de son incapacité à prévenir l'ascension de régimes autoritaires et totalitaires, qui culmina avec le déclenchement de la Seconde Guerre mondiale en 1939 (Weiss, 2018).

Cependant, le monde d'après la Seconde Guerre mondiale nécessitait la mise en place d'institutions capables de favoriser la coopération entre les pays européens "dont les différends avaient conduit à deux guerres mondiales", tout en constituant "un instrument commode de négociation permanente, à l'échelle mondiale, entre des pays et des peuples aux intérêts et idéologies opposés" (Bertrand, 2004, p. 43).

La création des Nations Unies, en avril 1945, traduisit la volonté de "maintenir la paix et la sécurité internationales", sur la base de plusieurs principes fondamentaux : "l'égalité souveraine de tous les États membres", "l'égalité des droits et l'autodétermination des peuples", ainsi que "le respect des droits de l'homme et des libertés

² Sur le sujet, lire : Telo, António José (1991), *Portugal na Segunda Guerra*, Vol. II – 1941-1945, Vega ; Pereira, Bernardo Fusher (2023), *A Diplomacia de Salazar (1932-1949)*, Dom Quixote, Lisboa.

fondamentales pour tous, sans distinction de race, de sexe, de langue ou de religion ». L'après-Seconde Guerre mondiale favorisa ainsi les processus de décolonisation : « la totale disqualification des doctrines raciales et des aspirations des peuples opprimés » remettait en cause la « légitimité des empires européens » (Pereira, 2017, p. 11), d'autant plus que la Charte des Nations Unies elle-même proclamait les principes d'autodétermination et de décolonisation (Sá, 2015, p. 52).

Le système des Nations Unies prévoyait la création de plusieurs agences spécialisées qui lui seraient associées, parmi lesquelles figurait notamment une « institution spécialisée dans les domaines de l'éducation et de la culture. »³ Dans ce cadre, l'Organisation des Nations Unies pour l'éducation, la science et la culture (UNESCO) fut créée. L'UNESCO avait pour mission de contribuer à la paix et à la sécurité internationales en favorisant la coopération entre les nations, faisant de la paix, fondée sur « la solidarité intellectuelle et morale de l'humanité un impératif. »⁴

En ce qui concerne sa structure, l'UNESCO est composée des organes suivants : la Conférence générale, qui regroupe l'ensemble des délégués des États membres et se réunit tous les deux ans afin de définir les programmes, d'adopter le budget, d'élire les membres du Conseil Exécutif et de nommer le Directeur Général ; le Conseil Exécutif, composé des membres élus par la Conférence générale et se réunissant deux fois par an, chargé de veiller à la mise en œuvre du programme adopté par la Conférence générale. Les langues de travail, tant au sein du Conseil exécutif que lors de la Conférence générale, sont l'arabe, le chinois, l'espagnol, le français, l'anglais et le russe. Le Secrétariat, situé au siège de l'UNESCO à Paris, comprend le Directeur général ainsi que le personnel international de l'organisation. Enfin, le Directeur général, nommé pour un mandat de six ans, constitue le plus haut fonctionnaire de l'UNESCO. Par ailleurs, les États membres doivent établir des délégations permanentes auprès de l'UNESCO, « chargées de maintenir un contact étroit entre l'organisation et leurs gouvernements respectifs » (Valderrama, 1993, p. 244).

À la fin de la Seconde Guerre mondiale, le monde assista à l'émergence d'une nouvelle division en deux blocs idéologiques opposés, période connue sous le nom de Guerre froide. D'un côté, les États-Unis d'Amérique défendaient un modèle démocratique et libéral, fondé sur une économie capitaliste. Ils jouèrent un rôle déterminant dans la reconstruction de l'Europe, à travers l'aide économique du Plan Marshall et les alliances militaires, notamment l'OTAN, ainsi que la formation d'autres pactes dans le cadre de la pactomanie. De l'autre côté, l'Union des républiques socialistes soviétiques promouvait un modèle communiste de centralisme démocratique, cherchant à étendre son influence sur les territoires d'Europe de l'Est libérés par l'Armée rouge, et reposant sur une économie planifiée. Pour les organisations internationales, la Guerre froide ne se limita pas à l'expression de la division du monde entre les États-Unis et l'Union soviétique ; elle constitua également une période de structuration et de consolidation de ces organisations, qui prirent dès lors une importance croissante au sein des arènes internationales (Kott, 2021, pp. 44-45).

³ Charte des Nations Unies, Article 52. Disponible sur <https://www.un.org/en>, consulté le 13 février 2024.

⁴ Constitution de l'UNESCO, disponible sur <https://unesdoc.unesco.org/home>, consultée le 20 mars 2024.

Oliveira Salazar percevait ce “nouveau monde” avec méfiance. Les principes énoncés dans la Charte des Nations Unies étaient considérés par le dirigeant portugais comme une menace, tant pour la préservation du régime politique de l’État Nouveau, de nature antiparlementaire et antidémocratique, que pour la “sauvegarde de l’intégrité politique de l’ensemble national, métropolitain et outre-mer” (Martins, 1996, p. 701).

Après mûre réflexion, le gouvernement portugais décida de présenter sa demande d’adhésion à l’ONU le 2 août 1946, laquelle fut cependant rejetée en raison du veto soviétique. Salazar tenta alors de minimiser l’importance de cette décision, affirmant qu’il n’avait jamais été véritablement enthousiasmé par une éventuelle entrée au sein de l’organisation et cherchant à imputer l’entière responsabilité de la non-admission à l’URSS (Gaspar, 2000, p. 673).

En ce qui concerne l’UNESCO, “la relation entre l’État portugais et cet organisme s’est caractérisée, du point de vue du Portugal, par une constante évaluation et réévaluation des avantages et des inconvénients liés à notre participation à cet organisme” (Rodrigues, 2006, p. 179). Dès la création de l’organisation, le gouvernement portugais envisagea une éventuelle adhésion. Cependant, n’étant pas membre de l’ONU, le Portugal ne pouvait intégrer l’UNESCO “qu’à la suite d’une recommandation spéciale du Conseil exécutif et d’un vote des deux tiers des membres de la Conférence générale de l’UNESCO” (AHD, M. 679, 22 novembre 1946). Après mûre réflexion, le gouvernement portugais décida finalement de ne pas poursuivre cette démarche et de rester à l’écart de l’organisation pendant les décennies 1940 et 1950.

Malgré le veto à l’ONU, le Portugal réussit à s’insérer, bien que de manière prudente, dans le nouveau système international du côté occidental. Cette insertion contribua de manière significative à son ancrage dans la sphère d’influence anglo-américaine, une coopération que l’on peut principalement comprendre à la lumière des antagonismes propres à la Guerre froide (Oliveira, 2023, p. 193).

Au cours des dernières années de la décennie 1940 et durant les années 1950, plusieurs événements majeurs se distinguent. En juillet 1947, le Portugal participa à la Conférence de Paris ; le 16 avril 1948, il devint signataire de la convention établissant l’Organisation européenne de coopération économique et prit part au deuxième volet du Plan Marshall. Enfin, et d’une importance particulière, le Portugal fut le « seul État non démocratique » à participer à la fondation de l’Organisation du traité de l’Atlantique Nord (OTAN) en avril 1949. Sur le plan global, l’intégration du Portugal dans cette organisation “rompit l’isolement international” et, dans une certaine mesure, “reconnue internationalement le régime”, tout en permettant un “retour aux vecteurs traditionnels de l’orientation diplomatique portugaise, à savoir sa vocation atlantique”, mettant particulièrement en avant l’alliance avec les États-Unis. Par ailleurs, sur le plan péninsulaire, cette intégration accentua la position du Portugal dans “le cadre de la Péninsule Ibérique et le constitua comme un interlocuteur privilégié pour l’extérieur”, notamment en raison de l’exclusion de l’Espagne (Teixeira, 2023, pp. 207-208).

Il convient de souligner que, durant les années d’absence du système des Nations Unies, le régime salazariste, soucieux d’éviter de futures critiques concernant la question coloniale, procéda à la révision constitutionnelle de 1951. Par cette réforme, le Portugal transforma l’ensemble de ses colonies en provinces ultramarines, qui devinrent “une partie intégrante d’un État unitaire multi-continental et pluriracial” (Gaspar, 2000, p. 673).

Ainsi, le Portugal passa d'un, "d'État-Nation ayant un empire", le Portugal devint "un État-Nation qui était un empire légitimé par l'histoire et par le droit" (Martins, 2015, p. 63).

Deux ans plus tard, en 1953, à la suite du décès du leader soviétique Joseph Staline et de l'amélioration des relations entre les États-Unis et l'URSS, un accord entre ces deux puissances permit, en 1955, l'adhésion de seize nouveaux États membres à l'ONU, dont le Portugal. Toutefois, l'admission portugaise ne devait avoir qu'une portée essentiellement symbolique, "apportant quelques dividendes à Salazar", alors que "les difficultés en matière coloniale ne feraient que s'aggraver à partir de ce moment" (Oliveira, 2023, p. 203).

L'année 1955 fut également marquée par la Conférence de Bandung (18-24 avril), au cours de laquelle les représentants de vingt-neuf pays s'accordèrent sur "la nécessité de développer la coopération économique et culturelle entre les pays de l'espace afro-asiatique" et, sur la base de la Charte des Nations Unies, condamnèrent le colonialisme et le racisme. Ils se déclarèrent en faveur de l'adhésion à l'ONU de tous les États nouvellement indépendants, comptant sur "l'organisation internationale pour promouvoir le désarmement et la coopération" (Kott, 2021, p. 150). En conséquence, le nombre de membres de l'ONU avait considérablement augmenté : "vingt-trois membres supplémentaires avaient été ajoutés en 1961", et le bloc afro-asiatique dominait désormais l'Assemblée générale (Mazower, 2012, pp. 181-182). Pour le Portugal, cette situation devenait de plus en plus difficile à soutenir. Bien que ses alliés eussent tenté de le protéger contre des interventions plus coercitives, telles que l'imposition de sanctions, l'influence des États-Unis, du Royaume-Uni et de la France ne suffisit finalement pas à empêcher l'adoption de plusieurs résolutions, dont les résolutions 1514, 1541 et 1542 (Santos, 2011, p. 62). Le gouvernement portugais, pour sa part, ne céda pas, s'accrochant "désespérément à un vieux rêve du passé : conserver un empire colonial solidement lié à la métropole" (Silva, 1995, p. 38).

Dans les années 1960, avec l'apogée du mouvement de décolonisation et le début des guerres coloniales, le gouvernement portugais choisit enfin de se rapprocher de l'UNESCO : en 1961, il nomma un observateur permanent afin de participer aux réunions de l'organisation et, par la suite, en 1965, il présenta une demande d'adhésion à part entière. En conséquence, la politique coloniale portugaise fut vivement critiquée au sein de l'UNESCO, l'adoption de résolutions dénonçant la position du Portugal devenant une constante. Peu après l'adhésion du Portugal en 1965, le Conseil exécutif adopta la Décision 70 EX/14, stipulant que les invitations adressées au pays resteraient sans effet tant que ne seraient pas publiés les résultats d'une étude de terrain proposée par l'UNESCO sur l'état de l'éducation dans les territoires africains sous juridiction portugaise.⁵ ; l'année suivante, la Résolution XI autorisa le Directeur général de l'UNESCO à ne fournir aucune assistance au gouvernement portugais dans les domaines de l'éducation, de la science et de la culture, et à ne pas inviter le Portugal à participer aux activités de l'organisation; enfin, en 1968, la Résolution 9.12 fut adoptée, affirmant que les régimes coloniaux et toutes les formes de discrimination raciale constituaient

⁵ Rapport sur la mise en œuvre de la Décision 70 EX/14 concernant le Portugal, disponible sur <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000261764>, consulté le 23 avril 2024.

“une menace pour la paix et la sécurité internationales et un crime contre l’humanité”, et la Résolution 9.14 obligeait les États membres à suspendre toute coopération avec le Portugal dans le domaine de l’éducation, de la science et de la culture, tout en augmentant l’aide et l’assistance aux réfugiés africains des territoires encore sous domination portugaise.⁶ Dès les années 1970, à la suite des demandes d’aide formulées auprès de l’UNESCO par divers mouvements de libération, le Conseil exécutif approuva l’assistance aux réfugiés provenant des territoires coloniaux et attribua “une aide aux populations et organisations des régions des territoires libérés” (Santos, 2021, pp. 93-94).

Face aux résolutions constantes contre le Portugal, le gouvernement portugais exprima son mécontentement quant à l’orientation de l’UNESCO à l’encontre du Portugal. Le ministre des Affaires étrangères portugais, Rui Patrício, alléguant que l’organisation traitait des problèmes qui ne la concernaient pas, informa le directeur général de l’UNESCO que le Portugal avait décidé de se retirer de l’organisation. Le ministre portugais souligna le mécontentement du Portugal face à l’attribution de “fonds à des mouvements terroristes anti-portugais, sous prétexte d’aide à l’éducation dans de prétendues zones libérées de nos provinces ultramarines” (AHD, M. 114 A, Circulaire n° 1432). Le Portugal quitta officiellement l’organisation le 31 décembre 1972.

La révolution d’avril 1974 et la dimension internationale

Le 25 avril 1974, de manière “soudain et paradoxale” (Rezola, 2007, p. 25), l’État Nouveau fut renversé, pratiquement sans résistance. Sur le plan intérieur, le régime destitué fut démantelé : le gouvernement, l’Assemblée nationale, la Chambre corporative, la Direction générale de la Sécurité (DGS) et la Légion portugaise furent dissous, tandis que le pouvoir fut transféré à la Junte de Salut National.⁷

La Révolution du 25 avril 1974 et le processus de démocratisation “affectèrent non seulement la politique intérieure, mais aussi la politique extérieure portugaise” (Teixeira, 2004, p. 5), dont le principal défi fut le processus de décolonisation. Ce processus ne se déroula pas aussi rapidement que prévu : du 25 avril à juillet-septembre 1974, il y eut un affrontement entre différentes options de décolonisation (Telo, 2008, p. 147). Plusieurs conceptions idéologiques s’opposaient : la proposition de António de Spínola dans *Portugal et le Futur*⁸ continuait d’insister sur la théorie fédérative ; une deuxième, défendue par Ernesto Melo Antunes, visant à constituer “um axe neutraliste, non-aligné

⁶ Déclaration sur les principes fondamentaux concernant la promotion des droits de l’homme et la lutte contre le racisme, l’apartheid et l’incitation à la guerre, disponible sur <https://www.unesco.org/en/legal-affairs/declaration-fundamental-principles-concerning-contribution-mass-media-strengthening-peace-and>, consultée le 3 septembre 2024.

⁷ Concernant la période de l’État Nouveau Portugais, il est suggéré de lire les ouvrages suivants : Rosas, Fernando (1994), *Histoire du Portugal. Volumes VII. L’État Nouveau (1926-1974)*, Lisbonne, Círculo de Leitores ; Meneses, Filipe Ribeiro de (2010), *Salazar*, D. Quixote, Lisbonne.

⁸ Publiée en février 1974, dans laquelle Spínola proposait la création d’une fédération entre le Portugal et ses colonies, qui garantirait une certaine autonomie aux territoires coloniaux tout en restant liés au Portugal sur les plans politique, économique et culturel. Lectures suggérées : Spínola, António de (1974), *Portugal e o Futuro*, Lisbonne, Edições Arcádia ; Rodrigues, Luís Nuno (2010), *Spínola: Biografia*, Lisboa, Esfera dos Livres.

et tiers-mondiste” ; et enfin, une tendance pro-soviétique défendue par Vasco Gonçalves (Teixeira, 2004, p. 9). Les mouvements de libération n’acceptèrent toutefois pas le cessez-le-feu, “sans garanties préalables d’octroi de l’indépendance”.⁹

La promotion d’une décolonisation rapide de l’empire portugais, contrairement aux plans de Spínola, favorisée par le contexte international : la Détente¹⁰, la crise politique aux États-Unis et la montée en importance et en influence des pays d’Europe occidentale gouvernés par des partis affiliés à l’Internationale socialiste (Rodrigues, 2013, p. 99).

Le retard du gouvernement portugais à définir une voie claire pour la décolonisation commença à susciter des contestations au niveau international. Ainsi, le 3 mai 1974, l’Organisation de l’Unité Africaine (OUA)¹¹, adressa un message aux ambassades des États-Unis, du Royaume-Uni, de la France, de l’Allemagne et de l’Italie, demandant à ces pays, “alliés et amis du Portugal”, d’exercer toute leur influence afin de convaincre le gouvernement portugais d’accorder l’indépendance à l’Angola et au Mozambique, et de reconnaître sans délai l’indépendance de la Guinée-Bissau (N.A, 3 mai 1974). Le 9 mai 1974, l’ONU informa également le gouvernement portugais de l’importance d’engager des négociations avec les mouvements indépendantistes et de proclamer officiellement l’indépendance de ses colonies. Lors d’une visite dans la capitale portugaise, Hans Janitschek, a Consultant to the United Nations, transmit au président, António de Spínola, et au ministre des Affaires étrangères, Mário Soares, “l’inquiétude des représentants des nations africaines” représentées aux Nations Unies concernant l’autodétermination des territoires africains (Diário de Notícias, 12 mai 1974, p. 7). Selon l’organisation, “une négociation directe et immédiate avec les mouvements nationalistes” était nécessaire (Rodrigues, 2016, p. 115).

En Europe occidentale, dans les années 1970, un nombre significatif de pays était dirigé par des gouvernements socialistes, travaillistes ou sociaux-démocrates. Le 17 mai 1974, des représentants de ces différents partis politiques, principalement socialistes, se réunirent à La Haye¹² et reconnaitront que les récents développements au Portugal étaient “encourageants” et exprimèrent leur “confiance” dans le nouveau ministre des Affaires étrangères, Mário Soares. Cependant, ils ont souligné qu’il était encore nécessaire “d’exhorter le gouvernement portugais à accepter l’autodétermination et l’indépendance”. Parallèlement, des signes d’impatience apparaissaient en Europe : en mai 1974, le gouvernement travailliste, dirigé par Harold Wilson, souligna que le général Spínola avait pris trop de temps “pour organiser un gouvernement et entamer le processus de décolonisation” Quant au Premier ministre néerlandais, il déclara espérer que “le nouveau

⁹ À propos du Portugal et de la guerre coloniale, les lectures : Afonso, Aniceto e Carlos de Matos Gomes (2000), *Guerra Colonial*, Lisboa, Editorial Notícias; Pinto, António Costa (2001), *O Fim do Império Português. A Cena Internacional, a Guerra Colonial, e a Descolonização, 1961-1975*, Lisboa, Livros Horizonte

¹⁰ Les années 1970 ont été marquées par ce qu’on appelle la Détente, une réduction des tensions de la guerre froide entre les États-Unis et l’URSS ; par la fin du système de Bretton Woods annoncé par le président Richard Nixon en 1971, en vigueur depuis la fin de la Seconde Guerre mondiale, et aussi par les crises pétrolières de 1973 et 1979 qui ont secoué l’ensemble de l’économie mondiale.

¹¹ L’Organisation de l’unité africaine a été créée le 25 mai 1963 à Addis-Abeba. Elle a été remplacée par l’Union africaine le 9 juillet 2002.

¹² Des représentants des Pays-Bas, d’Allemagne, de Belgique, de Norvège, du Danemark, de Suisse, de Grande-Bretagne et du Portugal étaient présents, ainsi que du PAIGC.

gouvernement mette fin à la dépendance coloniale et entame des négociations avec les mouvements de libération” (N.A, 6 Mai 1974).

Enfin, avec la prise de fonction du II^e Gouvernement provisoire, dirigé par Vasco Gonçalves, la position portugaise sur la décolonisation fut clarifiée : la loi 7/74 fut promulguée, affirmant la reconnaissance par le Portugal du droit des peuples à l'autodétermination et à leur indépendance.¹³

Bien que la Révolution ait constitué une surprise pour les autres pays, y compris ceux qui entretenaient des liens diplomatiques avec le Portugal (Castáno, 2016, p. 127), la réalité est que “le monde des démocraties politiques pluralistes et d'autres pays considérés comme occidentaux, tels que l'Espagne et le Brésil, qui avaient encore des régimes dictatoriaux, reconnurent immédiatement la Junte de Salut National” (Ferreira, 2004, p. 143). Avec la reconnaissance formelle par le régime portugais du processus de décolonisation, les relations diplomatiques avec les autres pays ne rencontrèrent pas de grandes difficultés. Dans ce cadre, le ministre des Affaires étrangères, Mário Soares, joua un rôle central, entretenant des relations étroites avec de nombreuses capitales européennes (Telo, 2008, p. 159). Quelques jours après la Révolution, le 2 mai 1974, le ministre entreprit un voyage à travers l'Europe afin “d'expliquer aux chefs d'État européens l'importance des changements au Portugal” (Soares, 1976, p. 189), se montrant disponible pour dialoguer avec les gouvernements avec lesquels il avait des contacts : “gouvernements socialistes, sociaux-démocrates et travaillistes qui, à cette époque, étaient au pouvoir en Europe” (Soares, 1999, p. 324).

Entre juin et août 1974, des relations diplomatiques furent établies avec plusieurs pays, notamment la Roumanie, la Yougoslavie, l'URSS, la République démocratique allemande (RDA), la Bulgarie, ainsi qu'avec le Maroc, la Tchécoslovaquie, la Hongrie, la Pologne, la Tunisie et le Sénégal (Castáno, 2013, p. 185).

L'orientation générale de la politique étrangère portugaise tendit vers une option tiers-mondiste, en particulier entre 1974 et 1976. Durant cette période, le Portugal chercha à se rapprocher, d'une part, des nouveaux États africains de langue portugaise (PALOP), des pays dits non alignés, ainsi que des pays socialistes ou progressistes soutenant les mouvements de libération. Cette option tiers-mondiste, bien que transitoire, revêtit une importance particulière, notamment pour légitimer le processus de décolonisation.

Il convient de souligner que le ministre des Affaires étrangères, Mário Soares, n'a jamais été un partisan convaincu de l'option tiers-mondiste, qu'il considérait comme idéologiquement excessive et incompatible avec les intérêts stratégiques du Portugal à moyen terme. Soares accepta néanmoins le rapprochement avec les pays du Tiers Monde par nécessité politique, dans le contexte de la décolonisation, laquelle exigeait la reconnaissance des mouvements de libération africains et un certain alignement avec le discours anticolonial. Toutefois, il restait convaincu que l'avenir du Portugal devait s'inscrire dans une Europe démocratique et sociale-démocrate (Sebastião, 2014, pp. 224-232).

C'est en 1976, avec l'adoption de la Constitution et la formation du premier gouvernement constitutionnel, dirigé par Mário Soares en tant que Premier ministre, que l'orientation de la politique étrangère portugaise fut enfin clarifiée : le Portugal affirmait “sa condition de pays occidental, à la fois européen et atlantique” (Teixeira, 2010,

¹³ Loi 7/74, disponible sur <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/7-1974-279272>, consulté le 20 mars 2024.

p. 54). Sous la direction de Mário Soares, l'option tiers-mondiste fut définitivement abandonnée, les relations avec l'OTAN et les États-Unis furent réaffirmées, et l'intégration européenne devint une priorité. Le 28 mars 1977, le Portugal présenta officiellement sa candidature à l'adhésion à la Communauté économique européenne (CEE). Après plusieurs années de négociations et de préparatifs, le pays devint membre à part entière de la CEE le 1^{er} janvier 1986.¹⁴

Le rapprochement avec les Nations Unies et le retour à l'UNESCO (1974-1975)

L'une des priorités majeures de la nouvelle politique étrangère fut de consolider la coopération avec les organisations multilatérales et d'assurer l'intégration pleine et entière du Portugal au sein de la communauté internationale.

Dans le Programme du Mouvement des Forces Armées, présenté au pays le lendemain de la Révolution, la politique extérieure reposait sur plusieurs principes fondamentaux: le respect de "l'indépendance et de l'égalité entre les États", "la défense de la paix, en élargissant et diversifiant les relations internationales sur la base de l'amitié et de la coopération"; ainsi que le respect des engagements internationaux découlant des traités en vigueur.¹⁵ Par ailleurs, le Premier Gouvernement provisoire, installé le 16 mars 1974, soulignait dans son programme l'importance de la "participation et de la collaboration active avec l'ONU et, de manière générale, avec les organismes de coopération internationale"¹⁶

Mário Soares, ministre des Affaires étrangères de mai 1974 à mars 1975, joua un rôle fondamental non seulement dans le processus de décolonisation, mais également dans l'affirmation du nouveau Portugal sur la scène internationale. Il souligna notamment la nécessité de "privilégier les relations avec des pays avec lesquels nous avons de nombreux liens historiques, culturels, humains et économiques" (Soares, 1974, p. 43).

Le 18 juin 1974, lors d'une conférence de l'OTAN à Ottawa, Mário Soares dressa un bilan de la position du Portugal sous le régime précédent, qu'il qualifia "d'insoutenable, marquée par le déprestige et l'isolement international". Il rappela l'expulsion du pays des organismes de coopération internationale, "critiqué à juste titre, même au sein de l'Alliance atlantique", dont le Portugal était membre fondateur, créant un "consensus universel pour condamner la politique coloniale portugaise". Avec la démocratisation et le lancement du processus de décolonisation, l'objectif du gouvernement portugais devint dès lors de renverser cette situation, en établissant des relations avec les pays avec lesquels il n'avait pas encore de liens diplomatiques et avec les autres organismes internationaux (Soares, 1975, p. 46).

¹⁴ Concernant la question : Castro, F. (2010), *O Pedido de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias. Aspectos Político-Diplomáticos*, Lisboa, Principia; Pinto, A.C., & Teixeira, N.S. (ed.) (2017). *A Europeização da Democracia Portuguesa*. Instituto de Ciências Sociais; Sebastião, D. (2018). *Mário Soares e a Europa*. Principia.

¹⁵ Programme du Mouvement des Forces Armées, disponible sur <https://www.arquivo.presidencia.pt/details?id=7281>, consulté le 2 septembre 2024.

¹⁶ Programme du I Gouvernement Provisoire, disponible sur <https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-provisorios/gp01/programa-do-governo/programa-do-i-governo-provisorio.aspx>, consulté le 3 septembre 2024.

Le 13 septembre 1974, lors d'une conférence de presse au Palais des Necessidades, le ministre des Affaires étrangères, Mário Soares, rappela qu'au cours des années de l'État Novo, les relations avec les organisations internationales avaient été difficiles, les représentants portugais étant souvent contraints " d'appeler les diplomates étrangers et nos pays alliés à empêcher les votes contre le Portugal ". Il souligna que le pays n'entretenait aucune relation avec les pays arabes, les pays africains, les États socialistes et la plupart des pays du Tiers Monde. Par ailleurs, le Portugal se trouvait dans une situation extrêmement délicate vis-à-vis des organisations internationales en raison de sa position très complexe au sein des Nations Unies, subissant des attaques répétées de la part de l'Organisation de l'Unité Africaine (OUA). Dans tous les organismes spécialisés, où étaient fréquemment débattues des questions techniques et vitales telles que l'éducation, la santé, le travail ou la navigation aérienne, le Portugal se trouvait soit dans une situation " d'expulsion ou de renvoi ", soit contraint à pratiquer ce que le ministre qualifia de " diplomatie des couloirs ". Cette pratique consistait à se déplacer dans les couloirs des organisations internationales, à solliciter l'aide des diplomates étrangers pour éviter les attaques, ou à frapper aux portes des chancelleries des pays alliés afin de tenter d'empêcher les votes défavorables au Portugal. Selon Mário Soares, le pays rencontrait ainsi des difficultés dans presque tous les organismes internationaux spécialisés, à l'instar de l'UNESCO.

Avec la Révolution d'avril, le régime portugais souhaita " activer sa participation aux organismes internationaux ", et, dans le contexte de la démocratisation, le gouvernement adopta une position " radicalement anticolonialiste et anti-raciste " (Soares, 1974, pp. 8-35). Le Portugal, cessant de se concentrer exclusivement sur l'Afrique, définissait de nouvelles orientations en matière de politique extérieure qui, au niveau multilatéral, se traduisirent par le maintien et le renforcement de sa position au sein des organisations internationales, l'UNESCO constituant un exemple significatif de cette dynamique. Il est intéressant de souligner que ce processus débuta alors que le Portugal traversait encore une période d'instabilité politique et sociale, caractérisée par une bipolarisation politique : le camp pro-occidental défendait l'intégration européenne et la coopération avec les États-Unis, tandis que le camp pro-socialiste prônait le rapprochement avec l'URSS et les autres États du bloc de gauche.

Dès mai 1974, le Portugal manifesta son souhait de réintégrer l'UNESCO. Bien que l'Acte constitutif ne prévoie pas explicitement le retour d'un ancien État membre, le processus de réintégration du Portugal fut considéré comme " relativement simple ". Il fut alors décidé de charger l'ambassade du Portugal à Paris " de procéder à une enquête à ce sujet " (AHD, M. 411A, 3 mai 1974). Le 11 juin 1974, l'ambassade des États-Unis à Londres adressa une lettre au Secrétaire d'État à Washington, indiquant qu'il avait été demandé par la capitale portugaise de préciser le processus de réadmission du Portugal à l'UNESCO. Il fut rapidement confirmé que le Portugal, en tant qu'ancien membre, pouvait réintégrer l'organisation par une simple procédure administrative, sans qu'un nouveau vote ne soit nécessaire (N.A, 11 juin 1974).

Le 30 août 1974, le ministère des Affaires étrangères, représenté par Mário Soares, adressa une lettre au Directeur général de l'UNESCO, René Maheu, exprimant la volonté claire du Portugal de réintégrer l'organisation. Contrairement au régime précédent, le gouvernement portugais s'engageait à " respecter fidèlement toutes les stipulations

contenues dans la Constitution de l'UNESCO " (AHD, M. 411A, 30 août 1974). Conformément aux instructions reçues, le Portugal soumit l'instrument diplomatique de réadmission à l'UNESCO via le ministère des Affaires étrangères. En réponse, René Maheu informa James Callaghan, secrétaire d'État britannique, que l'adhésion du Portugal aurait des effets immédiats et exprima sa " grande satisfaction quant à l'adhésion du Portugal aux idéaux de l'organisation ". Selon les mots du Directeur général, " la coopération entre le Portugal et l'UNESCO serait mutuellement bénéfique " (AHD, M. 411A, 20 septembre 1974). Face à cette initiative, René Maheu adressa également un télégramme au ministre Mário Soares pour le féliciter du retour imminent du Portugal au sein de l'organisation (AHD, M. 411A, 30 septembre 1974).

Lors de la 29^e session de l'Assemblée générale des Nations Unies, tenue le 23 septembre 1974, le ministre des Affaires étrangères exprima sa satisfaction de représenter un Portugal renouvelé, affirmant l'ambition du pays de " participer pleinement à la vie internationale, en respectant et en collaborant avec toutes les recommandations des Nations Unies ", une démarche qui n'avait pu être réalisée pendant près de cinquante ans sous le régime de l'État Nouveau. Mário Soares invita par ailleurs les Nations Unies et leurs agences spécialisées à " soutenir la participation portugaise ", soulignant que " libéré des fardeaux de l'oppression intérieure et de la domination coloniale, le Portugal était désormais un pays libre et démocratique " (Soares, 1974, pp. 531).

Après son retour à l'UNESCO, le Portugal s'acquitta de l'ensemble des contributions dues à l'organisation au moment de son départ, soit un montant total de 169 123,50 \$, correspondant aux périodes 1969-1970 et 1971-1972 (AHD, M. 422, 6 mars 1975). Le retour officiel à l'organisation eut lieu en octobre 1974, lors de la dix-huitième Réunion Générale de l'UNESCO à Paris, où le Portugal fut représenté par le ministre de l'Éducation et de la Culture, Dr Magalhães Godinho. Au cours de cette conférence, le ministre insista sur l'importance pour le Portugal de " retrouver sa place légitime dans les assemblées internationales ", après le retrait volontaire décidé par le régime précédent (N.A, 18 octobre 1974).

Dans les premiers mois suivant son retour à l'UNESCO, les représentants portugais mirent l'accent sur les changements d'orientation politique interne et externe du pays. Lors de la séance plénière du 3 décembre 1974, Almeida Santos, ministre de la Coordination Interterritoriale, souligna que le Portugal " n'était plus le même pays qu'avant le 25 avril " et qu'il ne devait pas être pénalisé pour sa politique coloniale passée. Il rappela que le pays avait promu une " paix sans reproches ", avait engagé le processus de décolonisation de ses territoires et aspirait à retrouver sa position diplomatique. Le processus de décolonisation reposait sur quatre principes fondamentaux : la reconnaissance du droit à l'autodétermination et à l'indépendance, le refus de toutes les formes de racisme, la reconnaissance du rôle de l'ONU et la reconnaissance de l'universalité. Almeida Santos réaffirma la nécessité de renforcer le lien du Portugal avec l'UNESCO en envoyant des techniciens, des médecins, des enseignants et des ingénieurs, tout en poursuivant les programmes culturels déjà engagés (N.A, 4 décembre 1974).

Deux jours plus tard, lors d'une réunion tenue le 5 décembre, le Comité IV de l'UNESCO informa qu'une coopération avait été engagée avec le Portugal et se déclara prêt à offrir toute l'assistance nécessaire. Il fut souligné que le Portugal était passé d'un régime raciste et colonialiste à un régime acceptant et validant la décolonisation, ce qui

justifiait que les Nations Unies et leurs agences spécialisées le considèrent désormais comme un État membre à part entière (N.A, 6 décembre 1974).

À la fin de 1974, le gouvernement portugais dépêcha l'ingénieur Manuel Rocha au siège de l'UNESCO à Paris afin d'entamer les contacts nécessaires à la future création d'une Commission Nationale de l'UNESCO. Cependant, malgré l'établissement d'une Mission Permanente à Paris, la position portugaise vis-à-vis de l'organisation resta caractérisée par une certaine dispersion et atomisation des contacts avec le secrétariat de l'UNESCO (AHD, M. 411, 6 août 1977).

Enfin, le 30 juin 1975, le président de la République, Francisco da Costa Gomes, promulgua le décret-loi 329/75 établissant une Mission Permanente Portugaise à l'UNESCO, "avec le désir d'intensifier et d'améliorer les relations du Portugal avec l'organisation".¹⁷ La Mission permanente du Portugal comptait un ambassadeur permanent, un conseiller de l'ambassade, un conseiller culturel et/ou scientifique, un secrétaire, deux dactylographes, et un chauffeur.¹⁸

Le 23 septembre 1975, le ministre des Affaires étrangères, Ernesto Melo Antunes, dans une lettre adressée au directeur général de l'UNESCO, Amadou Mahtar M. Bow, informa que le gouvernement portugais avait décidé de nommer Maria de Lourdes Pintasilgo ambassadrice auprès de l'UNESCO (AMLPA, P0105.018, 23 septembre 1975).

Née à Abrantes, "la vie de Maria de Lourdes Pintasilgo s'étendait du Ribatejo aux capitales du monde et aux institutions internationales les plus prestigieuses, où sa contribution a été célébrée comme brillante" (Beltrão, 2007, p. 11). Toujours excellente élève, elle obtint son diplôme d'ingénieure chimiste à l'Instituto Superior Técnico (Lisbonne), où, guidée par les idéaux du catholicisme, elle se rapprocha de la Juventude Católica Feminina, qu'elle présida entre 1952 et 1956. En tant que présidente, et ayant fréquemment voyagé à l'étranger, elle possédait une capacité exceptionnelle en matière de dialogue et de maîtrise des langues étrangères. Elle occupa également des postes importants : avocate à la Chambre des sociétés (1969-1974) ; conseillère au Secrétariat d'État au Travail et à la Sécurité sociale (1970-1973) ; membre de la délégation portugaise à l'Assemblée générale des Nations Unies (1971-1972) ; et elle assuma les fonctions de Secrétaire d'État à la Sécurité sociale dans le 1er Gouvernement provisoire et de ministre des Affaires sociales dans les 2e et 3e Gouvernements provisoires (Souza, 2013). Connaissant bien Paris, où il avait vécu et qu'il visitait fréquemment, et parlant couramment le français, il se sentit parfaitement à l'aise avec le changement et avec l'idée d'assumer le rôle de chef de la délégation auprès de l'UNESCO.

Pour tirer pleinement parti de la participation du Portugal à l'organisation, un groupe de travail préparatoire de la future Commission nationale de l'UNESCO fut créé, chargé d'étudier l'expérience d'autres pays et de recueillir les informations nécessaires "pour proposer le modèle de constitution et de fonctionnement de la Commission nationale de l'UNESCO". Le groupe était composé de personnalités éminentes dans chaque domaine, parmi lesquelles Adérito Sedas Nunes (recherche), Manuel Fernandes Tomás (technologie), Teresa Santa Clara Gomes (éducation), entre autres (AHD, M. 414,

¹⁷ Décret-loi 329/75, disponible sur <https://diariodarepublica.pt/dr/home>, consulté le 3 mars 2024.

¹⁸ Ordonnance 411-A/75 du 2 juillet 1975, disponible sur <https://diariodarepublica.pt/dr/home>, consultée le 4 mars 2024.

17 décembre 1976). Dès le départ, les principaux objectifs de la Mission permanente ont été définis comme étant d'assurer le contact portugais avec d'autres cultures, tout en "affirmant sa propre identité", de contribuer à la création d'un nouvel ordre international à travers la participation à l'organisation et en "surmontant le conflit idéologique et en assurant la paix internationale", ainsi que de remplir le quota de cadres portugais à l'UNESCO en sélectionnant les plus compétents et, enfin, en participant aux réunions de l'organisation (AHD, M. 414, sans date).

En tant qu'État membre de l'UNESCO, la participation du Portugal a été active et compétente, dirigée par l'ambassadrice Maria de Lourdes Pintasilgo. Les contributions du Portugal lors de débats importants se sont distinguées, notamment lors de la XIXe Assemblée générale à Nairobi en 1976 et de la XXe Assemblée générale à Paris en 1978, où les délégations d'autres pays ont soutenu les critiques et suggestions présentées par le Portugal. On note également l'élection de Maria de Lourdes Pintasilgo au Conseil exécutif de l'organisation ; l'organisation d'une réunion de l'UNESCO en avril 1978 à la Fondation Gulbenkian à Lisbonne ; ainsi que la visite à Lisbonne en août 1977 du directeur général de l'UNESCO, Amadou Mahtar M'Bow, à l'invitation d'une délégation portugaise (Santos, 2021).

Conclusion

Le 25 avril 1974, qui permit l'instauration de la démocratie au Portugal, ouvrit la voie à un changement majeur de la politique étrangère portugaise et à la reconnaissance, par le nouveau régime, de l'importance fondamentale de la coopération multilatérale, illustrée par la volonté de collaborer activement avec les organisations internationales.

Depuis le Programme du Mouvement des Forces Armées jusqu'aux premiers gouvernements provisoires, le gouvernement portugais manifesta clairement son intention de respecter les traités en vigueur et de se rapprocher des Nations Unies ainsi que de leurs agences spécialisées.

La décolonisation entraîna une transformation profonde de la politique étrangère portugaise, marquée par l'établissement de relations diplomatiques avec des pays avec lesquels le Portugal n'entretenait auparavant aucun lien et, surtout, par le renforcement des relations avec des organisations internationales, dont beaucoup étaient jusque-là inaccessibles, à l'instar de l'UNESCO. Cette coopération ne devint possible qu'à la suite de la promulgation de la loi n° 7/74, par laquelle le gouvernement portugais reconnut le droit à l'autodétermination et à l'indépendance des territoires d'outre-mer.

La tentative de rapprochement avec l'UNESCO fut initiée dès mai 1974. La réadmission du Portugal dans l'organisation résulta de l'initiative du ministre des Affaires étrangères, Mário Soares, qui, malgré l'instabilité politique et l'absence d'une ligne claire en matière de politique extérieure, choisit de poursuivre le retour du pays au sein de cette organisation internationale, conscient de l'importance pour le Portugal de retrouver sa place sur la scène internationale. Mário Soares mena toutes les démarches nécessaires pour assurer un retour rapide à l'UNESCO, engageant des discussions avec le Directeur général de l'organisation. De son côté, l'UNESCO adopta une attitude très favorable envers le nouveau Portugal, permettant ainsi sa réintégration dès septembre 1974.

Animé de la volonté de collaborer activement avec l'organisation, le gouvernement portugais envoya, dès 1974, des représentants au siège de l'UNESCO à Paris afin de recueillir toutes les informations nécessaires à la création d'une Commission nationale de l'UNESCO. Une Mission permanente fut établie à Paris en 1975, avec Maria de Lourdes Pintasilgo comme ambassadrice. Cette Mission se concentra sur des priorités essentielles, telles que l'intervention et la participation active aux réunions de l'UNESCO, renforçant ainsi les objectifs de la nouvelle politique étrangère portugaise, désormais fondée sur la défense des idéaux de liberté, de démocratie et du droit à l'autodétermination de tous les peuples, en nette rupture avec la politique menée durant les années de l'État Nouveau.

Références bibliographiques

Archives

Arquivo Histórico Diplomático (AHD), Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal
Arquivo Maria de Lourdes Pintasilgo, Fundação Cuidar o Futuro, accessible à <https://www.arquivopintasilgo.pt/arquivopintasilgo/Site/default.aspx>
Nathional Archives (N.A), accessible à <https://www.archives.gov/>
UNESCO Digital Library accessible à <https://unesdoc.unesco.org/>

Publications de l'époque :

Soares, M. (1974). *Nova Política Externa Portuguesa*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros.
Soares, M. (1974). *O Novo Portugal e as Nações Unidas*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros.
Soares, M. (1975). *Democratização e Descolonização: Dez Meses no Governo Provisório*, Lisboa, Dom Quixote.
Soares, M. (1976). *A Europa Connosco*, Lisboa, Perspetivas e Realidades.
Soares, M. (1976). *Portugal que Revolução?* Lisboa, Perspetivas.

Livres et Articles

Beltrão, L., & Katton, B. (2007). *Uma História para o Futuro*. Maria de Lourdes Pintasilgo, Lisboa, Tribuna da História.
Bertrand, M. (2004). *O Essencial sobre a ONU*, Lisboa, Bizâncio.
Castão, D. (2016). "O processo de transição português e o seu contexto internacional" in Ana Maria Belchior & Alves, Nuno de Almeida (Eds.). *Dos Anos Quentes à Estabilidade Democrática: Memória e Ação Política no Portugal Democrático*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, pp. 127-140.
Castão, D. (2013). *Mário Soares e a Revolução*, Lisboa, Dom Quixote.

- Duedahl, P. (2016). *A History of UNESCO: Global Actions and Impacts*, Nova Iorque, Palgrave Macmillan.
- Ferreira, J. M. (2004). “O 25 de Abril no Contexto Internacional”, *Relações Internacionais*, n.º 2, pp. 143-158.
- Ferreira, J. M. (1993). *História de Portugal, Volume VIII, Portugal em Transe (1974-1978)*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Gaspar, C. (2000). “Organização das Nações Unidas (ONU)” in António Barreto & Maria Filomena Mónica (Coord.), *Dicionário de História de Portugal, Suplemento, Vol. VIII*. Lisboa, Livraria Figueirinhas, pp. 672-678.
- Kott, S. (2021). *Organiser Le Monde : Une Autre Histoire de La Guerre Froide*, Éditions du Seuil.
- Martins, F. (1996). “Organização das Nações Unidas” in Fernando Rosas e José Brandão de Brito (Dir.), *Dicionário de História do Estado*, Vol. II, Lisboa, Bertrand, pp. 701-703.
- Martins, F. (2015). “A crise da paz –Portugal e a Organização das Nações Unidas. Das origens à admissão (1945-1955)”, *Relações Internacionais*, n.º 47, pp. 39-73.
- Mazower, M. (2012). *Governing The World*, New York, The Penguin Press.
- Mazower, M. (1998). *Dark Continent. Europe's Twentieth Century*, New York, Vintage Books.
- Meneses, F. R. de (2009). *Salazar*, Lisboa, Dom Quixote.
- Oliveira, P. A. O. (2023). “Portugal no Mundo” in António da Costa Pinto & Nuno Gonçalo Monteiro (Org.), *História das Relações Internacionais Contemporâneas*, Lisboa, Editora Objetiva, pp. 159-206.
- Pereira, B. F. (2017). *Crepúsculo do Colonialismo. A Diplomacia do Estado Novo (1949-1961)*, Lisboa, Dom Quixote.
- Pinto, A. C. (2001). *O Fim do Império Português. A Cena Internacional, a Guerra Colonial e a Descolonização, 1961-1975*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Rezola, M. I. (2007). *25 de Abril. Mitos de uma Revolução*, Lisboa, Esfera dos Livros.
- Rodrigues, L. N. (2006). “Da criação da UNESCO à adesão de Portugal (1946-1965)”, *Relações Internacionais*, n.º 12, pp. 165-181.
- Rodrigues, L. N. (2013). “António de Spínola and the international context of Portuguese Decolonization”, *Luso-Brazilian Review*, Vol. 50, n.º 2, pp. 93-117
- Rodrigues, L. N. (2016). “A Organização das Nações Unidas e a descolonização portuguesa. Do 25 de abril à lei da descolonização” in Ana Maria Belchior & Nuno de Almeida Alves (Eds.). *Dos Aos Quentes à estabilidade democrática: Memória e ação Política no Portugal Democrático*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, pp. 113-125.
- Sá, T. M. de (2015). *Política Externa Portuguesa*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Santos, Aurora Almada e (2011). “A ONU e as resoluções da Assembleia Geral de Dezembro de 1960”, *Relações Internacionais*, n.º 30, pp. 61-69.
- Santos, R. V. dos (2021). “Relações diplomáticas entre Portugal e a UNESCO. A visita de Amadou-Matar M’Bow a Portugal em agosto de 1977”, *Revista Portuguesa de História*, n.º 52, pp. 263-286.
- Santos, R. V. dos (2021). “Portugal in UNESCO: From leaving in 1972 to returning as a member in 1974”, *Portuguese Journal of Social Science*, V. 20 pp. 87-105.

- Sebastião, D. (2014). “Mário Soares e a Europa : retaguarda e horizonte”, *Debater a Europa*, n.º 11, pp. 211-239.
- Souza, M. R. de (2013). “Maria de Lourdes Ruivo da Silva Matos Pintasilgo” in João Esteves e Zília Osório de Castro (Dir.), *Feminae, Dicionário Contemporâneo*, Lisboa, Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, pp. 587-594.
- Silva, A. E. D. (1995) “O Litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)”, *Análise Social*, Vol. XXX, pp. 5-50.
- Teixeira, N. S. (2004). “O 25 de Abril e a política externa portuguesa”, *Relações Internacionais*, n.º 1, pp. 5-12.
- Teixeira, N. S. (2010). “Breve Ensaio sobre a Política Externa Portuguesa”, *Relações Internacionais*, n.º 28, pp 51-60.
- Teixeira, N. S. (2023). “Democratização, do colonialismo tardio à integração europeia (1960-2010)” in António da Costa Pinto & Nuno Gonçalo Monteiro (Org), *História das Relações Internacionais Contemporâneas*, Lisboa, Editora Objetiva, pp. 207-240.
- Telo, A. J. (2008). “Portugal e o Mundo” in *História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à Atualidade*, Vol. II, Lisboa, Editorial Presença, pp. 147-209.
- Valderrama, F. (1995). *A History of UNESCO*, Paris, UNESCO.
- Valderrama, F. (1993). “La UNESCO: Origen y Evolucion”, *Nova Renascença*, Vol. 13, n.º 49/51, pp. 239-245.
- Weiss, T., & Wilkinson, R. (2018). *International Organization and Global Governance* (2.^a ed.) Routledge.

ENSAIO

ESSAY

Nas entrelinhas da medicina.
Cartas e a fabricação da eugenia luso-brasileira
(1920-1930)¹

Between the Lines of Medicine.
Letters and the Construction of
Luso-Brazilian Eugenics (1920-1930)

Daniel Florence Giesbrecht

Daniel Florence Giesbrecht

Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS20)

ORCID: 0000-0003-4142-6860

¹ Trabalho laureado com o 1.º lugar do Prêmio Joffre Marcondes de Rezende 2025, concedido pela Sociedade Brasileira de História da Medicina (SBHM) no XXIX Congresso Brasileiro de História da Medicina e no IX Congresso Pan-americano de História da Medicina, realizados na Academia Nacional de Medicina, Rio de Janeiro, 4-7 nov. 2025.

NAS ENTRELINHAS DA MEDICINA. CARTAS E A FABRICAÇÃO DA EUGENIA LUSO-BRASILEIRA (1920-1930)

Este estudo analisa correspondências inéditas entre Renato Kehl, médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e Antônio Mendes Correia, médico, antropólogo e catedrático da Universidade do Porto, realizando uma contribuição original para a história da medicina no Atlântico. Conservadas em arquivos no Brasil e em Portugal, as cartas são tratadas como dispositivos de prestígio, funcionando como tecnologias de governo da vida, formas de consagração científica e mediadores de circulação transatlântica. Para além de meros registros pessoais, revelam estratégias de legitimação e disputas por autoridade em um campo marcado por assimetrias coloniais. O intercâmbio ilumina a ambivalência da eugenia luso-brasileira, que combinava aconselhamento moral e projetos de exclusão velada, desafiando a narrativa da chamada “brandura latina” e oferecendo uma contribuição original à historiografia da medicina.

Palavras-chave: História da Medicina; Eugenia; Correspondência Científica; Biopolítica; Prestígio Científico.

BETWEEN THE LINES OF MEDICINE. LETTERS AND THE CONSTRUCTION OF LUSO-BRAZILIAN EUGENICS (1920-1930)

This study analyzes unpublished correspondence between Renato Kehl, physician graduated from the Rio de Janeiro Medical School, and Antônio Mendes Correia, physician, anthropologist and professor at the University of Porto, contributing originally to the history of medicine in the Atlantic world. Preserved in archives in Brazil and Portugal, the letters are examined as instruments of prestige, functioning as technologies of governing life, forms of scientific consecration, and mediators of transatlantic circulation. Beyond personal records, they reveal strategies of legitimation and disputes over authority within a field marked by colonial asymmetries. The exchange highlights the ambivalence of Luso-Brazilian eugenics, which combined moral counselling with covert exclusionary projects, challenging the historiographical notion of a “Latin mildness” and offering an original contribution to the historiography of medicine.

Keywords: History of Medicine; Eugenics; Scientific Correspondence; Biopolitics; Scientific Prestige.

ENTRE LES LIGNES DE LA MÉDECINE. LETTRES ET LA CONSTRUCTION DE L'EUGÉNISME LUSO-BRÉSILIEN (1920-1930)

Cette étude analyse la correspondance inédite entre Renato Kehl, médecin diplômé de la Faculté de Médecine de Rio de Janeiro, et Antônio Mendes Correia, médecin, anthropologiste et professeur à l'Université de Porto, apportant une contribution originale à l'histoire de la médecine dans le monde atlantique. Conservées dans des archives au Brésil et au Portugal, les lettres sont examinées comme des instruments de prestige, fonctionnant comme des technologies de gouvernement de la vie, des formes de consécration scientifique et des médiateurs de la circulation transatlantique. Au-delà de documents personnels, elles révèlent des stratégies de légitimation et des conflits d'autorité au sein d'un champ marqué par des asymétries coloniales. Cet échange souligne l'ambivalence de l'eugénisme luso-brésilien, qui alliait conseils moraux et projets d'exclusion dissimulés, remettant en cause la notion historiographique d'une « douceur latine » et proposant une contribution originale à l'historiographie de la médecine.

Mots-clés : Histoire de la Médecine; Eugénisme; Correspondance Scientifique; Politique biomédicale; Prestige Scientifique.

Intelectuais como Renato Ferraz Kehl (1889-1974) e António Mendes Correia (1888-1960) consolidaram a eugenia, nas primeiras décadas do século XX, como parte integrante da racionalidade médica, articulando-a a programas de higiene, saúde pública e pedagogia social. Forjada como projeto de regeneração nacional e ordenamento biopolítico, a “ciência de Galton” – como a eugenia ficou conhecida – inscreveu-se nas ansiedades de modernização que atravessavam Brasil e Portugal². Seu prestígio derivava tanto da autoridade das faculdades de medicina quanto da circulação internacional de doutrinas científicas, conformando um campo híbrido em que medicina, antropologia e política se entrelaçavam³.

Nesse horizonte, Kehl – médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e fundador da Sociedade Eugênica de São Paulo (1918) – e Mendes Correia – igualmente médico de formação, antropólogo e catedrático da Universidade do Porto, à frente da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (SPAEE) – destacam-se como figuras centrais. As correspondências que trocaram, preservadas em arquivos no Brasil e em Portugal, constituem fontes primárias até agora pouco exploradas. Elas não se limitavam a registrar uma interlocução científica; funcionavam também como dispositivos de prestígio, em que o envio de livros, elogios e convites operava como forma de autoridade e consagração mútua.

A análise deste corpus epistolar, em diálogo com periódicos científicos e obras de época, permite repensar a narrativa de uma “eugenia latina branda”⁴. À luz de Michel Foucault, as epístolas são compreendidas como tecnologia de governo da vida⁵; em Pierre Bourdieu, como capital simbólico e forma de inscrição do prestígio⁶; e, em Bruno Latour⁷, como mediadoras de redes que transbordam fronteiras nacionais. O intercâmbio revela uma lógica ambivalente, em que o aconselhamento moral coexistia com propostas de seleção rigorosa e exclusão encoberta, inserindo-se em disputas de prestígio que ecoavam hierarquias coloniais. A carta emerge, assim, transcendendo a função de registro para afirmar-se como operador de poder e artefacto performativo da ciência moderna.

² KEVLES, Daniel J. *In the name of eugenics. Genetics and the uses of human heredity*. Cambridge (MA): Harvard University Press, 1985; DIKÖTTER, Frank. Race culture. Recent perspectives on the history of eugenics. *American Historical Review*, v. 103, n. 2, 1998, pp. 467-478.

³ STEPAN, Nancy Leys. *The hour of eugenics*. Ithaca (NY): Cornell University Press, 1991; CLEMINSON, Richard. *Catholicism, race and empire. Eugenics in Portugal, 1900-1950*. Budapest: Central European University Press, 2014, pp. 69-87.

⁴ MENDES CORREIA, António. Carta a Renato Kehl. Rio de Janeiro, 11 maio 1922. Fundo Renato Kehl, Casa de Oswaldo Cruz; KEHL, Renato Ferraz. *Eugenia no Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia do Anuário do Brasil, 1930; TURDA, Marius; GILLETTE, Aaron. *Latin eugenics in comparative perspective*. London: Bloomsbury, 2014; CLEMINSON, Richard. Between Germanic and Latin eugenics: Portugal, 1930-1960. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 23, supl., 2016, pp. 73-91; WEGNER, Robert. “Eugénisme latin”, une construction de l’historiographie anglo-saxonne. In: TABET, Xavier; MARTINEZ, Florence; PELOILLE, Marie (eds.). *Fabriques latines de l’eugénisme: 1850-1930*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2024, pp. 176-177.

⁵ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

⁶ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

⁷ LATOUR, Bruno. *Reassembling the social. An introduction to actor-network-theory*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

Cartas como dispositivo de prestígio

As correspondências trocadas entre Renato Kehl e Antônio Mendes Correia revelam como a epístola médica funcionava como tecnologia de inscrição simbólica. Longe de se limitar a cumprimentos ou notícias editoriais, a carta operava como meio de consagração mútua, ampliando redes de reconhecimento e autoridade científica. Já em 1925, por exemplo, Mendes Correia lamentava a escassa repercussão de suas obras no Brasil, queixando-se de possuir “relações mais remuneradoras na Argentina”⁸. O gesto, além de uma mera confiança pessoal, evidencia a tentativa de mobilizar Kehl como mediador de sua entrada no mercado editorial brasileiro, numa rede que articulava interesses nacionais e expectativas pessoais.

A reciprocidade emergia no envio de livros, resenhas e elogios. Kehl remeteu seu recém-lançado livro *Bíblia da Saúde*, publicado em 1926, que foi celebrado por Correia como “obra de apostolado e vigor pedagógico”⁹. O elogio, porém, não ficou restrito à esfera privada: converteu-se em resenha publicada nos *Trabalhos da SPAE*, periódico da instituição comandada por Correia, inserindo o brasileiro no espaço acadêmico lusitano¹⁰. Tal prática confirma que o ato epistolar tinha função performativa, transformando a circulação de objetos – livros, artigos, pareceres – em capital simbólico¹¹. Nesse circuito, cada carta ultrapassava a intimidade dos interlocutores, projetando-os perante um público invisível de editores, leitores e instituições legitimadoras.

Esse jogo de consagrações evidencia que o arquivo epistolar não somente registra a história, mas a produz. Os *Annaes de Eugenia*, por exemplo, já assinalavam o esforço de Renato Kehl em ancorar o movimento brasileiro em tradições científicas europeias¹², enquanto os *Trabalhos da SPAE* consolidavam Mendes Correia como referência da antropologia médica portuguesa. Ao cruzar tais fontes, observa-se que a carta funcionava como mediador de redes transnacionais, operando num campo de poder assimétrico em que o prestígio europeu ainda ditava critérios de legitimação¹³. As epístolas, assim, inscrevem-se na genealogia da eugenia como artefactos performativos, em que os documentos têm um papel constitutivo, e não meramente reflexivo, sobre a ciência como prática social, biopolítica e relacional.

⁸ MENDES CORREIA, Antônio. Carta a Renato Kehl. Rio de Janeiro, 16 dez. 1925. Fundo Renato Kehl, Casa de Oswaldo Cruz.

⁹ MENDES CORREIA, Antônio. Carta a Renato Kehl. Rio de Janeiro, 12 jul. 1926. Fundo Renato Kehl, Casa de Oswaldo Cruz.

¹⁰ SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA. *Trabalhos da SPAE*, v. 3, fasc. 1. Porto: SPAE, 1926, pp. 81-82.

¹¹ BOURDIEU, *O poder simbólico...*, op. cit.

¹² SOCIEDADE EUGÊNICA DE SÃO PAULO. *Annaes de eugenia*. São Paulo: Revista do Brasil, 1919.

¹³ LATOUR, *Reassembling the social*, op. cit.; SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Renato Kehl e a eugenia no Brasil*. Guarapuava: Editora Unicentro, 2019; MATOS, Patrícia Ferraz de. *Anthropology, nationalism and colonialism. Mendes Correia and the Porto School of Anthropology*. New York: Berghahn Books, 2023.

Crítica ao modelo de “eugenia latina”

É justamente nesta dimensão social, biopolítica e relacional que a correspondência desautoriza a narrativa de uma “eugenia latina branda”. A historiografia – notadamente a de matriz anglo-americana – consolidou a ideia de uma “eugenia latina” marcada pela moderação, supostamente limitada a práticas preventivas, educativas e morais¹⁴. Essa classificação, ainda hoje reiterada, contrasta com as evidências encontradas nas correspondências entre Kehl e Mendes Correia e em publicações de época. No Brasil, o médico brasileiro defendia abertamente a necessidade de uma legislação matrimonial e chegou a propor medidas de esterilização em nome da saúde pública, como atestam seus textos no *Boletim de Eugenia*¹⁵. Em Portugal, Mendes Correia, no relatório oficial *O Problema Eugénico em Portugal* (1928), defendia medidas de higiene social e profilaxia matrimonial que, embora formuladas em sintonia com o discurso católico, apontavam para uma política de triagem biológica e de regulação da reprodução¹⁶.

As cartas revelam que tais práticas não se reduziam a conselhos inofensivos, mas operavam como formas de exclusão. Kehl insistia em que o Brasil se constituía num grande “laboratório etnológico”, capaz de oferecer ao mundo um modelo de eugenia aplicada às condições tropicais¹⁷. Mendes Correia, por sua vez, solicitava dados e fotografias sobre os “tipos humanos” brasileiros, reafirmando a “autoridade metropolitana” na definição dos critérios de classificação racial¹⁸. A epístola, nesse sentido, expõe a tensão entre colaboração e hierarquia, entre reconhecimento mútuo e subordinação colonial.

Ao situar esse intercâmbio no quadro mais amplo da circulação científica atlântica, percebe-se que a “brandura” atribuída à eugenia luso-brasileira é, em grande parte, um efeito de leitura historiográfica¹⁹. Os documentos comprovam a coexistência de aconselhamento moral com projetos de exclusão velada, de valorização da infância com propostas de esterilização compulsória. A suposta “suavidade latina” oculta uma biopolítica seletiva, que regulava chances de vida ao gerir casamentos, escolarização e saúde pública²⁰. As cartas entre Kehl e Correia, assim, iluminam o paradoxo de uma

¹⁴ STEPAN, *The hour of eugenics*, op. cit.; TURDA; GILLETTE, *Latin Eugenics*, op. cit.; CLEMINSON, “Between Germanic and Latin eugenics”, op. cit.

¹⁵ KEHL, Renato Ferraz. Esterilização para aperfeiçoamento humano. *Boletim de Eugenia*, v. 1, n. 12, 1929, pp. 4-5.

¹⁶ MENDES CORREIA, António. O problema eugénico em Portugal. In: CONGRESSO NACIONAL DE MEDICINA. *Actas*. Porto: Enciclopédia Portuguesa, 1928. pp. 1-8.

¹⁷ KEHL, Renato Ferraz. Carta a António Mendes Correia. Vila de Moncorvo, 27 jul. 1927. Centro de Memória, Fundo Santos Júnior.

¹⁸ MENDES CORREIA, António. Carta a Renato Kehl. Rio de Janeiro, 5 mar. 1926. Fundo Renato Kehl, Casa de Oswaldo Cruz.

¹⁹ WEGNER, “Eugénisme latin”, op. cit.

²⁰ GIESBRECHT, Daniel Florence. Eugenia e catolicismo no Brasil: um estudo a partir da produção intelectual católica do Rio de Janeiro nas décadas de 1920 e 1930. *Revista de História Regional*, 2024; SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Por uma nação eugénica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugénico brasileiro dos anos 1910 e 1920. *Revista Brasileira de História da Ciência*, v. 1, n. 2, 2008, pp. 150-153; SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

eugenia que, sob a capa da moralidade, reproduzia hierarquias e dispositivos de eliminação, constituindo-se como parte integrante da história da medicina no Atlântico.

Considerações finais

A análise da correspondência entre Renato Kehl e António Mendes Correia demonstra que a epístola deve ser lida menos como um registro privado e mais como uma tecnologia de prestígio, capaz de produzir autoridade e consolidar redes científicas transatlânticas. Os gestos de envio de livros, resenhas e convites funcionaram como moedas simbólicas que legitimaram posições no campo médico e eugênico, revelando a natureza performativa da correspondência científica na modernidade.

Ao mesmo tempo, os documentos desautorizam a narrativa de uma “eugenia latina branda”. Tanto no Brasil, com as propostas de esterilização e legislação matrimonial de Kehl, quanto em Portugal, com o relatório oficial de Mendes Correia sobre o problema eugênico, observam-se práticas de seleção e exclusão encobertas por retóricas morais e preventivas. A ambivalência entre aconselhamento e repressão expõe como a eugenia se consolidou como parte fundamental da história da medicina moderna, operando no limiar entre o cuidado e o controle.

Essa investigação reafirma o mérito da pesquisa em arquivo e do cruzamento crítico com a teoria social. O acesso a cartas inéditas, somado à análise de periódicos, monografias e relatórios oficiais, permite lançar nova luz sobre a constituição da eugenia como prática médica e biopolítica no Atlântico. A originalidade da abordagem reside em tratar a correspondência científica como dispositivo de prestígio, deslocando o olhar da simples narrativa de ideias para a compreensão das engrenagens relacionais que sustentaram a medicina e a saúde pública no período. Nesse sentido, o estudo não apenas contribui de forma inovadora para a história da medicina, mas também abre perspectivas para novas investigações sobre a circulação epistolar, os mecanismos de legitimação científica e as intersecções entre biopolítica, colonialidade e saúde.

Vasco Lourenço: um percurso paradigmático
do Golpe de Estado/da Revolução de
25 de Abril de 1974

Vasco Lourenço: a paradigmatic path
of the Coup d'Etat/Revolution
of April 25, 1974

João Paulo Avelás Nunes

João Paulo Avelás Nunes

Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

0000-0003-0419-9179

VASCO LOURENÇO: UM
PERCURSO PARADIGMÁTICO
DO GOLPE DE ESTADO/DA
REVOLUÇÃO DE 25 DE ABRIL
DE 1974

Visa-se neste ensaio biográfico antes de mais propor uma síntese acerca do papel desempenhado pelo hoje Coronel Vasco Lourenço e por diversos outros líderes do MFA no conjunto de processos de transformação política e social global ocorridos em Portugal – e nos territórios não autónomos até então tutelados por Lisboa – de 1973 (nas vésperas do que veio a ser o Golpe Militar/a Revolução do 25 de Abril de 1974) a 1986, ano de integração de Portugal na CEE. Procura-se, ainda, analisar tanto as escolhas que Vasco Lourenço e muitos dos seus camaradas do MFA procuraram concretizar como as opções que foram recusando.

Explicita-se alguma informação acerca do percurso pessoal, profissional e cívico de Vasco Lourenço de forma a contextualizar o seu envolvimento no processo que, em 1973, levou à criação do Movimento dos Capitães e, depois, à concretização do Golpe de Estado de 25 de Abril de 1974. Analisam-se as principais correntes político-ideológicas que se foram estruturando no seio do Movimento das Forças Armadas e os relacionamentos estabelecidos com outros protagonistas do processo revolucionário português (forças políticas e sindicais, Igreja e “ação católica”, Movimentos de Libertação de territórios não autónomos e representações diplomáticas). Identificam-se as implicações das opções feitas por Vasco Lourenço e por outros membros do Grupo dos Nove.

Palavras-chave Ditadura de tipo fascista e tendencialmente totalitária; Guerras coloniais; Oficial das Forças Armadas; Golpe de Estado/Revolução; Processo transicional.

VASCO LOURENÇO: A PARA-
DIGMATIC PATH OF THE
COUP D'ÉTAT/REVOLUTION
OF APRIL 25, 1974

The aim of this biographical essay is to provide a summary of the role played by today's Colonel Vasco Lourenço and several other MFA leaders in the set of processes of global political and social transformation that took place in Portugal – and in the non-autonomous territories previously under the tutelage of Lisbon – from 1973 (on the eve of what became the Military Coup/Revolution of April 25, 1974) to 1986, the year of Portugal's integration into the EEC. It also seeks to analyze both the choices that Vasco Lourenço and many of his MFA comrades sought to make and the options they rejected.

Some information about Vasco Lourenço's personal, professional, and civic journey is provided to contextualize his involvement in the process that, in 1973, led to the creation of the Captains' Movement and, later, the coup d'état of April 25, 1974. The main political and ideological currents that emerged within the Armed Forces Movement and the relationships established with other protagonists of the Portuguese revolutionary process (political and union forces, the Church and “Catholic Action,” the Liberation Movements of non-autonomous territories, and diplomatic representations) are analyzed. The implications of the choices made by Vasco Lourenço and other members of the Group of Nine are identified.

Keywords: Fascist and tendentially totalitarian dictatorship; Colonial Wars; Armed Forces Officer; Coup d'état/Revolution; Transitional process.

VASCO LOURENÇO : UN
PARCOURS PARADIGMATI-
QUE DU COUP D'ÉTAT / DE
LA RÉVOLUTION DU 25
AVRIL 1974

Cet essai biographique vise avant tout à proposer une synthèse du rôle joué par celui qui est aujourd'hui le colonel Vasco Lourenço, ainsi que par plusieurs autres dirigeants du MFA, dans l'ensemble des processus de transformation politique et sociale globale survenus au Portugal – et dans les territoires non autonomes alors placés sous la tutelle de Lisbonne – entre 1973 (à la veille de ce qui allait devenir le coup d'État militaire / la Révolution du 25 avril 1974) et 1986, année de l'intégration du Portugal dans la CEE. Il s'agit également d'analyser tant les choix que Vasco Lourenço et nombre de ses camarades du MFA ont cherché à concrétiser que les options qu'ils ont écartées.

Certaines informations relatives au parcours personnel, professionnel et civique de Vasco Lourenço sont explicitées afin de contextualiser son implication dans le processus qui conduisit, en 1973, à la création du Mouvement des Capitaines, puis à la réalisation du coup d'État du 25 avril 1974. Les principales tendances politico-idéologiques qui se sont structurées au sein du Mouvement des Forces Armées sont analysées, ainsi que les corrélations établies avec d'autres protagonistes du processus révolutionnaire portugais (forces politiques et syndicales, Église et « action catholique », mouvements de libération des territoires non autonomes et représentations diplomatiques). Les implications des choix effectués par Vasco Lourenço et par d'autres membres du Groupe des Neuf sont également identifiées.

Mots-clés : Dictature de type fasciste et à tendance totalitaire; Guerres coloniales; Officier des Forces armées; Coup d'État / Révolution; Processus de transition.

Introdução

Nascido em 1942, Vasco Lourenço é hoje Coronel do Exército na Reserva e Presidente da Direção da Associação 25 de Abril. Entre estes dois pontos, passou de jovem Oficial de Infantaria do Exército a membro do Movimento dos Capitães e a membro do Movimento das Forças Armadas (MFA), a membro do Conselho de Estado e do Conselho dos Vinte, a membro do Conselho da Revolução e do Grupo dos Nove, a Comandante da Região Militar de Lisboa e Governador Militar de Lisboa, a Oficial das Forças Armadas próximo do Partido Socialista e integrante da liderança de todo processo que acabou por assegurar o derrube do Estado Novo e a consolidação de um regime democrático em Portugal. Tendo passado à situação de Reserva Militar desde 20 de Abril de 1988, fora antes um dos fundadores da Associação 25 de Abril (criada em 1982).

O presente ensaio biográfico, mau grado o facto de não se tratar de uma biografia propriamente dita, visa, quer lembrar informação sobre o percurso de vida de Vasco Lourenço até ao momento, quer ensaiar um esforço de contextualização e de comparação da referida factualidade individual e colectiva. Parte-se da hipótese de que as circunstâncias e as escolhas, os valores e os interesses, os ideários e as práticas de Vasco Lourenço ilustram, em grande parte, a intervenção e os contextos de muitos dos – embora não de todos os – militares de carreira portugueses que, tendo tido formação nos contextos do Estado Novo português e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN ou NATO), combateram nas guerras coloniais e protagonizaram o Golpe de Estado/ a Revolução de 25 de Abril de 1974.

Salienta-se, ainda, que, quando se cita o contexto de referência do percurso de vida de Vasco Lourenço, remetemos para diversos âmbitos significativos, nomeadamente, as escalas local/regional e nacional de Portugal; a relação com os territórios não autónomos e com Espanha, a relação com os EUA e com outros países do Bloco Ocidental, a relação com a URSS e com outros países do Bloco Soviético, a relação com a China e com a Jugoslávia. Invocamos, também, as correlações de um militar de carreira com diversos círculos civis mais ou menos próximos de partidos políticos e da Igreja/da “ação católica”, de sindicatos e de associações empresariais, de clubes desportivos e de outras associações. Assumidamente, o presente texto foi construído como narrativa de natureza mista. Por um lado, enquanto discurso cívico ou ideológico, procura homenagear todos aqueles que – no seguimento de outros que resistiram e se opuseram à Ditadura Militar e ao Estado Novo – arriscaram derrubar a ditadura vigente e reposicionar Portugal no sistema de relações internacionais, terminar as três guerras coloniais em curso e promover maior desenvolvimento social global no nosso país. Por outro lado, tenta qualificar essa abordagem cívica por intermédio da cooptação crítica de resultados de investigação e de produção historiográfica entretanto já realizada por outros estudiosos acerca da temática em apreço. De entre os indivíduos que se atreveram, em Abril de 1974, a derrubar a ditadura então liderada por Marcelo Caetano, opto conscientemente por destacar, ao escolher o percurso do Coronel Vasco Lourenço, o segmento maioritário dos que foram construindo um caminho que hoje encaro como sendo o mais positivo. Refiro-me a um país com um regime democrático e promotor do multilateralismo, ao fomento do desenvolvimento integrado e sustentável, ao combate à pobreza e à redução das desigualdades, ao combate às modalidades de discriminação e a uma governança cuidadosa da multiculturalidade.

1. Dados biográficos e cronológicos

Filho de pequenos comerciantes de Lousa, concelho de Castelo Branco, Vasco Correia Lourenço nasceu no dia 19 de Junho de 1942, ano de viragem dos equilíbrios estratégicos definidores da Segunda Guerra Mundial. Por vontade própria do regime ditatorial chefiado por António de Oliveira Salazar e em resultado de escolhas feitas tanto pelos Aliados (Reino Unido e EUA sobretudo) como pela Alemanha – na configuração temporária de Terceiro Reich –, Portugal manteve o estatuto de país neutro, concretizando uma neutralidade flutuante. Em 1949 tornou-se um dos Estados fundadores da NATO. Terminado o Ensino Lical em Castelo Branco, Vasco Lourenço ingressou na Academia Militar (em Lisboa) em 1960, na Arma de Infantaria do Exército.

Licenciado em Ciências Militares/Infantaria, foi promovido a Alferes em 1964, a Tenente em 1966 e a Capitão em 1968. Face à recusa do Estado Novo quer de evoluir para um regime democrático quer de reconhecer e de negociar o modo de concretização do direito à autodeterminação e à independência das populações de Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Macau e Timor-Leste, Vasco Lourenço comandou, entre 1969 e 1971, uma Companhia de Caçadores na guerra colonial que decorria na Guiné-Bissau. Situações de guerra colonial envolvendo populações de territórios não autónomos tutelados por Portugal ocorriam, também, em Angola e em Moçambique. Por pertencer ao e ter coordenado a primeira reunião do Movimento dos Capitães – realizada a 9 de Setembro de 1973, em Alcáçovas –, no dia 15 de Março de 1974 Vasco Lourenço foi transferido compulsivamente para Ponta Delgada (Ilha de S. Miguel, Açores). Só regressou a Lisboa no fim do dia 25 de Abril de 1974. Em sua substituição, o Capitão Otelio Saraiva de Carvalho passou a desempenhar a função de responsável operacional pelo que veio a ser o Golpe de Estado e a Revolução de 25 de Abril de 1974. Integrou, entretanto, a Comissão Coordenadora do Movimento dos Capitães e a Comissão Coordenadora do MFA. Foi o Porta-Voz da Assembleia do MFA. Participou no processo de decisão que levou o MFA a instituir quer a Junta de Salvação Nacional (JSN, em funções de 26 de Abril de 1974 a 16 de Maio de 1974 e, sem competências executivas, desse dia a 11 de Março de 1975) quer os Governos Provisórios (existentes de 16 de Maio de 1974 a 23 de Julho de 1976).

Tendo por principal objectivo assegurar, internamente e junto de outros países, o «reforço da legitimidade institucional do poder político emergente depois da vitória do Golpe de Estado/da Revolução de 25 de Abril de 1974»¹, a Junta de Salvação Nacional (JSN) teve como Presidente o General António de Spínola. Foi, ainda, composta pelo General Francisco da Costa Gomes e pelo Brigadeiro Jaime Silvério Marques, pelo Capitão de Mar e Guerra José Baptista Pinheiro de Azevedo e pelo Capitão de Fragata António Alva Rosa Coutinho, pelo General Manuel Diogo Neto e pelo Coronel Carlos Galvão de Melo.

¹ Parte-se do pressuposto de que a iniciativa que derrubou o Estado Novo começou por ser uma Golpe de Estado, planeado e concretizado pelo Movimento dos Capitães – depois Movimento das Forças Armadas – para, logo no dia 25 de Abril de 1974, evoluir para uma Revolução, decorrente de ampla participação popular e do envolvimento de diversas forças políticas, sindicais, etc.

No seguimento de tensão crescente entre a JSN e o MFA, com destaque para as tentativas de Golpe de Estado de 28 de Setembro de 1974 e de 11 de Março de 1975 – de direita e de extrema-direita, reacionárias e/ou contra-revolucionárias –, lideradas pelo General António de Spínola, nesse mesmo dia 11 de Março de 1975 a Assembleia do MFA extinguiu a JSN e o Conselho de Estado. A 14 de Março de 1975, a Assembleia do MFA instituiu o Conselho da Revolução, o qual se manteve em funções até 30 de Setembro de 1982. Por intermédio da Lei Constitucional nº 1/82, a Assembleia da República extinguiu então o Conselho da Revolução, substituindo-o tanto pelo Tribunal Constitucional como pelo Conselho de Estado.

Simplificando uma realidade certamente mais complexa, é possível considerar que, entre 11 de Março de 1975 e 25 de Novembro de 1974, o nosso país viveu a etapa designada como Processo Revolucionário em Curso (PREC). Tanto ou mais do que um período de intensificação do esforço de desmantelamento da legislação e das estruturas de repressão, controlo e enquadramento associadas ao Estado Novo; de atenuação de vectores inequívocos de atraso, desigualdade e discriminação, tratou-se de uma etapa de presença simultânea – por vezes conflitual – de diferentes estratégias de consolidação de projetos de regime político e de sociedade alternativos.

Vasco Lourenço voltou a integrar a delegação do MFA que negociou com as forças partidárias mais influentes o I Pacto MFA-Partidos (assinado a 11 de Abril de 1975). Num momento de forte radicalização à extrema-esquerda – mas, também, à extrema-direita –, terão pretendido aqueles militares de esquerda e de centro-esquerda quase exclusivamente garantir a realização, no dia 25 de Abril de 1975, das primeiras eleições verdadeiramente livres e democráticas da história de Portugal. Para além da escolha da Assembleia que iria elaborar a nova Constituição, conseguir-se-ia, dessa forma, estabelecer um pilar de legitimidade democrática para memória futura, assim como se passaria a conhecer o efetivo apoio popular dispensado a cada um dos partidos políticos legalizados. Realizadas no dia 25 de Abril de 1975, as eleições para a Assembleia Constituinte decorreram sem incidentes de monta e seguiram-se a um período de campanha eleitoral no essencial livre e equilibrado, basearam-se nos pressupostos do direito de voto universal (para mulheres e para homens) e da representação tendencialmente proporcional. Votaram 91,7% dos cidadãos recenseados. Elegeram deputados constituintes o Partido Socialista (PS), liderado por Mário Soares, que obteve 37,9% dos votos; o Partido Popular Democrático (PPD), de Francisco Sá Carneiro, com 26,4%; o Partido Comunista Português (PCP), de Álvaro Cunhal, com 12,5%; o Centro Democrático e Social (CDS), de Diogo Freitas do Amaral, com 7,6%; o Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral (MDP/CDE), de Francisco Pereira de Moura, com 4,1%.

Pouco depois, a 7 de Agosto de 1975, Vasco Lourenço é um dos nove primeiros subscritores – todos membros do Conselho da Revolução – do “Documento dos Nove”, manifesto fundador do Grupo dos Nove. Em alternativa ao manifesto “Aliança Povo/MFA” (onde se explicitou a posição do PCP) e ao documento “Autocrítica revolucionária do COPCON/Proposta de trabalho para um programa político” (ou “Documento COPCON”, assumido pelos Partido Revolucionário do Proletariado/Brigadas Revolucionárias (PRP/BR), União Democrática Popular (UDP) e Movimento de Esquerda Socialista (MES)), o “Documento dos Nove”, apoiado por mais de 75% dos Oficiais das Forças Armadas, defendia quer a diminuição do envolvimento político-partidário do

MFA quer a opção por um regime democrático, pela continuidade da ligação à NATO e pelo estabelecimento de relações diplomáticas com todos os países, por uma governação keynesiana de uma economia capitalista crescentemente desenvolvida.

No âmbito da estratégia de contenção dos extremos advogada pelo Grupo dos Nove, Vasco Lourenço foi nomeado Comandante da Região Militar de Lisboa. Sob a sua coordenação, António Ramalho Eanes preparou uma ação militar de resposta a uma eventual e provável tentativa de Golpe de Estado de extrema-esquerda (a protagonizar pelo PCP e/ou por Otelo Saraiva de Carvalho com o envolvimento do PRP/BR e da UDP). O 25 de Novembro de 1975 terá decorrido da concretização de um tal cenário. Nomeadamente a intervenção de Ernesto Melo Antunes e de Vasco Lourenço (pelo Grupo dos Nove), de Francisco da Costa Gomes (Presidente da República), de António Ramalho Eanes e de Jaime Neves (ligados ao Grupo dos Nove), de Álvaro Cunhal e de Jaime Serra (pelo PCP), de Otelo Saraiva de Carvalho, evitaram, por um lado, tanto o reforço do poder de sectores de extrema-esquerda no centro-sul e no sul de Portugal continental como a eclosão de uma guerra civil; por outro lado, o desencadear de violência militar por parte de sectores de direita e de extrema-direita, bem como a ilegalização de organizações como o PCP, a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP-Intersindical Nacional), o PRP/BR e a UDP.

Uma vez mais com a participação de Vasco Lourenço, no dia 26 de Fevereiro de 1976 foi assinado o II Pacto MFA-Partidos. Depois das eleições para a Assembleia Constituinte (a 25 de Abril de 1975), do 25 de Novembro de 1975 e aproximando-se o momento de conclusão do processo de elaboração da nova Constituição, ficou estabelecido que o Presidente da República seria eleito diretamente, não por intermédio de um colégio eleitoral composto por Deputados à Assembleia da República, representantes do MFA e líderes de “organizações populares”. Acordou-se, igualmente, extinguir a Assembleia do MFA como órgão de soberania. Exceção feita ao Conselho da Revolução, a legitimidade democrática passou a prevalecer sobre a legitimidade revolucionária.

Ainda sob a influência reguladora do Grupo dos Nove – Vasco Lourenço incluído –, no dia 2 de Abril de 1976 a Assembleia Constituinte aprovou, por maioria, a Constituição da República Portuguesa, misto de texto constitucional democrático, dos ideários fundadores do Golpe de Estado/da Revolução de 25 de Abril de 1974 e de legitimação/consagração das transformações introduzidas durante o PREC. A 25 de Abril de 1976, já na vigência da nova Constituição, pela primeira vez na história de Portugal decorreu a eleição democrática de uma Assembleia da República. O PS alcançou 34,88% dos votos expressos e 107 deputados, o PPD 24,35% dos sufrágios e 73 deputados, o CDS com 16% dos votos e 42 deputados, o PCP com 14,39% dos sufrágios e 40 deputados, a UDP com 1,68% e um deputado. A abstenção fixou-se nos 16,47%. No dia 23 de Julho de 1976 tomou posse o I Governo Constitucional, liderado por Mário Soares, Secretário-Geral do PS.

O mesmo sucedeu, a 27 de Junho de 1976, com as eleições para a função de Presidente da República, pela primeira vez escolhido através de sufrágio direto e universal. António Ramalho Eanes (General e ex-Chefe de Estado-Maior do Exército no seguimento do 25 de Novembro de 1975, defensor de um regime democrático) obteve 61,59% dos votos expressos, Otelo Saraiva de Carvalho (Oficial do Exército afastado da liderança do MFA depois do 25 de Novembro de 1975, defensor de uma “democracia popular e

direta”) alcançou 16,46% dos votos, José Pinheiro de Azevedo (Almirante, ex-membro da Junta de Salvação Nacional e ex-Primeiro Ministro do VI Governo Provisório, defensor de um regime democrático) 14,37% e Octávio Pato (dirigente do PCP, defensor de uma “democracia socialista”) obteve 7,59% dos sufrágios.

No dia 27 de Junho de 1976 ocorreram as primeiras eleições para as Assembleias Regionais das recém-instituídas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, em ambos os casos com vitórias do PPD. A 12 de Dezembro de 1976 verificaram-se, também, as primeiras eleições democráticas para as Câmaras Municipais, as Assembleias Municipais e as Assembleias/Juntas de Freguesia. Os partidos políticos com maior representação autárquica foram, num primeiro patamar, o PS com 33,24% dos votos expressos (115 Presidentes de Câmara Municipal e 691 Vereadores) e o PPD com 24,27% dos escrutínios (115 Presidentes de Câmara Municipal e 624 Vereadores). Num segundo nível, o PCP com 17,69% dos votos (37 Presidentes de Câmara Municipal e 268 Vereadores) e o CDS com 16,61% escrutínios (36 Presidentes de Câmara Municipal e 317 Vereadores).

Entretanto, em Agosto de 1976 Vasco Lourenço fora nomeado Governador Militar de Lisboa e graduado como General. Depois da extinção do Conselho da Revolução, em 1982, regressa ao desempenho de tarefas estritamente militares no âmbito do Exército, com a patente de Major. Solicita e obtém em 1987 a passagem à situação de Reserva Militar, o que acontece em 1988 com o posto de Tenente-Coronel. Em 1999 é promovido a Coronel, atendendo à importância e ao sentido da sua intervenção enquanto membro da liderança do Movimento dos Capitães, do Movimento das Forças Armadas e do Grupo dos Nove. Na qualidade de Presidente da Direção da Associação 25 de Abril tem ainda desempenhado um papel relevante tanto na dinamização de iniciativas comemorativas do processo desencadeado pelo Golpe de Estado de 25 de Abril de 1974 como no debate cívico acerca das características e resultados do Golpe de Estado/da Revolução de 25 de Abril de 1974, do PREC e da estruturação/consolidação do regime democrático.

Em simultâneo com a evolução ocorrida na “Metrópole” (“Continente” e “Ilhas Adjacentes”), a atuação político-militar de Vasco Lourenço no período que decorreu entre Abril de 1974 e o final da década de setenta foi, também, influenciada pela situação vivida nos territórios não autónomos. E, tanto ou mais do que o que se passou em Portugal, o que ocorreu em Cabo Verde e na Guiné-Bissau, em Angola e em São Tomé e Príncipe, em Moçambique, em Macau e em Timor-Leste foi condicionado pelas iniciativas das respectivas populações (colonos, ex-“assimilados” e ex-“indígenas”; partidos políticos/milícias e outras organizações), pelas estratégias dos países vizinhos, pelos debates ocorridos na Organização das Nações Unidas (ONU), pelo fenómeno global da Guerra Fria.

Inversamente às opções assumidas pelo Reino Unido e pela França, pela Holanda e pela Bélgica, mau grado as diretrizes por vezes esboçadas pelos EUA, entre meados da década de 1950 e os primeiros meses de 1974 o Estado Novo recusou preparar e negociar a autodeterminação e a eventual independência dos territórios não autónomos até então tutelados por Portugal. No seguimento dessa escolha, acabaram por eclodir guerras coloniais mais ou menos disruptivas em Angola – desde 1961, envolvendo a União das Populações de Angola (UPA)/a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e, a partir de 1966, a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) –, na Guiné-Bissau (desde

1963, envolvendo o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)) e em Moçambique (desde 1964, envolvendo a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)).

Imediatamente após o 25 de Abril de 1974, o MFA advogou a democratização de Portugal, o fim do esforço de guerra e o estabelecimento de acordos com os Movimentos de Libertação reconhecidos pela ONU tendo por objetivo a independência dos novos países. Liderada pelo General António de Spínola, a JSN procurou alcançar tanto a reprodução do dispositivo militar nos territórios não autónomos como uma transição para um regime demoliberal com vetores de autoritarismo e a negociação de uma “Federação Pluricontinental”. Face à evolução dos equilíbrios de forças em Portugal, nos territórios não autónomos e no plano internacional, prevaleceu a estratégia defendida pelo MFA. Uma vez que, na Guiné-Bissau e mesmo na perspectiva do Estado colonizador, a situação militar se havia degradado mais rapidamente, o PAIGC declarou unilateralmente a independência a 24 de Setembro de 1973. No dia 10 de Setembro de 1974, Portugal – o II Governo Provisório, a JSN, o Conselho de Estado e o Presidente da República – reconhece formalmente a existência da República da Guiné-Bissau, a qual adopta o modelo de ditadura de partido único de tipo estalinista. A 14 de Novembro de 1980, um Golpe de Estado chefiado por João Bernardo Vieira interrompe o processo de fusão com a República de Cabo Verde. Mau grado a evolução para um regime democrático e para uma economia capitalista a partir de 1991-1994, o país tornou-se um dos mais pobres Estados de África.

No que concerne ao Arquipélago de Cabo Verde, as dúvidas sobre o reconhecimento da independência ou a atribuição de um estatuto de Região Autónoma (à semelhança do ocorrido nos Açores e na Madeira) foram partilhadas por segmentos mais amplos do sistema político português mesmo depois do Golpe de Estado/da Revolução de 25 de Abril de 1974. Apesar de tudo, no dia 19 de Dezembro de 1974 o Governo português e o PAIGC reconhecem em conjunto o “direito do Povo de Cabo Verde à autodeterminação e à independência”. O período transitório termina em 5 de Julho de 1975, tendo o novo Estado assumido o modelo de ditadura de partido único de tipo estalinista. Nos anos de 1990 e 1991 verifica-se a passagem para um regime democrático e para uma economia capitalista com um embrião de “Estado-Providência”.

Quanto a São Tomé e Príncipe, a oposição organizada ao colonialismo português e às implicações sociais da “economia de plantação” foi protagonizada, a partir do 1972, no seguimento de outras iniciativas e organizações, pelo Movimento para a Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP). Entre 21 de Dezembro de 1974 e 12 Julho de 1975 ocorreu o processo de reconhecimento da independência. O novo Estado assumiu o modelo de ditadura de partido único de tipo estalinista, a qual vigorou até 1985. Nos anos de 1985 e 1990 verificou-se a passagem para um regime democrático e para uma economia capitalista. Apesar dessa evolução, o país tornou-se um dos mais pobres Estados de África. Provavelmente em resultado da respectiva diversidade étnica, dimensão territorial e potencialidades económicas, Angola tinha, nas vésperas do 25 de Abril de 1974, para além de várias outras organizações de cariz político, três Movimentos de Libertação: a FNLA, pró-EUA; o MPLA, pró-URSS; a UNITA, pró-China e pró-EUA. Entre 15 de Janeiro e 11 de Novembro de 1975, um processo de independência multipartidário transformou-se na criação de um Estado com ditadura de partido único de tipo estalinista e com uma

muito longa guerra civil (de Fevereiro de 1975 a Agosto de 2002), também marcada por forte intervenção externa. A partir de 1991, Angola passou a ter uma economia capitalista e, até agora apenas nominalmente, um regime democrático.

Moçambique talvez tenha sido o território não autónomo tutelado por Portugal onde mais próximo se terá estado da concretização de uma transição para uma “independência branca”, com um modelo de *apartheid* semelhante ao que vigorava na República da África do Sul e na República da Rodésia. Mau grado essa hipótese, a 7 de Setembro de 1974 Portugal e a FRELIMO assinaram um Acordo de Cessar Fogo e a independência é formalmente reconhecida no dia 25 de Junho de 1975. Foi adoptado o modelo de ditadura de partido único de tipo estalinista, do qual acabou por resultar uma longa guerra civil (1977-1992), também marcada por intervenção externa. A partir de 4 de Outubro de 1992, Moçambique passou a ter uma economia capitalista e, até agora apenas nominalmente, um regime democrático.

Eventualmente encarada mais como um protetorado do que como uma colónia pelo Estado português ao longo do século XX, a cidade de Macau só foi reintegrada na soberania chinesa a 20 de Dezembro de 1999. De 1974/1975 a 1986/1987, a República Popular da China preferiu manter a situação estabelecida a partir de Dezembro de 1966/Janeiro de 1967 (durante a Revolução Cultural chefiada por Mao Tse-tung), negociando, em paralelo com Hong Kong, uma “transferência harmoniosa de soberania”. Sob a liderança de Deng Xiaoping, a 13 de Abril de 1987 foi assinada a Declaração Conjunta Sino-Portuguesa sobre a Questão de Macau, da qual decorria que Macau, “território chinês sob administração portuguesa”, seria devolvida à China no final de 1999, assumindo a partir de então e até 2049 o estatuto de Região Administrativa Especial.

Situado no extremo oriental da Ilha de Timor (entre a Indonésia e a Austrália), o território não autónomo de Timor-Leste assistiu, já depois do Golpe de Estado/da Revolução de 25 de Abril de 1974, à criação de duas forças políticas independentistas: a Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN), pró-URSS e a União Democrática Timorense (UDT), pró-EUA. Depois de um esboço de guerra civil, no dia 28 de Novembro de 1975 a FRETILIN declarou-se vitoriosa e proclamou unilateralmente a independência. Contando com o apoio dos EUA, a 7 de Dezembro de 1975 a Indonésia invadiu Timor-Leste. A ocupação e sucessivas situações de violência de massas mantiveram-se até 20 de Maio de 2002, data em que Timor-Leste se tornou um país independente, com uma economia capitalista e um regime tendencialmente democrático.

Fruto do Golpe de Estado/da Revolução de 25 de Abril de 1974 e de todos estes processos quer de reconhecimento do direito à autodeterminação e à independência quer de descolonização, mais de 700 mil pessoas (ex-colonos, ex-“assimilados” e ex-“indígenas” – alguns dos quais ex-militares –, muitas vezes designados como “retornados”) saíram de Angola e de Moçambique, da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, de São Tomé e Príncipe e de Timor-Leste na segunda metade de 1974 e no ano de 1975. Depois de dificuldades e de obstáculos iniciais significativos, a grande maioria dos que escolheram Portugal para viver acabaram por se integrar de forma relativamente positiva.

Para além das opções assumidas e das limitações que afetaram o poder revolucionário estruturado em Lisboa – no qual Vasco Lourenço desempenhou funções relevantes –, outros vectores contribuíram para a expulsão e para a fuga dos “retornados”. Lembram-se, nomeadamente, a decisão da ditadura portuguesa de recusar negociar processos de

autodeterminação e, em sentido inverso, de conduzir guerras coloniais longas; as tensões e iniciativas decorrentes da Guerra Fria; as estratégias populistas e autoritárias que se tornaram dominantes na generalidade dos Movimentos de Libertação; o modelo de descolonização, baseado na lógica de ditadura de Movimento de Libertação/partido único, adoptado pela Assembleia Geral da ONU; a urgência em introduzir transformações que anulassem ou reduzissem as desigualdades e as modalidades de discriminação constitutivas da situação de colonização.

2. Valores e interesses, concepções e práticas

Para além da síntese proposta, a partir de algum do esforço de reconstituição e análise (de cariz memorialístico e/ou historiográfico) já antes concretizado, por outros autores, sobre factualidade tida como relevante para contextualizar a atuação de Vasco Lourenço, tentarei em seguida considerar alguns dos valores e interesses, concepções e práticas que terão estado – e que continuarão a estar – associados ao percurso cívico de Vasco Lourenço e de muitos outros “militares de Abril” antes, durante e após o Golpe de Estado/a Revolução de 25 de Abril de 1974.

Saliento, uma vez mais, tratar-se de um militar (de militares) de carreira formado(s) durante uma ditadura mas, igualmente, no âmbito da NATO, onde predominavam países com regimes demoliberais abertos ou democráticos; de indivíduos que integraram uma instituição reconfigurada para defender o Estado Novo mas que derrubaram o regime chefiado por António de Oliveira Salazar e, depois, liderado por Marcelo Caetano; de jovens oficiais que combateram em guerras coloniais mas que apoiaram a concretização de processos de autodeterminação e de independência dos territórios não autónomos até então tutelados por Portugal.

Começo por destacar o esforço sistemático de Vasco Lourenço – e de muitos dos outros integrantes do MFA – para evitar a utilização da violência militar enquanto instrumento de intervenção política. Essa preocupação terá estado presente tanto na preparação e concretização do Golpe de Estado de 25 de Abril de 1974 como no ajustamento do mesmo à situação de movimento revolucionário; tanto no esforço de desmantelamento das estruturas do regime ditatorial cessante como na escalada de intensificação dos níveis de radicalismo (sobretudo de extrema-esquerda, mas, também, de extrema-direita) durante o PREC; tanto no imediato pós-25 de Novembro de 1975 como na mais longa etapa de consolidação do regime democrático e de criação de condições para a integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE).

Uma tal característica seria observável tendo em conta quer critérios de mérito absoluto – os baixos níveis de violência verificados em Portugal entre Abril de 1974 e Outubro de 1982 – quer recorrendo a exercícios de comparação com outras situações similares. Evoco aqui os exemplos, por um lado, da Guerra Civil de Espanha (1936-1939), desencadeada e mantida por iniciativa, entre outros, de oficiais das Forças Armadas também conhecedores de situações de guerra colonial e de repressão de populações civis no Protetorado de Marrocos; por outro lado, da violência de massas sistematicamente perpetrada, na sua primeira década de existência (1939-1949), pela ditadura tendencialmente totalitária e de matriz fascista chefiada pelo General Francisco Franco.

Saliento, em seguida, a escolha crescentemente explícita de Vasco Lourenço e de muitos dos outros integrantes do MFA pela estruturação, em Portugal, de um regime democrático – democracia representativa, participativa e directa; político-jurídica, sócio-económica e cultural –, cuja sustentabilidade seria ampliada através da concretização de políticas sócio-económicas de tipo keynesiano (“Estado-Providência” e globalização regulada). Bloquearam, pois, tanto o regresso a uma ditadura de extrema-direita ou a evolução para uma ditadura de extrema-esquerda, como a adopção de um regime demoliberal com vetores de autoritarismo.

Talvez o General António de Spínola possa ser encarado como a figura mais emblemática da corrente militar e civil defensora da implantação, em Portugal e nos territórios não autónomos ainda dominados a partir de Lisboa, de um regime demoliberal com vetores de autoritarismo. Num outro âmbito, provavelmente com apoio limitado, alguns sectores militares e civis de extrema-direita teriam acalentando o projeto de retorno ao que seria uma versão militarizada do Estado Novo (no “Continente”, nas “Ilhas Adjacentes” e nas “Províncias Ultramarinas”). Eventualmente mais o PCP do que outras parcelas da extrema-esquerda, associadas à figura de Otelo Saraiva de Carvalho, poderão ter ambicionado a construção em Portugal de um regime ditatorial de tipo estalinista.

Destaco, ainda, a opção paulatinamente predominante na política externa, defendida por Vasco Lourenço e por muitos dos outros integrantes do MFA, quanto à posterior candidatura de Portugal ao estatuto de Estado membro da Comunidade Económica Europeia (CEE), alcançado a 1 de Janeiro de 1986; quanto à permanência do nosso país na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN ou NATO). Ou seja, no contexto da Guerra Fria, a ligação preferencial ao Bloco Ocidental, liderado pelos EUA mas também apoiado na CEE, desde que fosse possível a concretização, no âmbito da ONU, tanto de relações diplomáticas quase universais como de um multilateralismo democratizante e desenvolvimentista.

Partindo, embora, da constatação de que, na Europa do Sul e na América Latina, na Ásia e em África, o Bloco Ocidental também incluía Estados com soluções ditatoriais de extrema-direita ou de direita apoiados, patrocinados ou impostos pelos EUA e por outros países com regimes demoliberais abertos ou democráticos, grande parte dos “militares de Abril” preferiu a referida parceria estratégica à associação ao Bloco Soviético ou à integração no Movimento dos Países Não Alinhados. Complementarmente, a lenta superação dos problemas existentes nas relações com os Estados nascidos da independência dos ex-territórios não autónomos e a implantação no Brasil de um regime democrático (1985) viabilizaram a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) a 17 de Julho de 1996.

Mau grado a possibilidade de esse ter sido, por razões óbvias, um dos aspectos mais lentamente consolidados no pensamento político de Vasco Lourenço e de muitos outros integrantes do MFA, o Grupo dos Nove terá tido, igualmente, um papel significativo no gradual mas inequívoco e sustentado “regresso dos militares aos quartéis”. Isto é, depois da função central desempenhada por oficiais das Forças Armadas no derrube do Estado Novo e no fim das Guerras Coloniais, na condução do PREC e na estruturação de um regime democrático, defendeu-se e consolidou-se um sistema político civil e civilista; salvaguardou-se o envolvimento de vários desses ex-“militares de Abril” numa governança apesar de tudo pluralista e dinâmica da memória e do debate acerca do Estado Novo,

do Golpe de Estado/da Revolução de 25 de Abril de 1974, do PREC e da implantação do regime democrático (veja-se, nomeadamente, a visibilidade alcançada e mantida até hoje pela Associação 25 de Abril).

Conclusão

Num plano mais estritamente biográfico e prosopográfico, penso ter ficado claro o papel significativo desempenhado por Vasco Lourenço, bem como por outros relativamente jovens oficiais das Forças Armadas portuguesas fundadores e líderes do MFA, num conjunto de processos de transformação ocorridos em Portugal entre 1973 e 1986. Destaco a natureza não óbvia nem inevitável do protagonismo alcançado se considerarmos as origens geográficas e sócio-culturais do(s) indivíduo(s) em causa, os constrangimentos decorrentes das características ditatoriais e também conservadoras do Estado Novo, a natureza supostamente marginal da influência – também modernizadora e democratizante – exercida pela formação obtida no contexto da NATO.

Em termos processuais, não deixa de ser nuclear a preocupação, manifestada por Vasco Lourenço e por outras figuras destacadas do MFA, de evitar ou de interromper tão rapidamente quanto possível a eclosão de situações de violência militar, policial ou civil. Evoco, uma vez mais, o planeamento e a execução do Golpe Militar de 25 de Abril de 1974, bem como a transformação do mesmo num processo revolucionário; a atenuação parcelar dos efeitos potencialmente mais fraturantes do PREC e do imediato pós-25 de Novembro de 1975. A vertente compreensivelmente menos bem sucedida esteve associada aos processos de autodeterminação e de independência dos até então designados como territórios não autónomos de Cabo Verde e Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Angola, Moçambique e Timor-Leste.

Quanto ao âmbito social global, considero dever salientar a capacidade de Vasco Lourenço, bem como de outros líderes do MFA, de ir estruturando e conseguindo alcançar a consolidação de objectivos político-institucionais e socioeconómicos relevantes, contribuindo para o sucesso do processo transicional desencadeado a 25 de Abril de 1974. Realce para a implantação de um regime democrático sem a exclusão de ideários e de forças político-sindicais de extrema-esquerda; para a generalização de uma governança do modo de produção capitalista baseada no modelo de “Estado-Providência”; para a paulatina integração de Portugal na CEE e em outras modalidades de exercício do multilateralismo.

Documentação e bibliografia

AGUIAR, Joaquim, *O pós-salazarismo (1974-1984)*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1985.

ALEXANDRE, Valentim, *Velho Brasil, novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*, Porto, Edições Afrontamento, 2000.

BRITO, José Maria Brandão (Dir.), *Revolução e democracia*, 3 volumes, Lisboa, Editorial Notícias, 2001.

- CARDINA, Miguel, *Margem de certa maneira: o maoísmo em Portugal (1964-1974)*, Lisboa, Tinta-da-China, 2011.
- CARRILHO, Maria, *Forças Armadas e mudança política em Portugal no século XX*, Lisboa, IN/CM, 1985.
- CASTILHO, José Manuel Tavares, *A ideia de Europa no marcelismo (1968-1974)*, Porto, Edições Afrontamento, 2000.
- CRUZEIRO, Manuela, *Vasco Gonçalves, um general na Revolução*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002.
- CRUZEIRO, Manuela, *Melo Antunes: o sonhador pragmático*, Lisboa, Editorial Notícias, 2005.
- CRUZEIRO, Manuela, *Do interior da Revolução: Vasco Lourenço*, Lisboa, Âncora Editora, 2009.
- CRUZEIRO, Manuela, *Costa Gomes: o último Marechal*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2014.
- CRUZEIRO, Manuela, *Pezarat Correia: do lado certo da história*, Lisboa, Âncora Editora, 2018.
- FERNANDES, Tiago, *Nem ditadura nem revolução. A “Ala Liberal” e o marcelismo (1968-1974)*, Lisboa, Publicações Dom Quixote/AR, 2006.
- FERREIRA, José Medeiros, *Portugal em transe (1974-1985)*, MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, vol. 8.
- FERREIRA, José Medeiros, *O comportamento político dos militares. Forças Armadas e regimes políticos em Portugal no século XX*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996, 2ª edição.
- FISHMAN, Robert M., *Democratic practice. Origins of the Iberian divide in political inclusion*, Nova Iorque, OUP, 2019.
- GOMES, Adelino e CASTANHEIRA, José Pedro, *Os dias loucos do PREC*, Lisboa, *Público/Expresso*, 2006.
- HESPAÑA, António Manuel, “Os modelos jurídicos do liberalismo, do fascismo e do Estado social. Continuidades e rupturas”, *Análise Social*, vol. XXXVII, nº 165, Inverno de 2003, p. 1285-1302.
- LEITÃO, Nicolau Andresen, *Estado Novo, democracia e Europa (1947-1986)*, Lisboa, ICS, 2007.
- LOUÇÃ, António, *Uma ingerência discreta. A Alemanha Federal e a Revolução dos Cravos*, Lisboa, Edições Parsifal, 2024.
- MARTINS, Susana, *Socialistas na oposição ao Estado Novo. Um estudo sobre o movimento socialista português de 1926 a 1974*, Lisboa, Casa das Letras, 2005.
- MATEUS, Dalila Cabrita, *A PIDE/DGS na guerra colonial (1961-1974)*, Lisboa, Terramar, 2004.
- MORAIS, João e VIOLANTE, Luís, *Contribuição para uma cronologia dos factos económicos e sociais. Portugal (1926-1985)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1986.
- NUNES, João Paulo Avelãs, “Tipologias de regimes políticos. Para uma leitura neo-moderna do Estado Novo e do Nuevo Estado”, *População e Sociedade*, nº 8, 2002, p. 73-101.
- NUNES, João Paulo Avelãs, “Sobre a utilidade da teoria na historiografia: o exemplo da história dos regimes políticos no século XX”, DOCKHORN, Gilvan Veiga e outros (Coords.), *Brasil e Portugal: ditaduras e transições para a democracia*, Santa Maria e Coimbra, Editora UFSM e IUC, 2020, p. 47-71.
- NUNES, João Paulo Avelãs e AMARO, António Rafael, “Capitalismo e desigualdade. Característica estrutural ou implicações diferentes de diversas concepções socioeconómicas? Uma leitura historiográfica”, *Revista Portuguesa de História*, t. LVI, 2025, p. 369-392.

- PIMENTA, Fernando Tavares, *Angola, os brancos e a independência*, Porto, Edições Afrontamento, 2008.
- PINTO, António Costa (dir.), *Portugal contemporâneo* (trad. do inglês), Madrid, Edições Sequitur, 2000.
- PINTO, António Costa, *O fim do Império Português*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.
- RABY, Dawn Linda, *Resistência antifascista em Portugal (1941-1974)* (trad. do inglês), Lisboa, Edições Salamandra, 1990.
- REIS, António (coord.), *Portugal: 20 anos de democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
- REZOLA, Maria Inácia, *25 de Abril: mitos de uma Revolução*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007.
- ROSAS, Fernando (coord.), *O Estado Novo (1926-1974)*, MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, vol. 7.
- SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep, *A Revolução portuguesa e a sua influência na transição espanhola (1961-1976)* (trad. do castelhano), Lisboa, Assírio & Alvim, 1993.
- SANTOS, Boaventura Sousa, *O Estado e a sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto, Edições Afrontamento, 1990.
- SANTOS, Boaventura Sousa e outros, *O pulsar da Revolução. Cronologia da Revolução de 25 de Abril (1973-1976)*, Porto, Edições Afrontamento, 1997.
- TELO, António José e TORRE GÓMEZ, Hipólito de la, *Portugal e a Espanha nos sistemas internacionais contemporâneos*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000.
- TELO, António José, *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*, Lisboa, Edições Cosmos, 1996.
- TORGAL, Luís Reis, *Quatro personagens à procura de Abril*, Lisboa, Temas e Debates, 2025.

RECENSÕES

REVIEWS

CORBANEZI, Elton Rogério. *Saúde Mental, Depressão e Capitalismo*. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2021. 245 p. ISBN 978-65-5714-033-8 (E-book)

Karen Cristina Galletto

karengalletto@hotmail.com

Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS20/UC)

ORCID: 0000-0001-5319-3553

Elton Corbanezi é doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), pesquisador e professor com sólida formação em Ciências Sociais. Atua nas áreas de graduação e pós-graduação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e dedica-se ao estudo crítico da Sociologia e Políticas Públicas de preservação no Brasil. Seus estudos são amplamente conhecidos por analisarem as políticas culturais e os mecanismos de preservação, com especial atenção às dinâmicas que envolvem ciência, cultura, psiquiatria, saúde mental, subjetividade e capitalismo contemporâneo.

Corbanezi enfatiza a relevância da sociologia como um componente fundamental da identidade cultural e memória coletiva, sustentando que a preservação desses elementos não é apenas uma prática conservacionista, mas também uma ferramenta de fortalecimento social e resistência cultural. Seus estudos também exploram a participação comunitária e o papel das políticas públicas na valorização e manutenção do patrimônio, defendendo que a preservação deve ser inclusiva e adaptada às realidades locais. Sua obra é relevante para estudiosos de Museologia, Ciências Sociais, Antropologia e áreas correlatas, sendo uma adaptação de sua tese de doutorado em Sociologia, defendida em 2015 no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

O livro *Saúde Mental, Depressão e Capitalismo*, recentemente publicado por Corbanezi em parceria com a Editora Unesp Digital é de grande relevância para aqueles que desejam compreender um fenômeno atual de grande complexidade, com implicações nas áreas social, política e científica: o caráter epidêmico da depressão e suas implicações na administração da saúde mental das populações em um contexto globalizado de capitalismo neoliberal. Consoante o autor, a depressão tornou-se um sintoma social, refletindo não somente questões individuais, mas também pressões e contradições do sistema socioeconômico vigente. Além disso, suas análises objetivam contribuir para debates atuais sobre a preservação cultural em uma sociedade – como o próprio autor se refere, em constante transformação.

Sob uma perspectiva histórica e conceitual, analisa criticamente a origem e a consolidação do discurso sobre saúde mental na segunda metade do século XX. Posteriormente, apresenta elementos que permitem a compreensão sociológica da noção difundida de “epidemia depressiva”, que se incorporou ao imaginário social das sociedades capitalistas ocidentais a partir dos anos 1970 e é oficialmente apoiada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) até os dias atuais.

A influência de Michel Foucault no trabalho de Corbanezi é evidente, sobretudo na sua abordagem crítica, que analisa o presente por meio de uma análise histórica. A partir da “história do presente”, conceito fundamental apresentado em *Vigiar e Punir*, o escritor analisa como as noções atuais de saúde mental surgem de configurações históricas

específicas¹. Em *História da Loucura*², Foucault questiona os limites entre a razão e a desrazão, uma reflexão que Corbanezi aprofunda ao tratar da depressão como um fenômeno sociológico emblemático das sociedades capitalistas atuais. Essa perspectiva foucaultiana permite uma análise mais aprofundada da “epidemia de depressão”, questionando se ela representa o fim de uma era histórica ou o prenúncio de uma nova. A questão central dessa análise é: o que estamos fazendo de nós mesmos no presente? Corbanezi responde questionando as práticas e conceitos atuais em saúde mental, revelando-os como construções históricas e sociais que condicionam tanto as formas de adoecimento psíquico quanto as estratégias para enfrentá-las. Ele desafia as leituras naturalizadas ou puramente biomédicas da depressão, colocando-a como um sintoma das contradições do capitalismo contemporâneo.

As figuras da visão cósmica e os movimentos da reflexão moral, o elemento *trágico* e o elemento *crítico* irão doravante separar-se cada vez mais, abrindo, na unidade profunda da loucura, um vazio que não mais será preenchido. De um lado, haverá uma Nau dos Loucos cheia de rostos furiosos que aos poucos mergulha na noite do mundo, entre paisagens que falam da estranha alquimia dos saberes, das surdas ameaças da bestialidade e do fim dos tempos. Do outro lado, haverá uma Nau dos Loucos que constitui, para os prudentes, a Odisseia exemplar e didática dos defeitos humanos (p. 27, grifos do autor).

A depressão se tornou um dos transtornos mentais mais relevantes nas últimas décadas do século XX, tanto em termos médicos quanto sociológicos. O fenômeno é bastante conhecido no Relatório sobre a saúde mental de 2001, publicado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) sob o título Saúde Mental: *Nova Conceção, Nova Esperança*. Naquele momento, estimava-se que aproximadamente 450 milhões de pessoas em todo o mundo sofria de transtornos mentais ou neurobiológicos. A depressão grave foi apontada como a principal causa de incapacitação no mundo, ocupando a quarta posição entre as principais causas globais da carga patológica, medida pelo Índice de Ajustamento por Incapacidade (AVAI) da Organização das Nações Unidas³. O relatório da OMS também trouxe uma previsão preocupante: até 2020, a depressão seria a segunda principal causa global de doença, ficando atrás apenas da doença isquêmica do coração⁴. Posteriormente, em 2008, outra publicação da OMS revisou essa projeção, apontando que, até 2030, a depressão se tornaria a principal causa global de incapacidade, superando doenças cardíacas, acidentes de trânsito e doenças cerebrais⁵.

¹ FOUCAULT, Michel (1987), *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão* (trad. de Raquel Ramallete). Petrópolis: Vozes.

² FOUCAULT, Michel (2019), *História da loucura*. São Paulo: Perspectiva.

³ Organização Mundial da Saúde (2001), *Relatório sobre a saúde no mundo 2001: Saúde mental: nova concepção, nova esperança*, p. 141. Recuperado em 15 de novembro de 2024, de https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/registro/Relatorio_sobre_a_saude_no_mundo_2001_saude_mental_nova_concepcao_nova_esperanca/47

⁴ Ibid. p. 57-58.

⁵ Organização Mundial da Saúde (2008), *The global burden of disease: 2004 update*, p. 51. Recuperado em 15 de novembro de 2024, de https://www.who.int/healthinfo/global_burden_disease/GBD_report_2004update_full.pdf

Esses dados reforçam a relevância da análise sociológica e histórica de Corbanezi, cujo objetivo é compreender a ascensão da depressão como um problema central nas sociedades contemporâneas. Para o autor, essa condição não é apenas uma questão de saúde individual, mas um sintoma profundo das contradições e pressões estruturais impostas pelo capitalismo neoliberal globalizado, que se alinha à perspectiva crítica de Foucault sobre saúde mental.

Corbanezi sustenta que a depressão não deve ser entendida como um fenômeno natural, histórico ou essencial. Ao invés disso, deve ser analisada em relação ao contexto socioeconômico. Dessa forma, a depressão é uma condição bastante comum, especialmente quando compreendida como um resultado das pressões e exigências impostas por determinados estilos de vida. O autor identifica uma série de demandas sociais e culturais que contribuem para o fenômeno, tais como a busca incessante por felicidade, prazer, energia, criatividade, produtividade, velocidade, projeção, motivação e mobilidade. Nesse contexto, a depressão não é apenas um problema de saúde mental, mas também uma forma de resistência ou contraposição aos ideais normativos do capitalismo contemporâneo. Para Corbanezi, a depressão pode ser interpretada como um obstáculo ao imperativo biopolítico que regula as práticas de saúde mental na atualidade, desafiando os padrões de desempenho e produtividade exigidos pelo sistema neoliberal. Assim, ela atua como uma recusa às demandas de conformidade, expondo as contradições inerentes ao modelo socioeconômico vigente.

No primeiro capítulo de *Saúde Mental, Depressão e Capitalismo*, Elton Corbanezi se concentra na reconstrução histórica da emergência do conceito de doença mental, elemento central para a consolidação da psiquiatria como disciplina científica e prática social. Baseando-se na tese de Robert Castel⁶, que destaca o papel modelar do alienismo francês nos contextos psiquiátricos de outros países ocidentais, o autor aprofunda a análise sobre a formação da psiquiatria, utilizando o protótipo francês como referência. Esse enfoque histórico não apenas revela as origens do conceito de doença mental, mas também permite uma análise crítica de como a psiquiatria foi estruturada e institucionalizada, tendo um grande impacto nas práticas atuais de saúde mental.

No próximo capítulo, o autor adota uma abordagem semelhante para investigar a origem, emergência e consolidação do conceito contemporâneo de saúde mental. A análise concentra-se nas implicações críticas do termo “anormal” na psiquiatria, analisando como ele foi usado historicamente para estigmatizar e excluir indivíduos. O capítulo também trata das críticas e movimentos contestatórios, particularmente a antipsiquiatria, que desafiaram o paradigma tradicional que se concentra na internação e no controle social. A partir de uma análise de estudos sociológicos, filosóficos e médicos, bem como de documentos da OMS, o autor analisa não apenas a definição oficial de saúde mental, mas também a promoção global desse conceito. Por meio dessa abordagem, o autor evidencia a complexidade do conceito de saúde mental, destacando as interseções entre ciência, política e questões sociais que moldaram sua definição e prática ao longo do tempo.

No terceiro e último capítulo, o autor aborda a ideia de “epidemia depressiva” a partir de um testemunho literário que ilustra a gravidade e a intensidade do sofrimento causado

⁶ CASTEL, Robert (1978), *A ordem psiquiátrica: a idade de ouro do alienismo* (Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque). Rio de Janeiro: Edições Graal.

pela depressão severa. Esse relato inicial serve como ponto de partida para destacar a seriedade do transtorno antes de aprofundar a análise sobre as diferentes formas de sofrimento associadas à depressão. O texto também examina a evolução das concepções sobre os transtornos depressivos ao longo das edições do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), com ênfase na terceira edição, que marcou uma mudança paradigmática na psiquiatria. Por meio dessa análise, o escritor demonstra como a reclassificação e redefinição dos transtornos depressivos no DSM provocam mudanças nas abordagens teóricas e práticas da psiquiatria, ao mesmo tempo em que reforçam a medicalização do sofrimento humano. Essa discussão não apenas questiona os limites da racionalidade psiquiátrica, mas também analisa os efeitos dessa mudança na compreensão e no tratamento da depressão na sociedade atual. Analisa como a precariedade do trabalho, a pressão por produtividade, o isolamento social e a competitividade exagerada tornam o ambiente psicossocial propício para o surgimento de transtornos mentais, onde o sofrimento psíquico se torna uma resposta quase inevitável às condições de vida e trabalho atuais.

Em uma perspectiva mais ampla, *Saúde Mental, Depressão e Capitalismo* questiona as formas como a sociedade contemporânea versa a saúde mental, destacando o papel central da indústria farmacêutica e do processo de medicalização. Corbanezi argumenta que essa abordagem, ao salientar exclusivamente nos sintomas do problema, ocultando suas causas estruturais. Para ele, esse modelo de saúde mental promove soluções rápidas e lucrativas, mas negligencia as raízes sociais e econômicas da depressão, limitando as possibilidades de enfrentamento real do problema. A crítica se estende às políticas de saúde mental, frequentemente insuficientes para atender às necessidades reais da população, por estarem subordinadas às demandas de um mercado que prioriza o lucro em detrimento do bem-estar coletivo. Corbanezi propõe que uma transformação verdadeiramente genuína na abordagem da saúde mental passa pela construção de um modelo social mais solidário, centrado no bem-estar coletivo e na valorização da vida humana. Portanto, sua análise acaba por oferecer uma importante contribuição para pesquisadores de saúde pública, sociologia e economia política, além de interessados em compreender as influências do capitalismo sobre a subjetividade e o cotidiano.

Referências Bibliográficas

- Castel, R. (1978), *A ordem psiquiátrica: a idade de ouro do alienismo* (Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque). Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (1987), *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão* (trad. de Raquel Ramalhete). Petrópolis: Vozes.
- Foucault, M. (2019), *História da loucura*. São Paulo: Perspectiva.
- Organização Mundial da Saúde (2008), *The global burden of disease: 2004 update*, p. 51. Recuperado em 15 de novembro de 2024, de https://www.who.int/healthinfo/global_burden_disease/GBD_report_2004update_full.pdf
- Organização Mundial da Saúde (2001), *Relatório sobre a saúde no mundo 2001: Saúde mental: nova concepção, nova esperança*, p. 141. Recuperado em 15 de novembro de 2024, de https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/registo/Relatorio_sobre_a_saude_no_mundo__2001__saude_mental__nova_concepcao__nova_esperanca/47

Paiva, Vasco – *O desbravar dos caminhos: a construção do movimento camponês após o 25 de abril*. Coimbra: Lápis de Memórias, 2023. 294 p.

Leonardo Aboim Pires

lapires@ghes.iseg.ulisboa.pt

ISEG Research in Economics and Management (ISEG/UL)

ORCID: 0000-0001-6033-350X

Nos estudos históricos sobre a política agrária durante a revolução portuguesa (1974-1975) subsiste a propensão para observar e analisar os campos do Sul e a Zona de Intervenção da Reforma Agrária (ZIRA) como o palco privilegiado da agitação e contestação rural durante o denominado Processo Revolucionário em Curso (PREC)¹. Evidentemente que a importância que esta parte do país (mais de 40% do território nacional) teve nos meses que se seguiram à revolução de 25 de abril de 1974 não é despicienda e tal facto reflete-se nas publicações que abordam esta problemática, dando-lhe natural primazia.

Mas longe dos latifúndios e das grandes propriedades do Alentejo e do Ribatejo, o carácter extraordinário do espaço social, que tornou possível as mobilizações populares, foi sentido em concelhos e vilas por todo o país. Os estudos sobre essa dimensão noutras demarcações territoriais surgem como omissa, com exceção de Blasco Hugo Fernandes que, escrevendo no rescaldo dos acontecimentos, efetuou uma leitura sobre os impactos da revolução nas zonas de agricultura familiar (1978) e, mais recentemente, Ernesto Martínez Fernández sobre a relação entre o PCP e os camponeses do Norte (2017) e Fernando Oliveira Baptista com a sua monografia sobre a aldeia dos Cortiços e a sua Unidade Coletiva de Produção Os Pioneiros, no concelho de Macedo de Cavaleiros (2021).

Embora não se inscreva num território totalmente inexplorado, a obra de Vasco Paiva vem colmatar uma lacuna bibliográfica, facto reconhecido por outras instâncias, como a Academia das Ciências de Lisboa que lhe atribuiu o Prémio Júlio Fogaça. Tal como no seu anterior livro, *O Despertar das Montanhas* (2020), sobre as lutas dos agricultores e povos da montanha antes do 25 de abril, não se trata do resultado de uma tese ou dissertação académica, o que pode permitir que seja uma abordagem dada a ler a vários públicos. Neste seu mais recente contributo, ao longo das suas páginas, é feito o elencar das reivindicações, manifestações, greves rurais e agitação camponesa ocorridas numa janela temporal correspondente ao período entre 1974 e meados dos anos 1980, na antecâmara da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, em 1986. Como é sabido, trata-se de um período histórico muito rico, com uma grande densidade de transformações e eventos que, de forma mais ou menos direta, se repercutiram nas vidas de centenas de agricultores, produtores, camponeses e rendeiros, vivências e quotidianos que aqui são lembrados.

Engenheiro-florestal de formação, o autor teve um percurso de vida que o colocou com observador privilegiado e interveniente em muitos destas ocorrências. Desde logo, acompanhou as disputas em torno dos baldios e das lutas dos agricultores no final do Estado Novo e, de um ponto de vista do ativismo político, foi membro da Comissão junto do Comité Central do Partido Comunista Português (PCP) para os pequenos e

¹ Sem qualquer propósito de exaustividade, vd. nomeadamente, Almeida 2005; Baptista 1978; Barreto 1987; Diogo, 2010; Fernandes, 2006; Fernandes, 2022; Piçarra, 2008; Piçarra 2022; Muñoz Sánchez 2023.

médios agricultores até 1988, partido no qual é militante desde 1969. Desta forma, emerge a demonstração de um conhecimento das fontes documentais disponíveis para a época estudada, além do recurso a arquivos privados, nomeadamente fotográficos, condição para conferir um grau de novidade ao texto aqui analisado.

Vejamos então as principais linhas do seu conteúdo. Tematicamente, a maior parte do livro corresponde à apresentação das organizações de carácter profissional, onde é feita a análise dos movimentos específicos – Movimento para a Extinção dos Foros (MEF), Movimento de Agricultores e Rendeiros do Norte (MARN), Movimento de Agricultores Por Uma Melhor Previdência Rural (MAPRU) e União dos Caseiros da Ilha da Madeira (UCIM) – organizações socioprofissionais de carácter regional e as movimentações por objetivos específicos, em que se inserem as lutas sectoriais, nomeadamente, na orizicultura, na horticultura (enfatizando-se a importância dos produtores de batata), na pecuária e nos lacticínios, ostentando uma clara continuidade com os movimentos sociais rurais ocorridos na fase terminal do Estado Novo². A problemática dos baldios e o desenvolvimento do movimento cooperativo de produção agrícola e comercialização são outra das facetas do exame feito sobre a sociedade rural no pós-25 de abril. É no âmbito desta vertente que é possível assinalar episódios e momentos de confronto e rotinas de resistência, cujas ações se foram repetindo ao longo dos anos. Vasco Paiva comprova, tal como alguns historiadores frisaram, que além das fábricas, das escolas, dos bairros, também nos campos do Centro e Norte, “a militância popular e o ativismo de base são quotidianos e envolvem formas coletivas de participação” e em que o PREC foi “um estado de permanente politização amplamente participado” (Noronha, Trindade 2019: 10). Em apêndice surge uma útil cronologia, através da qual é possível traçar diferentes fases das lutas rurais, num total de mais de 400 ocorrências, além do mapeamento e distribuição geográfica também presente (p. 261).

Outro aspeto que merece ser enfatizado prende-se com leituras sobre a configuração da competição política, cujos contornos assumidos também incluíram os movimentos associativos e de reivindicação dos agricultores. Certo é que no Norte de Portugal predominava um “modelo camponês familiar, onde o capitalismo agrário tivera mais dificuldade em inserir-se, numa agricultura de pequenas parcelas, sem construção de classes sociais” (Godinho 2019: 23) o que anulou o encaminhamento da reforma agrária para terras nortenhas. Todavia, a mobilização partidária com maior vigor sentiu-se dentro das estruturas do PCP, fazendo uso de um capital histórico que vinha dos tempos do salazarismo, embora se apontem tentativas do Partido Socialista nesse sentido com as Uniãos Distritais de Agricultura. Este livro permite compreender como, de um modo geral, e no período de consolidação democrática, a intervenção dos maiores partidos e com assento no governo esteve voltada para as estruturas do aparelho de Estado e não para as massas populares. No seguimento disto, Paiva coloca algumas ações destes partidos dentro da categoria de “resistência corporativa e reacionária” (p. 239), elaborando uma síntese das reações posteriores às leis publicadas pelos IV e V Governos Provisórios (março a setembro de 1975), como a abolição dos foros, a lei dos baldios, o crédito agrícola de emergência e o crédito especial para as cooperativas, entre outras. Perante o que é apresentado pelo autor, o que se denota é uma clara reversão dos objetivos

² Sobre este tema ver Pires 2022.

alcançados, a que o VI Governo Provisório (setembro de 1975 a junho de 1976) e os governos constitucionais que se seguiram deram cobro. Entre os exemplos que são colocados como testemunho da inflexão sentida a partir de 1976 encontram-se o atraso no pagamento dos salários dos técnicos do Serviço de Apoio ao Desenvolvimento Agrário, a titubeante gestão governativa da pecuária através da Junta Nacional dos Produtos Pecuários e a extinção do jornal *Correio do Povo*.

Embora muitas interpretações sobre a contrarrevolução agrária tendam a fixar como marco inicial a publicação da Lei 77/77, de 29 de setembro de 1977 (Lei Barreto), numa análise alargada sobre este fenómeno deveria incluir os exemplos que Vasco Paiva traz à colação. A visão destes eventos e atitudes políticas deve combinar a realidade vivida nos campos alentejanos com o que foi sucedendo junto dos pequenos agricultores das Beiras e de Trás-os-Montes, contribuindo para um conhecimento mais aprofundado sobre a gestão dos legados revolucionários. No âmbito desta temática, a violência política no meio rural é analisada nas pp. 63-65, num contexto em que a crise do Estado reduziu significativamente os meios coercivos à disposição das autoridades e em que a manutenção da ordem pública se revelou hesitante e desigual em determinados locais e momentos..

Apesar da ofensiva, os anos seguintes da consolidação do regime democrático não concitou um esmorecimento da vertente reivindicativa. A criação da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), em 1978, a que Vasco Paiva dedica um capítulo na íntegra (pp. 203-226), foi o corolário do crescimento das lutas e organização das populações rurais, por oposição à Confederação da Agricultura Portuguesa, conotada com os grandes interesses da elite agrária. É com a CNA que foi aprovada a Carta da Lavoura Portuguesa que pode ser entendida como a súplica de duas dimensões: a herança do autoritarismo salazarista, regime que negou a execução dos pedidos de muitos agricultores para uma melhor gestão da sua atividade laboral e económica, e a cimentação das conquistas do período revolucionário, algumas das quais se viam ameaçadas pela recomposição social pós-1975.

Prosseguindo na avaliação dos aspetos que valorizam este trabalho e recomendam a sua leitura, importa ainda salientar que a relevância da obra em apreço se exprime igualmente pelo seu registo autobiográfico, atendendo à referida participação do autor como dirigente político do PCP e como técnico na área da silvicultura. Como refere, de forma liminar, na “explicação necessária” (pp. 15-18) com que brinda o leitor, além de “descrever e avaliar essa realidade” das lutas e organizações dos agricultores, este é um livro que “constitui igualmente o reflexo dessa minha experiência e das responsabilidades que então tive” (p. 15). A evocação de episódios do seu trajeto pessoal é recorrente, mas não se esgota numa mera rememoração. É aqui que, através desse exercício memorialístico, é restituída a importância que alguns indivíduos tiveram, através da sua liderança carismática e da sua capacidade de mobilização ao nível local e regional, como foi o caso de Álvaro Febra (p. 48), Luís Costa (p. 72), António Carriço e Joaquim Cardoso (pp. 144-145) e de Pinto Cardoso (p. 186). Nas palavras do autor, o objetivo destas e outras figuras foi o de “ajudar a organizar os agricultores, promover as suas lutas para que se encontrassem caminhos para uma vida melhor” (p. 257). Há aqui a capacidade de revelar elementos que, dentro das ‘grandes narrativas’, se apresentam difícil incorporação. Conferir relevo a pessoas e eventos que se foram perdendo no seio da memória coletiva parece-nos ser um dos contributos mais importantes.

Teria sido interessante que parte do espaço dedicado pelo autor às lutas incluisse uma referência aos paralelismos existentes entre Portugal e Espanha, uma vez que, no país vizinho, entre o tardo-franquismo e a transição democrática, a sociedade espanhola foi confrontada com as chamadas “guerras agrárias”³ e “las tractoradas”, cujo repertório de ação era, em muitos casos, semelhante ao observado em Portugal, como ilustram as ações levadas a cabo pelos produtores de arroz do Mondego em 1982. Não comprometendo as conclusões do resultado apresentado que foi sendo trazido ao conhecimento do leitor, essa comparação poderia ser útil para um debate mais alargado.

Para concluir, esta obra de Vasco Paiva, definitivamente, reforça a ideia de que, durante e após a Revolução dos Cravos, muitos direitos individuais e coletivos não foram simplesmente outorgados pelo poder político, mas sim conquistados pelo fragor das contendas e lutas a que a revolução deu amplo espaço de afirmação e que não se esgotou numa região ou local, num contexto “fruto de uma rotura revolucionária que se sucedeu à incapacidade histórica da iniciativa auto-reformadora do regime ou mesmo de qualquer transição pactuada” (Rosas 2004: 48). Com as características elencadas, a leitura de *O Desbravar dos Caminhos* permite obter uma perspetiva geral quanto à evolução dos movimentos sociais rurais e trata-se de um ótimo instrumento para aqueles que desejem saber mais as vivências do campesinato entre 1974 e 1986, abrindo o caminho a uma abordagem interpretativa mais ampla sobre esses anos com exemplos variados e sugestivos.

Referências bibliográficas

- Almeida, M. A. P. de (2005). *A revolução no Alentejo: memória e trauma da reforma agrária em Avis*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Baptista, F. O. (1978). *Portugal 1975 – os campos*. Porto: Afrontamento
- Baptista, F. O. (2021). *A aldeia e o mundo: os pioneiros dos Cortiços*. Castro Verde: 100 Luz.
- Barreto, A. (1987). *Anatomia de uma revolução: a reforma agrária em Portugal, 1974-1976*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Diogo, C. (2010). *A reforma agrária em Idanha-a-Nova*. Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE.
- Fernandes, M. (2006). *Terra de Catarina: do latifúndio à reforma agrária, ocupação de terras e relações sociais em Baleizão*. Oeiras: Celta.
- Fernandes, J. A. P. (2022). *A reforma agrária e os tribunais*. Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE.
- Fernandes, B. H. (1978). *Reforma agrária: contributo para a sua história*. Lisboa: Seara Nova.
- Godinho, P. (2020). Brechas de esperança: revolução portuguesa, reforma agrária e políticas de memória. In F. Ribard (Ed.), *Os usos políticos do passado: debates contemporâneos* (pp. 13-44). SertãoCult.

³ Entre estas contam-se “em 1973, se gerou uma “guerra do pimento” nas margens do Ebro e uma “guerra do tomate” em Navarra; entre 1973 e 1974, uma “guerra do leite” em Navarra, País Basco, La Rioja e Cantábria; nas campanhas de 1974 e 1975, uma “guerra dos espargos” em Navarra e La Rioja; no verão de 1975, uma nova “guerra do tomate” na Extremadura” (Redondo Cardeñoso 2020: 116-117).

- Piçarra, C. (2008). *As ocupações de terras no distrito de Beja, 1974-1975*. Coimbra: Almedina.
- Piçarra, C. (2022). *Revolução e contrarrevolução nos campos de Portugal: análise histórica das políticas agrárias, 1975-1977*. Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- Pires, L. A. (2023). Protesta y conflictualidad campesina en Portugal: el final del Estado Novo desde una perspectiva rural (1950-1974). In M. Herranz Pinacho, A. Corada Alonso & M. Tomasoni, (Eds.), *Transversalidades contemporáneas: análisis, perspectivas y espacios históricos* (pp. 355-366). Ediciones Universidad de Valladolid.
- Martínez Fernández, E. (2017). “Ganhar o campesinato para a revolução”. O PCP e o processo de enquadramento do campesinato nortenho (1974-1975). *Análise Social*, 52 (222), 72-89.
- Muñoz Sánchez, A. (2023). Reforma y Contrarreforma Agraria. La Política Agraria en Portugal desde la Revolución de los Claveles hasta la Entrada en la CEE. *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC)*, 13(3), 107-139. <https://doi.org/10.32991/2237-2717.2023v13i3>
- Noronha, R., & Trindade, L. (2019). *Portugal, uma retrospectiva: 1974*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Redondo Cardeñoso, J.A. (2020). “Justicia para el campo”. Conflictos agrarios en la provincia de Valladolid durante la Transición (1975-1980). *Investigaciones Históricas*, 40, 113-142. <https://doi.org/10.24197/ihmc.40.2020.113-142>
- Rosas, F. (2004). A Revolução e a Democracia. In F. Louçã & F. Rosas (Org.), *Ensaio geral: passado e futuro do 25 de Abril* (pp. 15-49). Publicações Dom Quixote.



UNIVERSIDADE D
COIMBRA



CENTRE FOR
INTERDISCIPLINARY STUDIES

CEIS20 | University of Coimbra